

**ENTREVISTA**

Lula fala sobre  
FHC, oposição  
e sindicalismo

**CUT**

Qual o futuro  
da maior central  
sindical do país?

**CAMPO**

A violência do  
governo contra a  
reforma agrária

ANO 14 - Nº 34 - R\$ 7,50 - JUNHO/JULHO/AGOSTO-2000

<http://www.ces.org.br>

# Debate Sindical

**REFORMA TRABALHISTA**

## GOLPE SEM MISERICÓRDIA



# UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES



## 63 ANOS

FAZENDO HISTÓRIA JUNTO COM O BRASIL  
EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO

[www.une.org.br](http://www.une.org.br)

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0\_\_11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianeí Martins

Wagner Gomes

Ilustração da capa:

Gustave Coubert

Os quebradores de pedras/1851

Projeto gráfico:

Caco Bisol

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Edição de fotos:

Alexandre Machado

Revisão:

Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

Editora Parma



- 4** **Insatisfação social explode em protestos**  
ALTAMIRO BORGES
- 8** **"FHC viverá momentos de tempestades"**  
ENTREVISTA: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
- 12** **A dilapidação dos direitos trabalhistas**  
COLUNA: MÁRCIO POCHMANN
- 13** **Onda de violência contra a reforma agrária**  
ALIPIO FREIRE
- 15** **Qual será o futuro da CUT?**  
POLÊMICA: JOÃO BATISTA LEMOS/IRAM JÁCOME/VITO GIANNOTTI
- 22** **Marco da fundação das centrais sindicais**  
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 23** **O pior realmente já passou na economia?**  
LUIZ GONZAGA BELLUZZO
- 25** **As perspectivas do mercado de trabalho**  
JORGE MATTOSO
- 27** **Reforma trabalhista: golpe sem misericórdia**  
CLÁUDIO GONZALES
- 33** **Trabalho e tempo livre no capitalismo**  
VALQUÍRIA PADILHA
- 36** **O fim das negociações coletivas no Brasil**  
COLUNA: ULISSES RIEDEL
- 37** **Dois novos ataques à Justiça do Trabalho**  
AUGUSTO MADEIRA
- 39** **O salário mínimo será estadualizado?**  
ANTONIO PRADO
- 41** **A previdência social e os fundos de pensão**  
GISELA MENDONÇA
- 43** **Congresso dá novo fôlego à FSM**  
ÁLVARO GOMES
- 45** **Ciosl quer "globalização com justiça social"**  
PASCOAL CARNEIRO
- 47** **A força dos trabalhadores em telemarketing**  
MARCOS ROBERTO EMÍLIO
- 50** **O sindicalismo está morrendo?**  
ARMANDO BOITO JR.
- 53** **Resenhas de livros**
- 57** **Cartas dos leitores**
- 58** **Governo Covas revela o seu autoritarismo**  
COLUNA: ELISABETH TORTOLANO

# A explosão da revolução



Marcelo Rezende/Agência de Notícias

A insatisfação social volta à tona, com passeatas, ocupações de prédios públicos e greves prolongadas. Aos poucos, ela se converte num amplo movimento contra o governo. Novamente acuado, FHC apela à violência para barrar a luta popular

ALTAMIRO BORGES

A onda de otimismo alardeada pelo governo FHC no início deste ano não durou muito tempo. A vigorosa eclosão dos protestos populares, os novos sintomas de vulnerabilidade da economia e as persistentes fraturas na base governista foram suficientes para evidenciar a fragilidade do atual ocupante do Palácio do Planalto. Acuado, ele revelou a sua verdadeira face, deflagrando uma escalada repressiva sem precedentes desde o fim da ditadura militar.

Para quem garantia que “o pior já passou”, 2000 pode se tornar um pesadelo. As pesquisas voltam a apontar a queda de popularidade do presidente. A insatisfação da sociedade passa a se expressar de maneira inóspita, como na paulada que atingiu o governador Mário Covas, no ovo lançado contra o ministro José Serra e nas ruidosas vaías aos tucanos-neoliberais. Os “arapongas” de FHC inclusive o

# ta contra FHC

aconselham a não participar mais de solenidades públicas, temendo a ira popular.

## "WALL STREET QUER SANGUE"

O fiasco da euforia palaciana ocorre por diversos motivos. No terreno econômico, o cenário é cada vez mais instável. Mesmo as projeções oficiais de que o Brasil voltaria a crescer, superando os 4% do PIB – o que não deixa de ser um índice medíocre para uma economia falida há duas décadas –, já não são sustentadas com tanta empáfia. O alto grau de dependência do país cobra o seu preço!

A recente decisão do *Federal Reserve*, o banco central dos EUA, de elevar as taxas de juros para 6,5% anuais – no sexto aumento em menos de um ano –, abalou a confiança dos tecnocratas do Planalto. Só em abril deste ano, o Brasil pagou de juros da dívida externa US\$ 2,4 bilhões – contra US\$ 1,9 bilhão em abril de 1999. Com a nova elevação da taxa americana, que serve de referência mundial, o custo da dívida brasileira – que hoje atinge US\$ 243 bilhões, segundo o último informe do Banco Central – cresceu ainda mais.

Sendo teleguiado pelo FMI, do exterior, e comandado por uma máfia de rentistas, que controla a economia no país, o governo FHC opta sempre por promover novos "ajustes" para saciar a gula dos credores estrangeiros. Não é por acaso que logo após o anúncio do *Federal Reserve*, o Ministério da Fazenda decidiu cortar mais R\$ 7,5 bilhões do orçamento, vitimando todas as áreas sociais – só na Saúde houve redução de R\$ 800 milhões nas despesas deste ano.

Este vergonhoso servilismo adquiriu contornos mais nítidos com a recente entrevista do ex-ministro Mendonça de Barros ao jornal *Valor*. Como amigo pessoal do presidente, ele revelou que FHC tem uma única fixação: "se preocupa muito com Wall Street". Quando da adoção, em 1998, do famoso "pacote 51", que fixou cortes nos gastos públicos, ele lembra que o ex-ministro Pedro Parente (hoje chefe da Casa Civil), justificou o ajuste: "Wall Street quer sangue" e FHC aprovou as medidas amargas.

## INTRIGA PALACIANA

Além dos graves problemas econômicos, e refletindo esse quadro de instabilidade, as recorrentes disputas palacianas são outro ingrediente perturbador do cenário político. Até por ainda não contar com outro expediente de continuidade, como foi o da reeleição, FHC hoje não unifica mais o bloco dominante. Muitos apostam que, passadas as eleições de outubro, as fraturas na base governista só tendem a aumentar. Hoje elas já são um grande estorvo para o presidente, perturbando seus sonhos.

O último episódio que evidenciou a vulnerabilidade de FHC foi o da votação do salário mínimo. O Planalto bem que tentou jogar o abacaxi para os governos estaduais, mas a proposta de piso salarial só prolongou o seu sofrimento. O tema serviu de palanque para os discursos demagógicos de ACM, acirrou o bate-boca entre os partidos governistas e gerou maior desgaste de FHC na opinião pública. Até hoje a ferida não foi cicatrizada e o clima palaciano é de intriga e desconfiança generalizadas.

## BRASIL

### RETRATO NACIONAL (I)

Não é para menos que o Brasil é recordista mundial em concentração de renda. Segundo dados recentes da "síntese de indicadores sociais-1999", do IBGE, o 1% mais rico da população brasileira detém 13,8% da renda total, enquanto os 50% mais pobres ficam apenas com 13,5% do bolo. A miséria no país é tão aguda que 19,6% das famílias têm renda per capita mensal de até meio salário mínimo. O estudo também destrói o mito de igualdade racial no Brasil. Enquanto a média mensal de rendimento dos brancos é de R\$ 845,60, a do trabalhador negro é de R\$ 409,21.

### RETRATO NACIONAL (II)

Até os economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão conhecido por sua afinidade com as políticas neoliberais, já concluíram que não basta o crescimento da economia para resolver os graves problemas sociais do Brasil. Num estudo intitulado "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável", três pesquisadores desse organismo indicam que é indispensável a adoção de uma política ativa de redistribuição da renda no país. Chegam a calcular que a aplicação de R\$ 29 milhões por ano já ajudaria a retirar da penúria 21,4 milhões de indigentes brasileiros – que têm rendimento mensal de apenas R\$ 55,00.

### "AJUSTE SOCIAL"

Na contramão destes indicadores, FHC continua penalizando os mais pobres. Segundo denúncia do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG), um dos maiores especialistas em orçamento do Congresso Nacional, "os ajustes fiscais do governo são, na verdade, ajustes na seguridade social". Para cumprir as metas firmadas com o FMI, o governo corta exatamente os gastos previstos para as áreas sociais. Só na receita deste ano, as ações governamentais de previdência, saúde e assistência social sofreram uma redução de R\$ 15,5 bilhões.

## TRAGÉDIA AFRICANA

Segundo recente relatório do Banco Mundial, a situação dos 700 milhões de habitantes da África Subssariana piorou nas últimas décadas. A produção econômica dos 48 países da região equivale a da Bélgica; já a parte africana no comércio mundial não supera os 2%; e a dívida externa inviabiliza medidas de desenvolvimento. A exclusão da população negra beira a barbárie: 70% dos casos de Aids do mundo ocorrem na região e houve queda de 20 anos na expectativa de vida dos africanos. O próprio Bird reconhece que os ajustes econômicos impostos no continente elevaram a miséria.

## "AJUSTE" ARGENTINO

O presidente da Argentina, Fernando de la Rúa, está cada vez mais parecido com o seu antecessor, Carlos Menem, que se gabava de manter "relações carnis com os EUA". Para cumprir as metas do FMI, ele arquivou as suas promessas de campanha e anunciou um "ajuste fiscal" que reduz em US\$ 938 milhões os gastos públicos. O pacote reduzirá o salário de 140 mil servidores públicos e cortará o valor das aposentadorias entre 33% e 50%. Lembrando também o ex-presidente, famoso por sua ostentação, de la Rúa agora está envolvido no escândalo do seu filho, Antonio, que gastou US\$ 12 mil num final de semana em Miami (EUA).

## 1º DE MAIO REBELDE

A marca principal das manifestações do 1º de Maio deste ano foi a da luta contra a "globalização neoliberal". Em todos os continentes, símbolos do capitalismo tornaram-se alvos de protestos irreverentes. Em Londres, os manifestantes saquearam um dos ícones da economia americana, o McDonald's; o mesmo ocorreu em Paris. Já em Hamburgo, Alemanha, agências bancárias foram depredadas. Até nos EUA, onde o 1º de Maio não é reconhecido oficialmente, houve protestos. Em Nova Iorque, a polícia deteve 19 ativistas nas proximidades da Bolsa de Valores de Wall Street.

## EXPLOSÕES SOCIAIS

Mas o fator que teve o maior peso no rápido naufrágio do otimismo governamental foi mesmo o da retomada das mobilizações sociais. Esta nova onda, num patamar bem mais radicalizado, teve início nas comemorações dos 500 anos do Brasil, em Porto Seguro (BA). A violência da PM, que resultou em 141 prisões e 65 feridos, estragou a festa de FHC e tornou-se um vexame internacional. "Não posso permanecer num governo que faz um ato de violência comparável à repressão militar", desabafou Frederico Mares, que renunciou à presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No mesmo período, a longa greve nacional dos caminhoneiros ameaçou novamente paralisar todo o sistema de abastecimento do país. Pouco depois, em 2 de maio, o MST comandou uma ação ousada, ocupando dezenas de edifícios públicos, a maioria ligados ao Ministério da Fazenda, em 20 estados brasileiros. A reação do governo foi feroz, rasgando de vez a máscara de "democrata" de FHC. No Paraná, onde a violência da PM foi comandada diretamente de Brasília, o lavrador Antônio Tavares, 38 anos, cinco filhos, foi baleado no abdome e morreu; outros 180 manifestantes ficaram feridos.

Ao mesmo tempo em que reprimia os sem-terra e os caminhoneiros, o governo ainda tentou atrair setores da oposição para

enfraquecer as lutas sociais. Usando frases infelizes de deputados petistas, procurou jogar o partido contra o MST. Depois agendou às pressas uma audiência com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) para conceder um raquítico pacote de crédito rural. Só que as "duas táticas da social-democracia" não surtiram efeito. O PT reafirmou seu apoio ao MST e a Contag, no "Grito da Terra", ratificou sua posição de ocupar os latifúndios.

A onda de protestos ganhou maior impulso, e novo alcance, com a eclosão de prolongadas greves. Com isso, o movimento sindical, em especial a CUT, reocupou seu papel de direção. Os servidores federais, com os salários congelados há seis anos, paralisaram as atividades. Já no principal estado da federação, São Paulo, as greves atingiram categorias numerosas – 220 mil professores da rede pública, 85 mil servidores da saúde e 42 mil docentes e funcionários das universidades públicas.

A retomada das grandes greves, a realização de massivos protestos de rua e os violentos choques com a PM só aguçaram a insatisfação popular contra os rumos impostos ao país – conforme indicam as pesquisas. A forte pressão dos últimos meses inclusive obrigou alguns governantes a criticarem a política econômica do Planalto. Reunidos em João Pessoa, no final de maio, oito governadores nordestinos alertaram que estão "submetidos a pressões sociais insuportáveis".





## ESCALADA REPRESSIVA

Esta aparente reviravolta da situação política, impulsionada por um novo ascenso das lutas sociais, apresenta alguns ensinamentos. Confirma que há uma insatisfação latente na sociedade, com forte dose de radicalidade e capacidade de atração de vastos setores. Na última fase, ela se expressou de forma localizada e dispersa e mesmo à margem das forças mais estruturadas da oposição. Mas, aos poucos, transformou-se num amplo movimento social e político contrário à barbárie neoliberal.

Nesse sentido, a explosão desta revolta coloca novos desafios à oposição, em especial aos partidos de esquerda e à CUT. Como que descrentes na capacidade de luta do povo, alguns setores estavam presos à luta institucional, à agenda eleitoral. Com isso, deixaram a iniciativa política nas mãos do governo, afastaram-se da sua base social e, inclusive, prejudicaram o seu próprio projeto eleitoral. Agora fica evidente que é preciso apostar na luta social, que só ela enfraquece o presidente FHC.

Por último, os recentes episódios indicam que a margem de manobra do governo é cada vez mais precária. Totalmente submisso à oligarquia financeira mundial, ele não aceita ceder a nenhuma das justas reivindicações apresentadas pelos sem-terra, grevistas e outros manifestantes. Pelo contrário: diante da elevação das taxas de juros nos EUA, FHC decide arrochar ainda mais o povo brasileiro.

Não é por acaso que, para conter a pressão popular, o governo apela para métodos autoritários. A escalada repressiva dos últimos dias lembra tristes cenas do regime militar – como na ameaça de acionar o Exército contra os manifestantes; no uso da famigerada Lei de Segurança Nacional; na censura à entrevista do líder do MST, João Pedro Stédile; ou na violência da PM em vários estados, comandada diretamente pelo chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso. Todos estes fatos confirmam que o neoliberalismo não combina mesmo com a democracia.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES). Correio eletrônico: [aaborges@ibm.net](mailto:aaborges@ibm.net)

## MERCADO INFORMAL

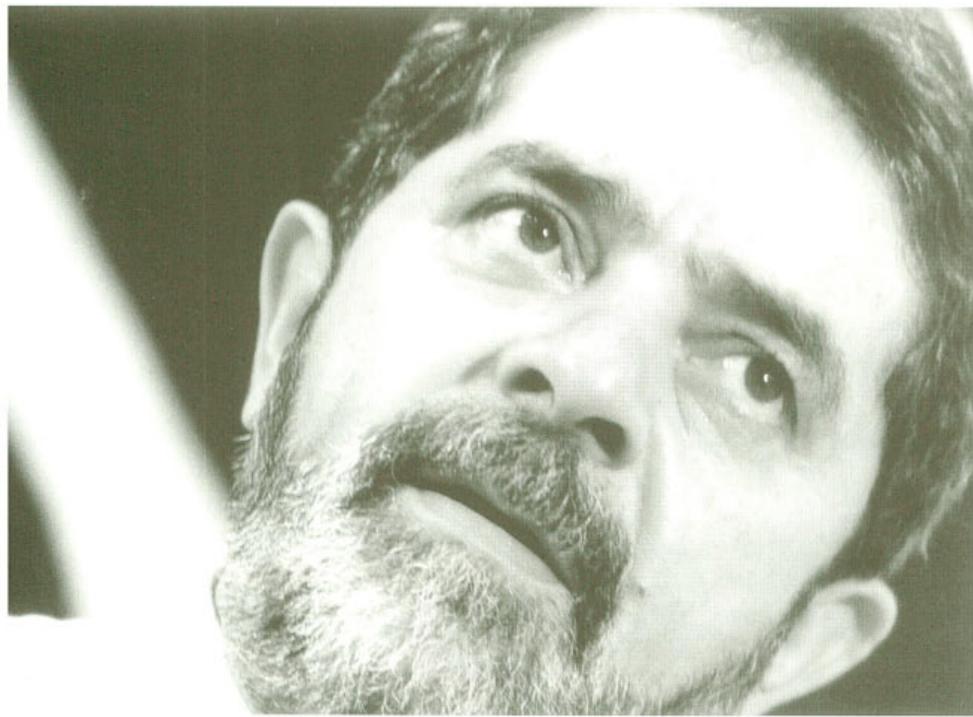
Na cidade mais desenvolvida do país, São Paulo, a informalidade no mercado de trabalho cresceu 30% nos anos 90 e já atinge 48,8% da população economicamente ativa – o que corresponde a 2,5 milhões de ocupados. Estes dados dramáticos constam do “mapa do trabalho informal” – pesquisa coordenada pela CUT, em parceria com o Dieese e Fundação Seade. Entre outras revelações, ela indica que a informalidade já atinge duramente as pessoas com ensino superior – com um índice de 23,2% no total dos trabalhadores sem registro em carteira e sem qualquer direito trabalhista.

## RECURSOS DO FAT

No mais recente “ajuste fiscal” do governo, os recursos para a formação profissional também foram atingidos. Segundo o Ministério do Trabalho, houve redução de 30% na verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinada às centrais sindicais – cerca de R\$ 28 milhões. A medida afetará 300 mil alunos. “Em hipótese alguma vamos aceitar esse corte”, garante Altemir Tortelli, secretário da CUT. Para este ano, da verba do FAT, R\$ 95 milhões iriam para a Força Sindical; R\$ 35 milhões para a CUT; R\$ 12 milhões para a SDS (Social-Democracia Sindical); e R\$ 10 milhões para a CGT.

## “FARSA SINDICAL”

A Força Sindical encontra-se em plena ofensiva para ampliar a sua influência. No 1º de Maio, ela promoveu um mega-show em São Paulo, organizado por uma agência de publicidade ao custo de R\$ 1 milhão, que reuniu cerca de 900 mil pessoas. No evento, que teve o apoio de várias empresas privadas, sorteou cinco apartamentos e 10 carros. Para disfarçar, Luiz Antonio de Medeiros, líder da central e deputado do PFL, ainda puxou uma vaia a FHC. A farsa não foi nada original. A Fiat, conhecida mercadora de ilusões, também fez a sua “festa do trabalhador” no Mineirão e sorteou dois carros.



Luiz Inácio Lula da Silva é, indiscutivelmente, a maior referência de esquerda no Brasil. Projetado no cenário político a partir das lutas grevistas do final da década de 70, este operário e sindicalista quase chegou à presidência da República, em 1989. Posteriormente, disputou mais dois pleitos presidenciais, personificando a

oposição à ofensiva neoliberal no país. Atualmente, com uma agenda bastante carregada, esforça-se para construir uma ampla aliança contra o governo FHC. Nesta entrevista, conseguida às duras penas, Lula fala sobre a atual situação política do país, sobre os desafios da oposição e também sobre os dilemas do sindicalismo neste final de século

## "FHC aí momento

*Debate Sindical:* Apesar da insatisfação generalizada na sociedade, o governo insiste em dizer que "o pior já passou", que neste ano a economia vai crescer e que a imagem do presidente vai melhorar. O que você acha destas previsões otimistas?

**Lula:** Eu não acredito nesta história de que o pior já passou. Quando o governo faz esta afirmação, ele imagina um clima de otimismo na economia mundial. O governo fala num crescimento de 3 a 4% na economia nacional. Pensar assim significa apenas mostrar a sua mediocridade de avaliação da conjuntura. Primeiro, porque mesmo que a economia internacional vivesse certa tranqüilidade, o Brasil continuará dependendo das bolhas de crescimento americanas e do banco central dos EUA. Portanto, a nossa economia continua vulnerável, dependente do que acontece no resto do mundo.

Em segundo lugar, mesmo que a economia brasileira cresça uns 4%, isso não é suficiente para resolver os graves problemas do país. A nossa economia sofreu muito com a política suicida do Fernando Henrique Cardoso, que desmontou o Estado brasileiro e a indústria nacional. Só tem sentido ter otimismo se a economia pudesse crescer com mais oferta de emprego, um crescimento com distribuição de renda. Mas neste governo essa

L U I Z I N Á C I O

# Ainda vai viver muitos momentos de tempestades"

perspectiva não existe, isso não vai acontecer.

Além disso, é importante lembrar que estamos num ano eleitoral e que, dificilmente, a base de sustentação do governo irá se recompor. Não existe mais aquela unidade do primeiro mandato. Já é visível que a base governista apodreceu. Ela tem mais cupim do que se possa eliminar. O FHC, ao comprar votos para aprovar a sua reeleição, estabeleceu uma relação promíscua com a sua base. Portanto, o mínimo de respeito que as pessoas tinham por ele acabou. O FHC ainda vai viver muitos momentos de tempestades neste país. Ou seja: o pior não passou mesmo nem no terreno econômico e nem no campo político.

E qual o papel das forças de oposição nesta conjuntura? Elas também não estariam passando por um momento de dificuldades, com divisões no campo popular, alianças partidárias que racham e outros problemas?

**Lula:** As enormes dificuldades do governo deveriam servir para uma maior unidade das oposições. Mas, lamentavelmente, isto não tem ocorrido. Em função das eleições municipais, alguns companheiros dos partidos de oposição entendem que o momento é de lançar candidaturas próprias, de cada partido conquistar o seu espaço. Isso acirrou certa disputa na base da

oposição. Ela também está fragilizada e não consegue unir forças para enfrentar o projeto neoliberal.

Eu sempre repito que sozinhos, isolados, todos os partidos de oposição terão muito mais dificuldades para enfrentar o governo. Na atual conjuntura, é preciso acreditar na política de aliança, é preciso trabalhar por uma política de aliança. Ela deve ser construída mesmo que seja com base num único ponto, que é o de derrotar o neoliberalismo. Os partidos de oposição devem estar juntos e é por isso que vou continuar trabalhando para tentar unificar as oposições.

E com relação às mobilizações

**“A nossa economia sofreu muito com a política suicida do governo, que desmontou o Estado brasileiro e a indústria nacional”**

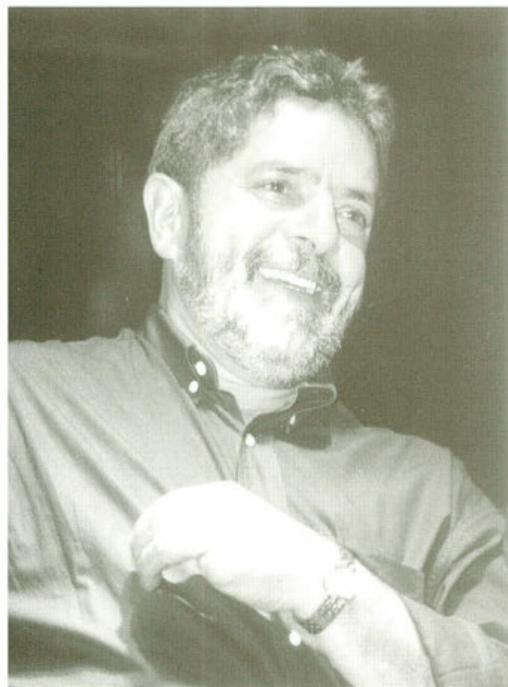
populares, você acredita num novo ascenso das lutas sociais no país? O que estaria dificultando mobilizações mais amplas contra o neoliberalismo?

**Lula:** Este ano e o próximo serão muito importantes para a gente testar a capacidade de recuperação da luta popular no Brasil. Nós percebemos que o governo tenta derrotar politicamente o MST, quer isolar este movimento. Também estamos percebendo que o movimento sindical está enfraquecido em função da crise profunda que o Brasil atravessa. Além disso, com essa divisão das oposições, estamos perdendo muito da nossa capacidade de mobilizar a sociedade civil.

Quando em dezembro do ano passado, nós lançamos o “manifesto em defesa do Brasil, do emprego e da democracia”, a idéia era de que ele poderia ajudar na unificação das oposições. Infelizmente, isso não aconteceu. Os interesses menores de cada partido político se sobrepuseram ao interesse maior do manifesto. Ele deveria servir de base para uma grande mobilização popular, que poderia, inclusive, culminar com a discussão de uma candidatura da oposição para presidente em 2002.

Espero que todos nós, que fazemos oposição no Brasil, tenhamos clareza de que é preciso retomar a iniciativa política. É

## “A entrega do patrimônio público brasileiro ao capital privado até parece



Jorge Heine

sindicatos no Brasil? Quais seriam os seus desafios atuais?

**Lula:** O movimento sindical vive uma situação delicada. Toda vez que há uma crise econômica profunda, com alto desemprego, ocorre um refluxo do sindicalismo. Isto é uma tendência mundial. Eu acho que o movimento sindical precisa mudar a sua forma de atuar. Não se pode mais fazer sindicalismo com uma visão corporativista, como se fez durante todo o século XX. Ele precisa se transformar numa coisa mais política. Não basta brigar apenas contra o empresariado, é preciso brigar com o governo.

Além disso, o sindicalismo não pode conversar apenas com o trabalhador no seu local de trabalho. Ele precisa falar com a dona de casa, o estudante, o desempregado, o aposentado. Para combater o desemprego, é necessário exigir políticas públicas do governo, políticas orçamentárias e tributárias que canalizem recursos para resolver este grave problema. A luta do

preciso ir às ruas não apenas para protestar contra o que está errado. É preciso, sobretudo, apresentar propostas alternativas à sociedade brasileira. A votação do salário mínimo foi uma demonstração de que o governo não tem sensibilidade, não está comprometido com o povo. A continuidade da entrega do patrimônio público ao capital privado me parece uma obsessão do governo FHC e do seu ministério. Somente a oposição, motivada e mobilizada, será capaz de barrar tudo isso. Espero que aproveitemos bem as eleições municipais deste ano. Não apenas para pedir votos, mas para colocar junto à sociedade a necessidade de derrotar o governo FHC.

Você falou que o movimento sindical está enfraquecido. Como liderança política que se projetou no sindicalismo, como você avalia a situação dos

movimento sindical tem que ser mais política. Ele deve se transformar num sindicato cidadão, mais abrangente. Não pode ficar apenas na luta economicista.

Isso não significa entrar num partido político, transformar-se em partido. Ele deve continuar a brigar pelas mesmas coisas que sempre brigou. Mas, por exemplo, quando se discutir o orçamento da União, ele deve interferir para dizer quanto dinheiro vai ser canalizado para gerar empregos; quando se discutir a política tributária, ele deve entrar para definir quem vai pagar impostos neste país. O sindicato tem que discutir como gerar empregos, deve propor alternativas, exigir que o governo invista dinheiro para resolver este drama social.

Este ano será muito importante para o sindicalismo. O governo vai tentar anular o artigo 7º da Constituição, que garante os direitos trabalhistas. O movimento sindical precisa levantar a cabeça e lutar para evitar que os trabalhadores sejam vítimas do discurso falso e mentiroso das elites. Ao falar em “custo-Brasil”, elas tentam jogar nas costas do trabalhador a responsabilidade pela falta de competitividade brasileira. Se existe um “custo-Brasil”, ele não decorre dos salários. É causado pela precária infra-estrutura, pela política de juros do governo e não pelo baixo salário do trabalhador.

Agora, em agosto, a CUT realizará o seu sétimo congresso nacional. O que você espera deste evento da maior central sindical brasileira?

**Lula:** Eu gostaria que o 7º Concut servisse para que a CUT tome consciência de que é necessário parar com as brigas internas. Ela precisa tentar encontrar um eixo

**“O movimento sindical vive uma situação delicada. Toda vez que há uma crise econômica profunda, com alto desemprego, ocorre um refluxo do sindicalismo”**

**“Neste ano, a CUT diminuiu a sua força na política nacional. Se continuar**

## uma obsessão do Fernando Henrique Cardoso e de seu ministério”

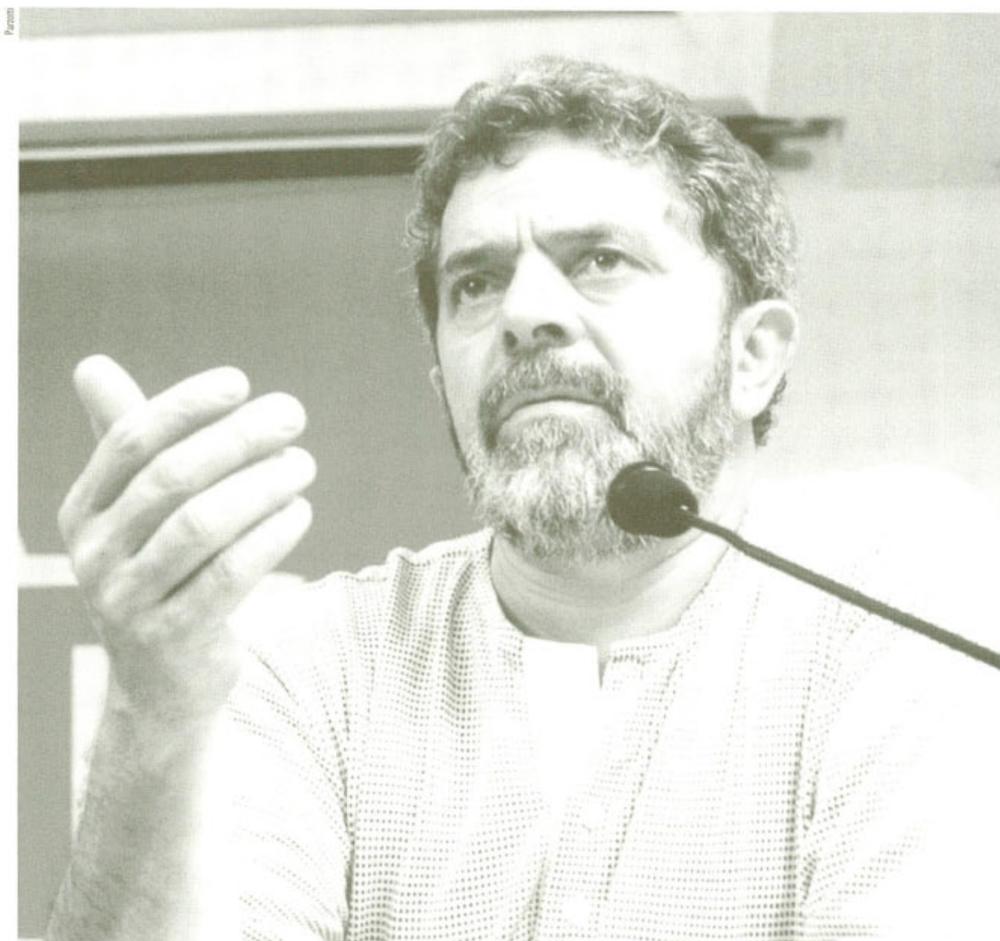
**“O sindicalismo precisa mudar a sua forma de atuar. Ele tem que ser mais político, mais abrangente”**

comum que unifique, não apenas no discurso, mas na prática, os dirigentes da central. Se analisarmos bem, neste ano a CUT perdeu muito da sua essência, que estava na sua força de interferência na política nacional. Provavelmente, as disputas internas contribuíram neste sentido.

O conselho que dou aos companheiros da CUT é de que as divergências podem até continuar, mas que é preciso minimizá-las. É necessário trabalhar por um projeto unitário da CUT, redefinindo o seu papel no cenário nacional, o seu papel sindical. A partir daí, eleger o que eles têm de melhor para a direção da central. Se continuar essa divisão, a CUT vai perder terreno no cenário sindical.

Para encerrar, quais seriam as propostas para superar o neoliberalismo no Brasil e para construir uma nação mais justa e democrática?

Lula: As propostas estão contidas no “manifesto ao Brasil”, que o PT, PCdoB e os outros partidos da oposição elaboraram. É preciso que a gente tenha competência para divulgar esse manifesto, para debaterlo com a sociedade. Vamos ter que



mostrar ao país o que deve ser feito para derrotar o neoliberalismo. Isso começa por ganhar as eleições municipais de outubro, elegendo vereadores e prefeitos da oposição, e vai até às eleições presidenciais.

Porém, para que isso ocorra, é preciso apresentar as propostas que estão contidas no manifesto. Espero que no próximo ano, em que não haverá eleições, possamos colocar o manifesto na ordem do dia. Espero que todos os partidos de oposição, para não dizer as universidades, os sindicatos e os setores médios da sociedade, de forma unificada, debatam o manifesto, aprimorem as suas propostas, convençam a

sociedade sobre a importância de chegarmos ao poder neste país. O neoliberalismo já está superado. Na Europa, embora ainda vingue, quase todas as eleições foram vencidas por pessoas que o questionavam. Esse projeto chegou atrasado no Brasil, mas o estrago que causou é irreparável: venda do patrimônio público, perda de poder do Estado brasileiro, perda de soberania em função da subordinação às orientações do FMI. São coisas que vão custar muito caro à sociedade brasileira. Mas eu sou um otimista e acho que, com muita luta, nós vamos reverter essa situação.

**a atual divisão, ela vai perder terreno no cenário sindical”**

MARCIO POCHMANN

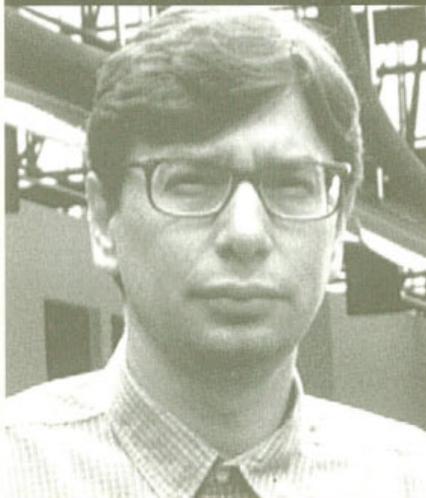
## Nova onda de dilapidação dos direitos do trabalho

Tomou conta do país desde 1990 uma segunda onda de dilapidação dos direitos do trabalho. A primeira havia sido posta em marcha logo no início do regime militar. Tão logo os sindicatos foram controlados e esvaziados pela repressão pós-1964, processou-se: (a) o fim da participação dos trabalhadores na gestão de instituições previdenciárias e nas comissões de salário mínimo; (b) a flexibilização dos contratos individuais de trabalho, através do FGTS; (c) o controle dos salários com a generalização da política salarial; (d) a retirada do poder normativo da Justiça do Trabalho; e (e) o esvaziamento do Ministério do Trabalho.

Dessa forma, ganhou maior impulso no país a cultura patronal da elevada rotatividade da mão-de-obra, com a presença de contratos de curta duração e ampla instabilidade e falta de compromissos nas relações de trabalho. Somente com o movimento de redemocratização dos anos 80, houve um contraponto, com a intensa ação sindical e da sociedade em torno da reconstrução de uma nova base social, tendo na Constituição Federal de 1988 a reafirmação dos direitos do trabalho.

### OFENSIVA NEOLIBERAL

Tudo isso, contudo, foi rapidamente interrompido com a conformação de uma segunda onda liberal sobre o trabalho, que se tem manifestado desde 1990, através de reformas em migalhas no marco



### Fim do artigo 7º não introduz a livre negociação; reforça a lógica do patronato

regulatório do mercado de trabalho. Além dos projetos parciais já existentes, podem também ser contabilizadas principalmente sete medidas importantes que, de forma anestésica, modificam o curso da legislação trabalhista: (a) fim da política salarial; (b) abertura do comércio aos domingos; (c) instituição da figura do mediador nas negociações coletivas e das comissões de arbitragens; (d) desregulação dos contratos através das cooperativas de trabalho; (e) redução de parte dos encargos sociais para os trabalhadores rurais; (f) introdução do regime *Simples* para contratação nas micro empresas; e (g) maior flexibilização dos empregos através dos contratos especiais de trabalho.

O objetivo governamental tem sido o de sufocar o atual quadro jurídico, através do seu engessamento e perda de eficiência,

com leis que atendam interesses minoritários e particulares. Assim, as instituições de representação de interesses sociais perdem associados, com multiplicação de entidades, fragmentação dos acordos/convenção trabalhista, decresce a cobertura das ações e fortalecem formas de intermediações externas às relações de trabalho. Dos 6,4 mil instituições de representação de interesses na década de 1980 (3 mil sindicatos patronais e 3,4 mil laborais), chega-se a 16 mil nos anos 90 (6 mil patronais e 10 mil de trabalhadores).

### CAMPANHA NACIONAL

Atualmente, encontra-se em curso um desejo mais forte de desconstitucionalizar os direitos do trabalho do artigo 7º da Carta Magna, ou, de outro modo, criando paralelamente uma possibilidade de negociação coletiva à margem do código social e trabalhista. É algo mais sofisticado, porém com efeito similar, pois diante do elevado excedente de mão-de-obra provocado pela maior crise do capitalismo brasileiro, não haveria livre negociação, apenas imposição patronal.

Considerando que menos de 1/3 do total dos ocupados no Brasil (70 milhões de trabalhadores) encontram-se sob o abrigo da legislação trabalhista, caberia, neste momento, o desenrolar de uma campanha nacional de esclarecimento e luta contra a segunda onda de dilapidação dos direitos do trabalho. Para evitar o canto do cisne, o sindicalismo brasileiro deveria procurar reunir forças, sacudir a poeira e dar a volta por cima, denunciando dez anos de desconstrução do trabalho e os riscos de sua continuidade. Será possível?

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e pesquisador do Cesit.  
Correio eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br



# A violência contra a reforma agrária

Os fatores que explicam a escalada repressiva de FHC para isolar e derrotar a luta dos sem-terra

ALÍPIO FREIRE

Na verdade, a questão da estrutura fundiária do país tornou-se o centro de uma crise desencadeada pelo governo federal desde o dia 17 de abril passado, quando em Belém (PA) uma grande manifestação protestou contra o massacre de Eldorado dos Carajás, intensificou-se com os episódios de Coroa Vermelha (durante as comemorações dos 500 anos) e atingiu seu ápice na repressão à jornada de luta levada a bom termo pelo MST no dia 2 de maio. Isto faz parte de um quadro que comporta pelo menos três aspectos a serem pensados e discutidos:

1- Com a reestruturação produtiva derivada das mudanças tecnológicas no mundo do trabalho,

aliada ao que chamamos de política neoliberal com a concentração de investimentos no setor financeiro (especulação substituindo produção), os movimentos dos trabalhadores urbanos tiveram sua base desorganizada e suas direções ainda se encontram numa fase de perplexidade frente à nova realidade. Isto, na prática, tem se traduzido numa ausência de políticas por parte dos setores urbanos no sentido de enfrentar a atual crise, visando a sua superação de um ponto de vista transformador. Este não é um fenômeno apenas brasileiro e, por toda a América Latina, temos visto que os movimentos camponeses acabam por ocupar a cena política

enquanto porta-vozes dos "excluídos".

2- Ao entrar em cena – e aqui nos detemos no Brasil –, os movimentos pela terra (sejam os camponeses, liderados fundamentalmente pelo MST, ou os índios em busca da demarcação de seus territórios) não apenas batem de frente com questões estruturais do atual modelo, como também são obrigados a utilizar formas de lutas que se traduzem em confrontos. Uma vez que estão alijados da produção (sem-terra e sem-trabalho), não lhes são possíveis outras formas de pressão, como greves e operações-tartaruga, que forcem o sistema a concessões mínimas. Ou seja, ou há a ocupação

## Mortes e ameaças: para FHC, a luta social é mesmo um caso de polícia

de terras (o que, além de legítimo, é absolutamente legal) e prédios públicos, ou se mantém o equívoco apontado há cinco séculos por Giordano Bruno, quando já estava na beira da fogueira da Inquisição: espera-se que o poder seja mudado pelos poderosos.

3- O PSDB e seus aliados enfrentam, na atual conjuntura, graves problemas para dar continuidade a seu projeto. Internamente, lutam para conseguir a qualquer preço um terceiro mandato para FHC, numa conjuntura em que o atual presidente atinge seu mais baixo índice de popularidade e tem que enfrentar forças sociais organizadas, sobretudo no campo. Externamente, por sua vez, aumentam as pressões de seus credores e senhores, cujo termômetro maior se expressa na recente advertência da secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, que publicamente manifestou sua profunda preocupação (leia-se irritação) com as perturbações políticas desencadeadas a partir do campo na América Latina. Ao mesmo tempo, projetos como o Banco da Terra, propostos pelo governo como instrumentos para estender o neoliberalismo ao campo, vêm sendo inviabilizados pela própria luta camponesa e outras dificuldades.

### POLÍTICA AGRÍCOLA

O redesenho fundiário do campo brasileiro, com seu modelo concentrador, excludente e intocado desde 1850, implica hoje no atendimento de duas reivindicações básicas: a demarcação das terras indígenas e a realização de uma reforma agrária nos moldes propostos pelo MST: e a adoção de uma política agrícola capaz de, através de créditos, fomentos e



Luladi/MST

criação de infra-estrutura adequada, potencializar a produção e produtividade da terra distribuída, bem como a qualidade dos produtos.

Além disto, o número de pequenas e médias propriedades rurais que vêm quebrando no Brasil nos últimos anos é no mínimo estarrecedor. E aqui é necessário mais uma vez lembrar que a questão da política agrícola mais e mais acabará se colocando no mesmo patamar da questão agrária para o movimento camponês em nosso país – vindo talvez até a tornar-se prioritária. Com o aumento do número de assentamentos de famílias em todo o país (segundo FHC, um área equivalente a duas Bélgica e meia), ou se tem uma política agrícola capaz de atender à necessidade de produção desses lotes, ou se acabará por transformar essas duas Bélgica e meia em uma grande Índia.

### ACERVO DA DITADURA

As diversas tentativas de diálogo dos representantes camponeses para resolver suas reivindicações no âmbito do Ministério de Raul Jungmann – e que não foram poucas – esbarraram sempre na resposta do ministro de que muitas das questões propostas estavam fora do seu alcance, pois envolviam decisões das áreas econômicas do governo. E é exatamente neste ponto que reside o grande impasse e a decisão de ocupar prédios públicos ligados à área econômica do governo, uma vez que

o ministro Malan e seus liderados sempre se negaram a sentar com o movimento.

Frente a isto, o governo – que já usara as Forças Armadas contra greves de trabalhadores urbanos e que se abstém de intervir na formação das milícias armadas anunciadas e encaminhadas pela UDR – resolveu dar uma demonstração de força. A escalada começou com artigos de elementos como o coronel Jarbas Passarinho no *O Estado de S. Paulo*, editoriais do mesmo jornal, noticiários da rede *Globo*, edições da revista *Veja*, os nebulosos anúncios de reviver a famigerada Lei de Segurança Nacional, a reativação oficial do SNI e todo um acervo cuja *eficiência* já foi comprovada no período da última ditadura civil-militar implantada em 1964.

Junto com isto, veio a ação direta das polícias em alguns estados, com destaque para o Paraná, onde houve como saldo um morto (Antônio Tavares Pereira), 200 presos e muitos feridos, a mando do governador Jaime Lerner. Já em São Paulo, governado por Mário Covas, houve a prisão de dois sem-terra, que foram enviados ao presídio do Carandiru e tiveram suas cabeças raspadas.

A ação do governo FHC durante o auge da repressão, não duvidemos, foi um claro aviso: “qualquer movimento social que se contraponha à nossa política é nosso inimigo e como qual será tratado”. Ou seja, a questão social é uma questão de polícia e não descartamos no Brasil o estabelecimento de uma nova ditadura para que sejam garantidos os privilégios de nossas elites e do projeto definido pelo Consenso de Washington. Quem disto duvidava, agora não tem mais o direito de fazê-lo.

Alípio Freire é jornalista, editor da Revista Sem Terra, publicada pela direção nacional do MST

# Qual o futuro da CUT?

De 15 a 19 de agosto, em Serra Negra (SP), ocorrerá o 7º Congresso Nacional da CUT. O evento, que deve reunir quase 3 mil sindicalistas de todo o país, promete ser quente. Nos últimos tempos, acirraram-se as divergências na entidade sobre suas posições táticas, sua estratégia e seu modo de funcionar. Na prática, o que estará em jogo no 7º Concut é o futuro da maior central brasileira. Para refletir sobre tais temas, a *Debate Sindical* solicitou três enfoques distintos sobre as perspectivas da CUT.

JOÃO BATISTA LEMOS



Assessoria: Meduza

## Crise de identidade

Se a oscilação tática torna imprevisível o futuro, já no

Para refletir sobre o futuro da CUT é sensato partir de uma análise, a mais multilateral possível, da atual situação da maior central brasileira. Como ela tem se posicionado diante dos episódios chaves da luta de classes? Que posições adotam as principais forças cutistas, em especial a corrente majoritária? Como vai se configurando o seu funcionamento, a sua dinâmica interna?

No curto espaço deste artigo, abordo três aspectos que considero essenciais. O primeiro diz respeito à postura tática da CUT. Inúmeros fatos indicam que a trajetória da central é oscilante, evidenciando uma crise de identidade crônica. Ora ela adota posições mais firmes de combate ao governo; ora, acomoda-se e privilegia as negociações e os fóruns tripartites.

### TÁTICA OSCILANTE

No ano passado, por exemplo, a CUT liderou os protestos contra FHC – o ponto alto foi a “marcha dos 100 mil”. Com isso, revigorou o seu papel de principal instrumento de ação de massas no país e alavancou o Fórum Nacional de Lutas. Já no final do ano, ela refluuiu. Pouco fez para o êxito do “dia nacional de paralisação”; arquivou a bandeira do “Fora FHC”; e subestimou até o 1º de Maio. Diante dessa omissão, a insatisfação popular se expressou por outras vias – como nas ocupações do MST.

Agora, novamente a CUT parece querer reocupar o seu posto no cenário nacional. Pressionada por categorias em luta, volta a adotar uma postura mais aguerrida, esforçando-se para unificar as várias campanhas salariais e greves, e dá

sinais de que pretende reinvestir no Fórum Nacional de Lutas.

O que explica uma trajetória tão errática? As razões são contraditórias. Sua origem, sua composição e a instabilidade do quadro nacional têm um peso relevante na postura tática da central. Ela nasceu em pleno regime militar, na luta pela democracia, contra a inflação e pela renovação dos sindicatos. Desde o início, agregou o pólo mais combativo do sindicalismo. Tornou-se referência de luta dos trabalhadores.

Por mais que a tendência majoritária, a Artsind, queira abandonar a sua “origem conflitiva” e adotar uma postura mais “propositiva e institucional”, a base da central tende à radicalização. Ela reflete a insatisfação reinante na sociedade e a evolução da conjuntura. Se o governo toma as iniciativas e a oposição refluuiu, ela se recolhe; se as lutas sociais avançam, ela tende a reocupar seu papel dirigente. Do contrário, abandonaria as suas bases e perderia espaços.

A CUT ainda reflete as posições do PT, também dirigido pela Articulação. Desde a sua fundação, ela é o braço sindical deste partido. Há diferenças entre a Articulação “petista” e a “cutista”. A última, até pelas limitações intrínsecas ao sindicalismo, tende a ser menos politizada. Mas, no geral, as orientações partidárias fluem na central. Não é por acaso que a CUT refluuiu no combate ao governo exatamente após o congresso do PT rejeitar o “Fora FHC”.

### RECUO ESTRATÉGICO

Se a oscilação tática torna

**A questão da democracia é decisiva na CUT. Mantida a postura hegemônica da Artsind, a central sofrerá fraturas. As demais forças não terão canais para se expressar**

# ofusca as perspectivas

terreno da estratégia as expectativas são sombrias

imprevisível o futuro da CUT – apesar da gravidade da crise brasileira apontar para a maior radicalidade das lutas –, já no terreno da estratégia as perspectivas são mais sombrias. Este é o segundo aspecto a ser abordado. Há algum tempo que a Artsind promove um perigoso recuo estratégico – que, evidentemente, afeta e afetará ainda mais as suas posições táticas.

A CUT, que nasceu se autotitulando de socialista, hoje está muito distante dessa idéia. A proposta de construir uma central anticapitalista, que incentive a luta de classes no rumo da ruptura, não está presente sequer nos discursos das suas lideranças. Termos como “sindicato cidadão”, “tripartismo”, “parceria”, entre outros, são mais usuais entre os líderes cutistas convertidos à “modernidade”.

Sindicatos tidos como laboratórios da Artsind, como o dos Metalúrgicos do ABC, não ficam só na retórica. Tomam iniciativas concretas neste rumo. Para garantir a competitividade dos “seus” ramos econômicos, defendem isenções fiscais e subsídios às empresas monopolistas. Para preservar alguns empregos, comemoraram acordos de flexibilização de direitos, como o banco de horas.

Descrente na possibilidade de superação do capitalismo, ela aposta nas saídas negociadas. Frente à correlação de forças adversa, opta por se adaptar à lógica do mercado. Daí seu empenho nos fóruns tripartites, que consomem tempo e energia, muitas vezes em detrimento da luta. Incoerente com seu histórico discurso, usa acriticamente os recursos do FAT, comprometendo a sua própria autonomia.

Mantido este rumo, a CUT tende

a se tornar uma central similar às dóceis entidades dirigidas pela social-democracia europeia – meras reguladoras da mercadoria trabalho e gestoras da crise do capital. A desvantagem do projeto estratégico da Artsind é que o Brasil não é a Europa. Mesmo nos países ricos, a visão contratualista, de conciliação de classe, sofre derrotas. A burguesia, na sua fase neoliberal, não cede em nada. A tendência é para a radicalização das lutas e não para a paz social.

## DEMOCRACIA ASFIXIADA

Por último, um terceiro aspecto chave na reflexão sobre o futuro da CUT: a questão da democracia interna. Uma das razões da força da central é que ela agregou todos os setores mais combativos do sindicalismo – incluindo as correntes de esquerda e os sindicatos de maior peso. No outro pólo, ficou uma central de direita, a *Farsa Sindical*; e no centro, a dispersão em entidades mais frágeis.

Hoje, no entanto, essa pluralidade corre sérios riscos. Para fazer vingar o seu projeto estratégico, a Artsind tem adotado métodos autoritários, procurando centralizar ainda mais o poder. Detendo pouco mais de 50% das bases cutistas, ela controla todos os postos decisivos da CUT; as receitas da central, provenientes das filiadas e dos recursos do FAT, não têm qualquer transparência.

Esta visão centralizadora ficou explícita na sua proposta de “sindicato orgânico”, que concentrava os poderes na cúpula da central. Agora é o “sindicato nacional”, que muda o nome, mas mantém a essência da proposta

anterior. Apesar das reações contrárias, a Artsind insiste em impor esta camisa de força – vide a última plenária da central e o recente congresso dos metalúrgicos cutistas.

Mantida essa tendência hegemônica, a CUT sofrerá enormes abalos. As demais correntes não terão canais para se expressar. Poderão cair na abstinência ou mesmo abandonar a central. Esta questão ainda está em aberto. Tem gerado diferenças na própria Artsind, entre o seu núcleo duro, mais sectário, e outro com espírito mais unitário. No 7º Concut, esta batalha deverá ser decidida.

Diante do exposto, algumas conclusões são possíveis. A primeira é que a CUT permanece sendo a principal referência de ação de massas no país. Com quase 3 mil entidades filiadas, ela reúne o que há de mais representativo e dinâmico no sindicalismo. Qualquer racha da central na atual conjuntura – marcada pela brutal ofensiva do capital – seria um desastre para os trabalhadores.

A segunda é que a CUT mantém-se como instrumento na luta contra o neoliberalismo. O próprio atraso na implantação deste projeto no país deve-se, em parte, à sua trajetória. Se é real que a CUT não possui mais a marca socialista, também é fato que ela reflete a evolução da conjuntura e tende a ser uma trincheira antiliberal – o que já é algo positivo nos tempos bichudos de ofensiva burguesa.

Por último, hoje é decisivo garantir a pluralidade na CUT. Ambas as “crises de identidade”, a tática e a estratégica, só poderão ser encaradas e resolvidas no exercício da democracia. Para construir uma central de luta, que unifique as várias categorias, interaja com a sociedade – em especial, com os “excluídos” – e interfira na política, é indispensável a democracia como cimento da unidade.

João Batista Lemos é membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

IRAM JÁCOME RODRIGUES

## Os desafios da CUT neste

Para se consolidar, ela optou por uma atividade mais

A Central Única dos Trabalhadores fará 17 anos no mês de agosto de 2000, ocasião em que estará realizando o seu VII Congresso Nacional. Representando o sindicalismo que iniciou as greves em 1978 e expressando amplas parcelas de assalariados, a CUT conseguiu, em menos de vinte anos, um crescimento significativo entre os trabalhadores brasileiros. Quais são os desafios vividos hoje por esta central? O que será necessário transpor para chegar ao século XXI em condições de representar amplos contingentes de trabalhadores na cidade e no campo? De outra parte, em que medida a CUT poderá desempenhar um papel mais significativo na construção de uma sociedade com menos desigualdade social, menos pobreza e mais democrática?

Fundada em 1983, numa conjuntura ainda favorável ao sindicalismo no Brasil, a despeito da recessão pela qual passou o país no início dos anos 80, a CUT teve importante participação, nas décadas de 80 e 90, nos principais acontecimentos do cenário nacional. Isto a tornou, nesses anos, interlocutora fundamental de amplos setores das classes trabalhadoras, tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera política. Tendo surgido num período de declínio do regime militar, ela iniciou seu processo de consolidação enfrentando o regime de exceção e reivindicando – em forma mais geral – a democratização do país, mudanças econômicas e sociais que trouxessem benefícios para os assalariados, associando estas demandas, em muitos casos, com a defesa de melhores condições de vida e trabalho para a população trabalhadora e às questões mais

concretas que permeiam o cotidiano do trabalho.

Na tentativa de se consolidar como direção de uma significativa corrente do movimento sindical e construir sua identidade, ela optou por uma atividade mais conflitiva na relação capital/trabalho. Atualmente, no entanto, esse padrão de ação sindical vem sofrendo um processo de esgotamento, principalmente levando-se em conta a crise do sindicalismo internacional e também no Brasil – relacionada, principalmente, com as profundas transformações no mundo do trabalho.

### CONFLITOS INTERNOS

Há, no entanto, vários obstáculos e, por assim dizer, desafios no caminho da CUT. O primeiro deles é a questão da luta política interna. A convivência, no interior desta instituição sindical, de um amplo espectro de posições político-ideológicas, por exemplo, se de um lado é saudável, à medida que possibilita a discussão das questões a partir de opiniões diversificadas, de outro, traz os riscos de uma paralisia permanente, pois são projetos, muitas vezes, contraditórios e até excludentes. E isso se reflete num nível muito alto de conflito interno que, aparentemente, desgasta muitas das iniciativas que estão sendo implementadas. Esse processo tem propiciado um acentuado distanciamento entre o discurso e a prática do sindicalismo-CUT, porque parece que são várias as “práticas” e vários os “discursos”.

O segundo desafio diz respeito à questão da estrutura sindical corporativa. O grande problema aqui

**“A CUT terá de falar para o cidadão, para o consumidor, enfim, para a sociedade. Ela não pode falar apenas para o ‘seu’ trabalhador, para a ‘sua’ categoria profissional”**

Alexandre Machado

# final de século

conflitiva; hoje, esse padrão sofre um esgotamento

é que o sistema de relações de trabalho brasileiro, em larga medida, não aceita o conflito e nem contribui para a negociação. Funciona, até certo ponto, como “proteção” e tutela tanto para empregados quanto para empregadores. Em outras palavras, a estrutura sindical corporativa criada nos anos 30 perdura até hoje, a despeito de algumas pequenas alterações levadas a cabo pela Constituição de 1988. Baseado no monopólio da representação, na unicidade sindical, no poder normativo da Justiça do Trabalho e na contribuição sindical obrigatória, entre outros aspectos, o edifício corporativista, mais de meio século depois mantém-se praticamente intacto.

Assim, tanto o monopólio da representação que é imposto pelo Estado quanto a unicidade sindical, são os dois principais sustentáculos do sistema corporativo de representação de interesses. De outra parte, a criação da estrutura corporativa está baseada na idéia do fim do conflito e da manutenção da colaboração entre as classes. Ora, quando do surgimento da CUT, sua ação sindical se baseava em uma forte contestação à estrutura sindical corporativa. Esse aspecto, no entanto, da identidade *cutista* foi, aos poucos, desaparecendo e ocorreu uma certa adaptação a este modelo. Isso levou a uma acomodação ao corporativismo que se expressa, por exemplo, salvo algumas exceções, pela fraca penetração desse sindicalismo nas empresas. A questão do sindicato corporativo é um óbice que a central, em algum momento, terá que romper.

Outra questão extremamente relevante e que não foi resolvida a contento é o tema da organização por

local de trabalho. Houve algum avanço nesses anos de novo sindicalismo, mas ainda há muito por fazer neste terreno. A esmagadora maioria do sindicalismo-CUT não tem uma implantação muito expressiva no interior das empresas. De outra parte, uma das condições básicas para que a organização por local de trabalho possa florescer é o contrato coletivo de trabalho. De um lado, é necessário a liberdade de organização dentro das empresas. De outro, a negociação direta entre empregados e empregadores sem a tutela do Estado.

## DISCURSO AFIRMATIVO

Outro desafio importante é a questão da democracia. Reside aqui uma das principais dificuldades para o sindicalismo no próximo século: a CUT terá que falar para o cidadão, para o consumidor, enfim, para a sociedade e não apenas para o “seu” trabalhador, para a “sua” categoria profissional. Em outras palavras, no mundo contemporâneo, o que está em questão é a construção de uma ampla hegemonia, nos mais variados campos, e não o “assalto” ao Palácio de Inverno.

Estas não são questões simples. Existem muitas dificuldades para implementá-las. De todo modo, não são temas estritamente sindicais: são aspectos que permeiam o debate político. Além disso, o fenômeno das mudanças na gestão do trabalho dentro das empresas traz, concomitantemente, uma dispersão significativa e mesmo fragmentação entre os trabalhadores, situando, dessa forma, um dilema crucial para o sindicalismo: é um processo mais geral que tem levado a uma profunda

fragmentação social e desindividualização do mundo do trabalho.

Estes são obstáculos que aparecem na ação cotidiana desenvolvida tanto pelo sindicalismo nos países centrais quanto pela ação sindical em países como o Brasil. As mudanças econômicas em curso impõem, para as empresas, a busca de ganhos de produtividade, ou seja, a procura “frenética” por eficiência e, em decorrência disso, a tentativa de aumento da competitividade de seus produtos. Isto tem levado, em geral, a uma redução significativa do emprego industrial, cujo corolário mais expressivo é a reestruturação produtiva nas firmas. De outra parte, essa dinâmica é responsável por uma acentuada competição no interior da mão-de-obra, rompendo, em alguns casos, com a unidade de interesses entre os trabalhadores e levando-os a uma fragmentação sem precedentes. Vale dizer, a agenda sindical hoje é, em larga medida, definida pela empresa, e para os empregados a questão mais recorrente é o tema do emprego.

Em resumo, diante de um mundo que vive o cenário de uma crise sem precedentes da instituição sindical, o desafio para a CUT será, neste final de século, aumentar sua capacidade de organização e mobilização e, ao mesmo tempo, manter a sua identidade. E isso, aparentemente, só será possível com uma ação e um discurso mais afirmativos. Em outras palavras, não basta dizer não. É necessário construir alternativas viáveis que dêem conta, de um lado, da heterogeneidade do mundo do trabalho e, de outro, que possam levar à estruturação de um novo contrato social: menos perverso e menos danoso aos interesses dos trabalhadores.

Iram Jácome Rodrigues é sociólogo, professor do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro *“Sindicalismo e política – a trajetória da CUT”* (Editora Scritta)

VITO GIANNOTTI

## Duas visões divergentes

A unidade é um bem supremo dos trabalhadores. Mas

Falar em futuro da CUT é um prato cheio para profecias. Cada um veste a túnica do seu profeta preferido. Uns mais românticos, outros mais trágicos. Muitos preferem encarnar o espírito do “Zé do Apocalipse”. A CUT já se foi! Para outros, ela se modernizou, acompanhou os novos tempos. No fundo, a maioria destas profecias reflete mais o posicionamento ideológico de quem as formula do que uma análise séria sobre o desenvolvimento histórico da nossa central. Mais útil do que discutir se a CUT já era ou não, é refletir sobre o papel dos sindicatos numa sociedade capitalista.

O sindicalismo nasceu há 150 anos no mesmo terreno em que nasceu o socialismo. Sim, os dois são contemporâneos. Muitas lideranças eram as mesmas nos sindicatos e nos partidos socialistas nascentes. Por isso, para os governos, para a burguesia e para os próprios ativistas, sindicalismo e socialismo eram quase sinônimos. A luta sindical se encaixava facilmente dentro do objetivo de construir uma nova sociedade. Uma sociedade socialista.

A história mostrou, porém, que espontaneamente os trabalhadores só pensariam em seus interesses imediatos: emprego, salários e leis de proteção ao trabalho. A revolução não nascia naturalmente na cabeça operária. Não era automático os objetivos históricos serem perseguidos pela classe que fazia centenas de greves pelo salário. Era necessário criar partidos que tivessem o socialismo como programa. O sindicalismo, deixado a si próprio, não iria além do economicismo. Não chegava à revolução socialista e sim se

contentava com as migalhas que caíam do banquete da burguesia.

Quem disse que sindicato é revolucionário? Que uma central é anticapitalista? A lógica é outra. Os sindicatos foram a base da social-democracia na Europa. Tornaram-se instrumentos de manutenção do capitalismo. Obviamente, num clima de luta de classes, com greves e inúmeros mártires. Inglaterra e EUA são casos clássicos de um sindicalismo que faz greves, mas que convive tranqüilamente com seu capitalismo. Um capitalismo extremamente agressivo e imperialista.

A visão de Marx, e mais claramente a de Lênin, é oposta. Os sindicatos são o primeiro passo da consciência de classe e devem tornar-se escolas de comunismo. É uma visão totalmente diferente do fluxo da história concreta do século XX.

### CUT NASCEU SOCIALISTA

A CUT nasceu no começo dos anos 80. Época na qual, na América Latina, a revolução estava nas cabeças e corações de milhões de revolucionários. O mundo ainda estava dividido em dois blocos nítidos: o ocidental, capitalista e imperialista; e o soviético, comunista. A CUT nasceu quando a Nicarágua acabava de fazer uma revolução popular e El Salvador combinava guerrilha e greve geral para implantar um regime socialista. No Vietnã, os guerrilheiros comunistas, dez anos antes, tinham derrotado o maior exército do mundo. Che Guevara e a revolução cubana embalavam os sonhos de milhões de jovens e trabalhadores.

A CUT, naquele agosto de 83,

**Que tipo de central se quer construir? Dentro ou fora da ordem capitalista? Essa é a mãe e a raiz de todas as divergências existentes dentro da CUT**

# em acirrada disputa

## dá para conviver com concepções tão distintas?

veio ao mundo com um estatuto que colocava o socialismo como meta da luta sindical. Nele estava escrito duas vezes que ela “luta pelos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores”. Repete, também duas vezes, que “a CUT é uma central que luta por uma sociedade democrática e socialista”. Esse mesmo capítulo começava com a famosa frase de Marx na abertura da conferência que criara a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864: “A emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora”.

Mas o mundo mudou. De 89 em diante, vivemos o terremoto do Leste Europeu. A falência das experiências socialistas transforma o quadro mundial. Países que eram chamados de comunistas se tornaram capitalistas neoliberais. Partidos comunistas correram a esconder suas bandeiras vermelhas, como foi o caso do PC da Itália e dos seguidores do Roberto Freire, no Brasil. A FSM, central sindical do bloco socialista, desapareceu quase totalmente.

Em contrapartida, o neoliberalismo chega ao seu apogeu. Os EUA passam a reinar sozinhos. Seu exército passa a ser a força de destruição e ocupação em qualquer país. A nova economia cria milhões e milhões de desempregados e o clima propício à retirada dos direitos conquistados em 150 anos de lutas socialista e sindical. A palavra de ordem passa a ser “flexibilização”, que rima com negociação e, mais ainda, com “concertação social”.

Neste turbilhão, milhões de comunistas perderam a esperança de um dia chegar à construção de uma nova sociedade. Rasgaram suas carteirinhas. Viraram social-democratas. Muitos descem a ladeira

até o social-liberalismo. Ex-guerrilheiros passam a pregar o valor da democracia universal e da cidadania sem apelidos. No *front* sindical mundial, na prática, passa a existir uma única central: a Ciosl. Aquela que EUA e Inglaterra criaram em 1949 para combater o bloco comunista reunido na FSM. Sua ideologia a favor do sistema capitalista agora passa a ter campo livre para crescer.

### VISÕES CONTRASTANTES

A CUT não vive na lua. Vive na terra, no Brasil de FHC. Muitas águas rolaram debaixo da sua ponte! Quem disse que ela deve ter um programa socialista? Isto não é automático. Quem disse que deve ser uma escola de revolução? Que é para o confronto de classe contra classe, por princípio?

É evidente que o mundo mudou e a CUT junto com ele. Hoje na central há duas visões. Uma é a clássica, que coloca o socialismo como perspectiva final da luta sindical. A outra é a visão chamada de moderna, inovadora. Diz que a CUT tem o papel de negociar melhores condições de trabalho e salário. E isso em tempos de flexibilização e retirada de antigos direitos.

Essa é a mãe e a raiz de todas as divergências dentro da CUT. Que tipo de central se quer? Dentro da ordem ou fora da ordem, como sempre repete o professor Ricardo Antunes. Uma CUT que tem como meta uma sociedade socialista ou que vai fazer greves, negociações, passeatas, manifestações para amenizar a situação, sem uma contestação global e total?

Qual o seu futuro? A resposta depende dessa opção básica: se queremos uma central que conviva com esta sociedade ou uma central de contestação, que aponte outra sociedade. Se aceitamos que o socialismo acabou, é necessário combater a visão de uma CUT que lute pelo socialismo.

A estrutura mais centralizada ou menos depende desta opção. Uma estrutura supercentralizada, como a das grandes centrais européias, garante mais poder às cúpulas. No caso, poder de negociar e aceitar acordos de forma “responsável”, que levem em conta as dificuldades das empresas e coisa e tal. A democracia também passará a ser um valor relativo. O mesmo vale para o poder das bases. Ele irá até o ponto que não ameace uma política de não contestação global da sociedade.

Vai se exigir que o governo faça leis que obriguem a renovação da frota de carros? Qual o problema nisso? As empresas ganham, lucram e o emprego aumenta. Na outra visão, essa é uma saída ótima para sustentar o capitalismo. É a negação da perspectiva de classe. A CUT vai jogar tudo na batalha do “Fora FHC”? Depende da ótica. Para uns, esta não é a principal batalha. Para outros, se queremos combater o neoliberalismo, o capitalismo, é essencial derrubar FHC como símbolo desta política.

As duas visões são cada vez mais nítidas e contrastantes. Dá para conviver na mesma central? A unidade é um bem supremo da classe trabalhadora. Mas, quais os limites? No fundo, o que está em jogo é a antiga questão: qual a função dos sindicatos e das centrais? Este é o dilema da CUT. Da resposta dada a esta pergunta depende o seu futuro. Um futuro que não está fatalmente escrito nas estrelas.

Vito Giannotti trabalhou como metalúrgico, foi dirigente da CUT/SP e é autor de diversos livros sobre sindicalismo, entre eles “Para onde vai a CUT?” (Editora Scritta)

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

## 1ª Conclat: marco inicial da criação das centrais

No fim da tarde de 7 de novembro de 1977, o ditador Ernesto Geisel recebeu em audiência coletiva, como fazia todas as segundas feiras, um grupo de dirigentes sindicais. Desta vez eram 210 paulistas, uma verdadeira pequena multidão.

O ambiente estava carregado. Crescia em São Paulo e em todo o país a insatisfação dos trabalhadores com a política salarial em vigor que acarretava perdas, confirmada a denúncia da manipulação dos índices inflacionários de 1973. O próprio Banco Mundial, em relatório publicado pela *Folha de S.Paulo*, apontara discrepância nos números. O Dieese, que apurara a fraude e fizera a denúncia, era valorizado como instituição séria e responsável e alimentava as reivindicações de um reajuste adicional de 34,1%, encampadas pelos metalúrgicos de Osasco e Santo André.

### NA CARA DO GENERAL

O objetivo do ministro do Trabalho, ao arrebanhar o magote de dirigentes sindicais e levá-lo a Brasília, era o de enquadrar “por cima” os trabalhadores, oferecendo-lhes a condição privilegiada de falar diretamente ao presidente da República. Os registros da imprensa da época são eloqüentes, até nos pormenores, e começam a furar a barreira da censura. Noticiando a recepção, o *Jornal do Brasil*, em matéria de página inteira, estampa uma foto em toda sua extensão superior, que fala por mil palavras.

Nela, com os personagens ao



**Um registro importante quando é mais necessária a união sindical**

fundo enfarpelados e constrangidos, o hierático ditador ouve o discurso do jovem dirigente da Federação dos Urbanitários, o eletricitário Hugo Perez (ele se casaria alguns dias depois). Conforme registra a imprensa, ele “reivindicou a realização, pelos trabalhadores, de um congresso como o que recentemente ocorreu no Rio de Janeiro, o Conclap, das classes produtoras”.

“Neste congresso serão debatidos todos os problemas que nos afetam: fundo de garantia, distribuição de renda e política salarial. Apresentando soluções para os problemas dos trabalhadores, melhorando as condições de vida dos trabalhadores, nós, em síntese, estaremos ajudando o próprio Brasil”, afirmou na época.

A rigor, o famoso Conclap (o terceiro e último) havia se realizado em 1972. Mas as sucessivas reuniões

durante o ano de 1977, entre ministros das áreas econômicas e empresários, ocupavam constantemente as páginas dos jornais, repercutiam entre os dirigentes sindicais e pareciam sempre contemporâneas.

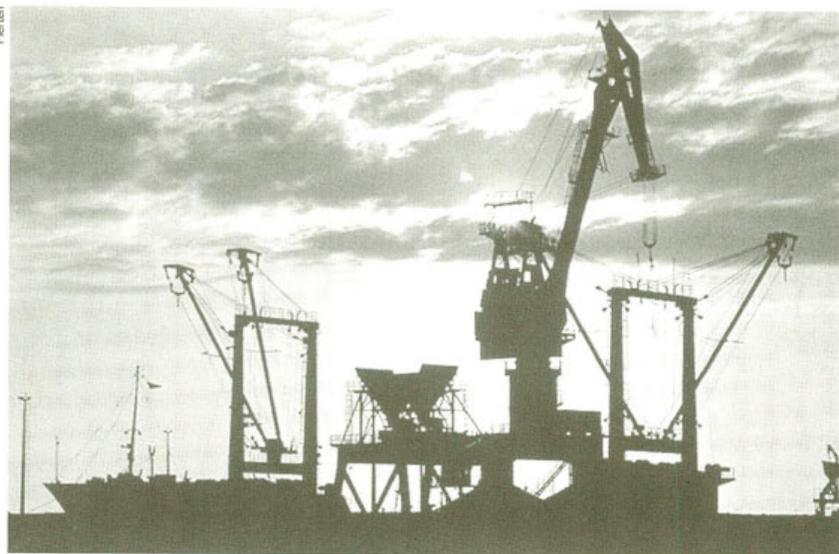
### IMPORTÂNCIA DA UNIDADE

O ditador não disse sim, nem em seu discurso e nem nas conversas, segundo consta. Mas também - o que já era, nas condições da ditadura, um enorme triunfo - não disse não. E, como quem cala consente, os dirigentes sindicais voltaram convencidos da possibilidade da realização do congresso. Foi esta reivindicação, expressa corajosamente cara à cara com o general, e o silêncio deste que intensificaram a luta e a propaganda pela realização do Conclat, que se materializaria quatro anos depois na Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), realizada na Praia Grande (SP), em agosto de 1981.

Se os últimos vinte e poucos anos da história sindical brasileira podem ser contados a partir da greve da Scania (em 1978) ou da grande greve metalúrgica das montadoras (em 1980), a história dos congressos sindicais e do ressurgimento e organização das centrais sindicais não pode ter outro marco inicial que não seja a reunião de Brasília e o discurso de Hugo Perez.

Este registro merece ser feito, neste ano de 2000, quando as três maiores centrais brasileiras realizam seus congressos e os trabalhadores necessitam cada vez mais de unidade, de consciência e de conhecimento de nossa história para resistirem pela democracia, por seus direitos e representação.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de São Paulo



## O pior já passou?

O recente e frágil crescimento da economia brasileira está limitado por desequilíbrios estruturais provocados nos últimos anos

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

São claros os sinais de recuperação da economia. Depois de uma prolongada recessão industrial, cujo ponto mais baixo situou-se entre o último trimestre de 1998 e o primeiro de 1999, os efeitos da desvalorização cambial já começam a aparecer. Há indícios de recuperação no investimento, sobretudo para os setores estimulados a exportar ou a substituir importações. A demanda de bens duráveis também apresenta forte retomada, depois das quedas acentuadas naquele momento já mencionado, em que foi mais agudo o declínio da atividade econômica.

O comportamento do investimento e da demanda de duráveis vem acionando a procura de crédito por parte das empresas e dos consumidores. O sistema bancário, mesmo dentro das atuais condições

de juros em queda, mas ainda elevados, vem respondendo às solicitações de empresas e consumidores, contribuindo, assim, para a expansão da demanda nominal.

O *impeto* da retomada deve, no entanto, ser avaliado com cautela. Primeiro, porque as taxas de crescimento do PIB e da produção industrial de janeiro, fevereiro e março estão sendo calculadas tomando-se como base de comparação um período particularmente ruim de 1999. Segundo, o aumento da demanda de crédito reflete também uma recuperação diante da contração observada entre o final de 1998 e o início de 1999. A tendência é que as taxas de crescimento se reduzam à medida em que vão “entrando” os

períodos em que a situação pós-desvalorização foi sendo normalizada.

De qualquer forma – admitindo-se que o cenário internacional se mantenha instável, mas sem *crash* –, a recuperação da economia deve evoluir num ritmo aceitável, mas não espetacular. Isso foi, na verdade, antecipado por muitos observadores, na medida em que se dissipavam as incertezas causadas pela desvalorização de janeiro de 1999.

### PASSIVO EXTERNO

Mas não devemos limitar a análise a estas questões conjunturais. Na verdade, os problemas da economia brasileira só podem ser compreendidos adequadamente a

## Surtos de euforia são seguidos de “crises de confiança” e ajustes recessivos

partir de uma perspectiva mais ampla. O crescimento hoje está limitado por um *desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos*, provocado pelos efeitos nefastos da abertura comercial e financeira levada a cabo nos últimos dez anos. Entre 1995 e 2000, o passivo externo líquido do Brasil passou de cerca de US\$ 200 bilhões para US\$ 400 bilhões. Isto vem gerando pesados pagamentos de juros e remessas de lucros e dividendos para os forâneos: este ano estão projetados desembolsos de US\$ 23 bilhões.

Nos dias de hoje – tal como nas três últimas décadas do século XIX – não são as transações em bens e serviços que determinam a trajetória do balanço de pagamentos, mas sim a entrada e saída de capitais. Diante dos movimentos de arbitragem e da formação de posições especulativas nos mercados “globalizados” de moedas e de ativos, os países da periferia têm posição desconfortável. Dada a fragilidade “estrutural” do balanço de pagamentos e, portanto, de suas moedas, as economias periféricas ficam expostas às ondas de otimismo e pessimismo inerentes ao mercado “globalizado”. Os surtos eufóricos de liquidez fácil e de endividamento externo são seguidos de “crises de confiança” e de profundos ajustes recessivos.

A perda completa de controle sobre a política monetária e de crédito vêm determinando o alinhamento *passivo* da economia nacional às expectativas dos que controlam a riqueza “globalizada” à liquidez internacional. Alguns países da periferia vêm tentando escapar dessa camisa-de-força, preferindo correr os riscos de uma maior liberdade na gestão de sua moeda. O Brasil, por exemplo, pretende ter ingressado num regime de câmbio flexível. Um dos argumentos esgrimidos pelos partidários do câmbio flutuante é a possibilidade de

liberar a política monetária (leia-se a taxa de juros) das funções relacionadas com o ajustamento do balanço de pagamentos. O livre movimento de valorização/desvalorização do câmbio ficaria encarregado de cumprir este papel (encarecimento das importações e barateamento das exportações).

A disparada do câmbio e a ameaça de aumento das taxas de inflação, logo depois da desvalorização do real, em janeiro de 1999, mostraram os riscos deste cometimento, *num país com elevado passivo externo* e cujo setor privado “carrega” em suas carteiras de ativos uma massa apreciável de títulos públicos dotados de grande liquidez.

### DITADURA FINANCEIRA

Também o susto do final de 1999 foi causado por uma nova rodada de desvalorização do real e pelo “salto” das taxas de inflação, amainado pela ação do Banco Central, mediante a adoção de uma política monetária cautelosa: manutenção do patamar de juros em 19% e “valorização” nominal do real frente ao dólar. Obrigado a intervir seguidamente no mercado cambial, o BC encontra muitas dificuldades para reduzir a taxa de juros. É generalizada a

opinião acerca do assunto: a recuperação e as perspectivas de crescimento seriam mais auspiciosas se os responsáveis pela política econômica estivessem dispostos a reduzir mais rapidamente a taxa de juros. Além disso, a queda dos juros permitiria uma trajetória mais favorável para o déficit público nominal, inchado de despesas com o serviço da dívida interna.

Diante do imenso passivo externo e do rombo que ele produz anualmente na balança de transações correntes, a equipe econômica arrepia carreira. Parece recear, baseada na experiência recente, que a queda rápida dos juros possa desencadear movimentos mais intensos de desvalorização do real, insuflando pressões sobre a inflação. O temor de uma inflação mais alta, aliada ao medo de uma derrocada do real, estimularia a fuga para o dólar. Caso contrário, as antecipações negativas fariam acontecer o que se previa: mais inflação e maior saída de capitais. As profecias auto-realizáveis existem no mundo da economia.

A insistência da equipe econômica em manter e ampliar a abertura financeira impossibilita a adoção de uma política monetária favorável ao crescimento econômico e, portanto, à reabsorção do desemprego. Por outro lado, o governo exulta com a entrada de investimentos diretos estrangeiros. Os “especialistas” do Banco Central escondem da população – com a inestimável ajuda da mídia chapabrancas – que, num curto espaço de tempo, estes investimentos vão provocar o aumento das remessas de lucros e outros rendimentos para o exterior. Haja superávit comercial e desemprego para agüentar a ditadura do “arrombamento” financeiro.

Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo é professor titular de economia na Unicamp/SP e economista da revista *Carta Capital*

**A insistência em ampliar a abertura financeira impossibilita o crescimento e a reabsorção do desemprego**

# Economia e trabalho: aonde vamos?

Para reduzir o desemprego e integrar ao mercado de trabalho os 1,5 milhão de ingressantes anuais seriam necessárias taxas de crescimento entre 5% e 6%

JORGE MATTOSO

Na década de 90, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro foi desastroso. As aberturas comercial e financeira indiscriminadas, os elevados juros, as privatizações e a sobrevalorização do real favoreceram a ocorrência do mais baixo crescimento econômico do Brasil no século XX, em meio à desestruturação da produção e do emprego.

Neste quadro, as taxas de desemprego mais que dobraram (atingindo um em cada cinco ocupados das grandes cidades), foram queimados mais de 3 milhões de empregos formais e a informalidade e a precarização das condições de trabalho alcançaram cerca de dois em cada cinco trabalhadores. Isto significa que aproximadamente três em cada cinco trabalhadores estão deixando de contribuir para o INSS e para o FGTS, por efeito do desemprego ou da precarização do trabalho. E o governo ainda quer responsabilizar os aposentados e o salário mínimo

Alexandre Machado



pelo déficit da previdência!

Em dez anos, o PIB per capita praticamente manteve-se inalterado, enquanto o rendimento médio real teve queda de 8%. O salário mínimo perdeu 5% de seu valor na década e, depois do recente e pífio reajuste estabelecido pelo governo através de medida provisória, representa apenas cerca de 85 dólares. A sua eventual regionalização não passa de mais uma medida favorável à desigualdade, de valorização do moinho satânico do mercado sem regulações, da guerra fiscal e fratricida.

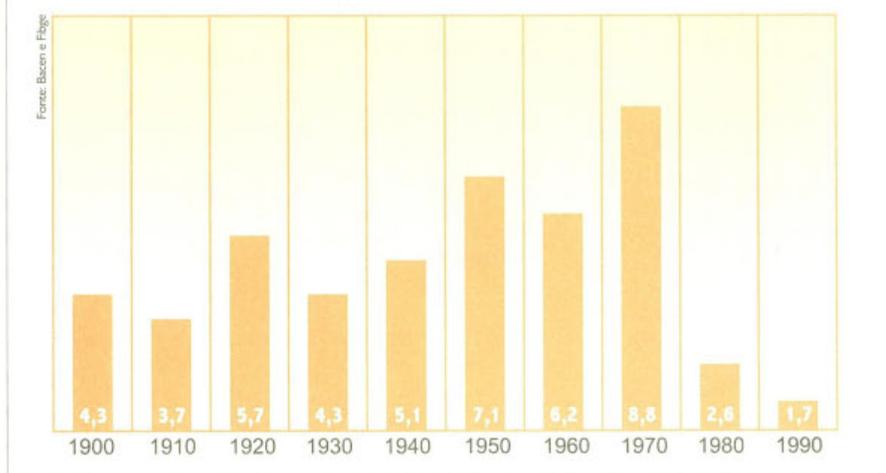
## CENÁRIO ADVERSO

Qual é a perspectiva do mercado de trabalho para o próximo período? Será possível retomar uma trajetória de crescimento econômico? Iniciamos o ano 2000 com previsões de crescimento que supunham que o produto nacional pudesse se expandir 4% no ano.

Até há pouco tempo, fatores externos e internos pareciam favorecer esses prognósticos. No plano internacional – depois da tempestade –, os mercados de capitais e a economia viviam uma calma no início do ano. No plano nacional, a desvalorização do real, apesar de tardia e desastrosa, ocorreu sem o caos inflacionário, financeiro e produtivo previstos pelos que defendiam a sobrevalorização da moeda. Os fluxos financeiros externos foram recompostos e os déficits comerciais reduziram-se.

No entanto, a situação é mais complexa. Apesar daquela calma, os fatores responsáveis pelas sucessivas crises financeiras internacionais não foram removidos. Também os percalços da nova economia e da bolha especulativa das bolsas norte-americanas não são apenas nuvens que turvam o horizonte, mas deixam ainda mais instável o clima produtivo e podem se transformar, a qualquer momento, em nova tempestade.

### Taxas médias anuais de variação do PIB brasileiro por década no século XX



No plano interno, junto à desvalorização do real, não ocorreram as indispensáveis mudanças das políticas comercial e financeira. Nessas condições e dada a dinâmica internacional (ainda com baixas taxas de crescimento), seus efeitos sobre a balança comercial foram modestos. As contas externas continuam apresentando déficit – atualmente de 4% do PIB –, resultante dos elevados juros e do comportamento pouco dinâmico e desequilibrado das exportações. O país continua (e cada vez mais) exportando produtos de baixo valor agregado, enquanto importa produtos tecnologicamente avançados.

Os investimentos diretos do exterior continuam orientados para fusões e aquisições de empresas públicas e privadas, com reduzidos impactos nas taxas de investimento. O Estado, privatizado e gerando sucessivos superávites primários, não pode, por sua vez, contribuir – como no passado – à elevação do investimento. A desnacionalização produtiva e financeira levada a cabo pelas políticas de abertura indiscriminada do comércio e das finanças domésticas aumentou a vulnerabilidade externa do país, dando maior poder às multinacionais, maior rigidez à pauta de importações e comprometendo o

sistema nacional de inovações.

Mas não é impossível que o Brasil volte a crescer algo em 2000. Afinal, depois de intensa retração econômica, sempre é possível voltar a ocupar a capacidade ociosa gerada pela recessão, que de resto já vem ocorrendo desde o final do ano passado. Entretanto, dada a instabilidade internacional e mantidas a abertura comercial e financeira, os elevados juros, a debilidade regulatória e de gasto do setor público e a crescente vulnerabilidade externa do país, dificilmente este crescimento será baseado em taxas de investimento que assegurem sua sustentação ao longo do tempo.

#### MEDIDAS INDISPENSÁVEIS

Para reduzir efetivamente o desemprego, integrar ao mercado de

**O país precisa romper com os constrangimentos externos e internos que limitam o seu crescimento**

trabalho os cerca de 1,5 milhão de ingressantes anuais e reduzir a precarização das condições e relações de trabalho, seriam necessárias taxas de crescimento entre 5% e 6% ao longo de vários anos e o desenvolvimento de políticas de emprego e de distribuição da renda.

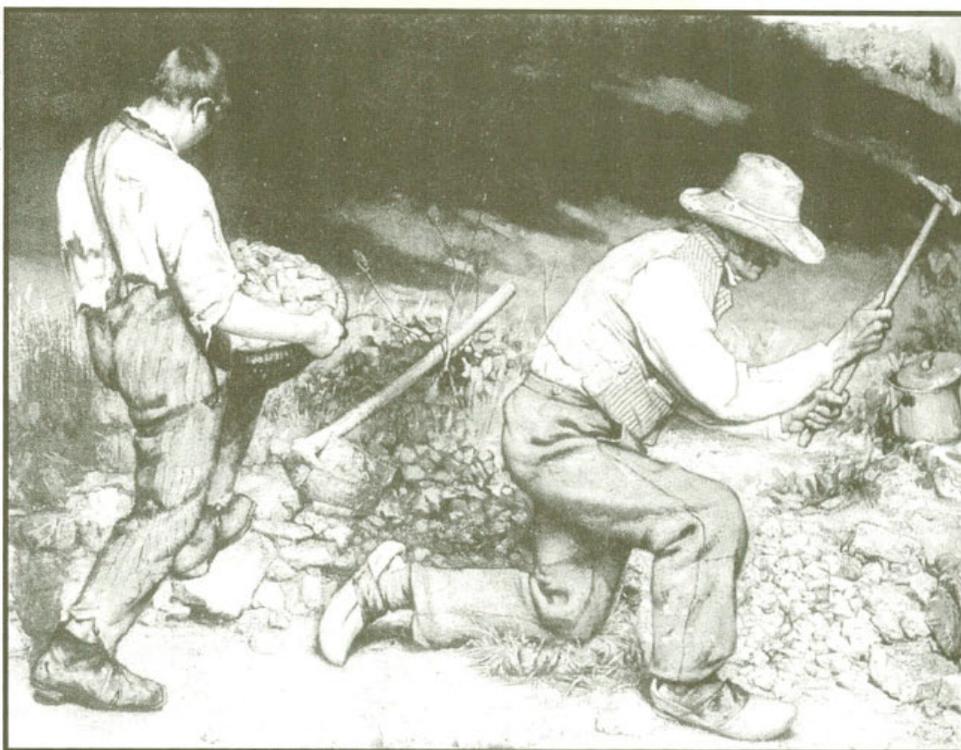
Mas para recuperar o crescimento sustentado e desenvolver políticas de emprego e de distribuição da renda, o país teria que romper com os constrangimentos externos e internos que têm limitado este crescimento, restaurando a capacidade de fazer política econômica soberana no marco de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional. Neste caso, três eixos centrais seriam indispensáveis: regulação dos fluxos de capitais, relativização do precipitado processo de abertura comercial e renegociação das dívidas.

O primeiro permitiria maior autonomia da política macroeconômica, subordinando-a aos objetivos nacionais de crescimento econômico, distribuição de renda e combate à pobreza. Atualmente, a crescente dependência dos fluxos de capitais monitora a política econômica em função dos interesses das finanças internacionais, do extraordinário poder dos credores e das políticas deflacionistas. O segundo permitiria reduzir a desmedida propensão a importar e a acumulação crônica de déficits e/ou desequilíbrios comerciais. O reconhecimento da importância do Investimento Externo Direto e das empresas de capital estrangeiro não pode prescindir de uma política regulatória capaz de assegurar efeitos positivos sobre a produção e o emprego nacional. O terceiro permitiria a redução dos estoques que vêm crescendo, pesando sobremaneira sobre o setor privado e público, e limitando as capacidades de gasto e investimento.

José Eduardo Levi Mattoso é professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Cesit e autor de vários livros, entre eles *O Brasil desempregado* (Editora Fundação Perseu Abramo)

# Reforma trabalhista: golpe sem misericórdia

Gustave Courbet/Os quebradores de pedras, 1851



Baseada na lógica neoliberal e nos acordos firmados com o FMI, a política trabalhista do atual governo, revelada numa série de iniciativas nos últimos anos, vem se constituindo em farol para as empresas na adoção de um processo de eliminação de direitos conquistados em lei ou através da negociação coletiva. A última e mais grave ameaça recai sobre o artigo 7º da Constituição Federal, que abarca a maior

**Com sua proposta de mudança no artigo 7º da Constituição, FHC quer fechar “com chave de ouro” uma série de ataques aos direitos trabalhistas conquistados durante décadas de lutas**

CLÁUDIO GONZALEZ

parte dos direitos dos trabalhadores. A idéia do governo é fazer alterações no artigo de modo que os direitos negociados prevaleçam sobre os legislados. Para levar seu plano adiante, o governo pretende ainda fragilizar a organização dos trabalhadores e busca colocar os sindicatos na posição de avalistas da precarização das condições de trabalho.



## CAPA ■ REFORMA TRABALHISTA

# Logo que assumiu a presidência, FHC tomou medidas para precarizar o trabalho e quebrar os sindicatos

Em 1989, os principais defensores do capitalismo neoliberal globalizante – economistas, banqueiros, diplomatas, executivos e altos funcionários governamentais das três Américas – aprovaram dez pontos programáticos para os países do continente, especialmente para os latino-americanos. O 9º ponto do documento resultante dessa conspiração, conhecida como “Consenso de Washington”, propunha exatamente a desregulamentação das relações trabalhistas, no sentido de reduzir direitos e conquistas dos trabalhadores.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso aderiu a essas propostas desde quando era ministro da Fazenda. Ao assumir a presidência, sua agenda nas áreas trabalhista e sindical baseou-se quase que exclusivamente em tentativas de precarizar o trabalho e de quebrar os sindicatos. Neste sentido, participação em lucros e resultados, trabalho temporário, demissão voluntária, banco de horas, redução do FGTS, dentre outras medidas, marcaram o direito individual do trabalho; enquanto as limitações ao direito de greve e ao número de dirigentes sindicais, o veto à anistia

dos petroleiros grevistas, a resistência em negociar com os docentes universitários, deram o tom no direito coletivo.

### ALVOS DO GOVERNO

Agora, o governo intenta nova reforma da legislação laboral. Estão em estudo outras propostas de alteração, de caráter constitucional, destinadas a possibilitar a prevalência do negociado sobre o legislado e a introduzir um tratamento trabalhista diferenciado para micro e pequenas empresas. Tais iniciativas,

## ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO

O artigo 7º da Constituição Federal é taxativo: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:”. Logo em seguida, enumera 34 itens, garantindo, entre outros, os seguintes direitos:

- Relação de emprego protegida contra “despedida arbitrária ou sem justa causa”;
- Seguro-desemprego;
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- Salário mínimo, nacionalmente unificado, fixado em lei;
- Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável;
- 13º salário;
- Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

- Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração;
- Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- Licença à gestante;
- Licença-paternidade;
- Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos

específicos, nos termos da lei;

- Aposentadoria;
- Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e avulso;
- Assistência gratuita a filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos em creches e pré-escolas.



anunciadas pelo próprio presidente em janeiro deste ano, consistem em alterar o artigo 7º da Constituição, que passaria a ter a seguinte redação: “Artigo 7º – São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social, *ressalvado negociação coletiva*”.

Já no caso das micros e pequenas empresas, a intenção é acrescentar a palavra “trabalhista” no *caput* do artigo 179 da Constituição. O texto teria nova redação: “A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias, creditícias e *trabalhistas*, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”. Aparentemente “singelas”, estas duas alterações, ao lado do que se propõe com a PEC 623/98 (boxe na página 30), podem trazer conseqüências desastrosas para os trabalhadores.

## SARCASMO E MENTIRAS

Apesar do ex-ministro do Trabalho, Edward Amadeo, em documento enviado ao presidente, chegar a falar em “superabundância, detalhamento, rigidez e imperatividade” da legislação trabalhista, FHC se esforça para “dourar a pílula” e passar à sociedade uma visão “positiva” de suas propostas. No documento em que apresentou o seu plano de estabilidade fiscal, em 1998, afirma que “a reforma trabalhista é fundamental para adequar o funcionamento do mercado de trabalho ao processo de reestruturação econômica por que vem passando o país, com os seguintes objetivos básicos: 1- preservação e geração de empregos; 2- redução da rotatividade da força de trabalho; 3- crescimento da produtividade; 4- redução da informalidade”.



## O artigo 7º teria nova redação: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...), *ressalvado negociação coletiva*”

As falsas justificativas do Executivo para flexibilizar ou eliminar direitos sociais mínimos são a suposta rigidez do mercado de trabalho e o alto custo da contratação. Mas elas não sobrevivem à força dos indicadores. A rotatividade da mão-de-obra no Brasil é uma das mais elevadas do mundo. Dados do próprio Ministério do Trabalho mostram que mais da metade dos trabalhadores formais não completa três anos no emprego, comprovando que os custos de admissão e demissão não inibem a utilização da rotatividade do emprego como instrumento de redução de salários.

Cerca de 50% dos trabalhadores

assalariados não têm nem sequer a carteira de trabalho assinada, o que demonstra que as empresas não podem nem mesmo alegar que os custos rescisórios da demissão previstos na legislação trabalhista façam parte do custo do trabalho.

## BAIXO CUSTO-BRASIL

Segundo Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp, o Brasil continua sendo uma economia de baixos salários. Pelo menos 75,5% dos pisos salariais do país vão até três mínimos. Além disso, de cada dez trabalhadores do setor informal, quatro ganham até um mínimo. Entre as pessoas que têm carteira assinada, uma entre dez também recebe um salário mínimo no final do mês. Entre as décadas de 40 e 80, de 10 empregos criados, oito eram de assalariados, sete deles com carteira assinada. De 90 a 98, entre 10 novos postos de trabalho, oito são de não-assalariados e os outros dois não têm carteira.

Para Pochmann, a queda da ocupação formal decorre não da rigidez da legislação trabalhista, mas do fracasso das políticas de geração de emprego no Brasil durante os anos 90. O país cresceu em média 1,7% ao ano, quando precisaria avançar pelo menos 5,5%, frisa. Se a redução de encargos se traduzisse em mais empregos formais, a criação do Simples (sistema simplificado de tributação de pequenas empresas) teria contido a informalidade.

Ainda segundo Pochmann, a legislação que aprovou as cooperativas de trabalho, o abandono da política salarial e o rebaixamento do salário mínimo, o projeto de emprego temporário com rendimentos e encargos sociais restringidos, a medida provisória 1.539/97, que recentemente autorizou a abertura do comércio varejista aos domingos sem o pagamento de horas extras, entre outras medidas e propostas, constituem exemplos de um encaminhamento das questões do



# Para Pochmann, a queda da ocupação formal não decorre da rigidez da legislação, mas da ausência de crescimento

trabalho que parece contribuir muito mais para provocar a precarização das condições e relações de trabalho nas ocupações já existentes do que para a geração de empregos regulares.

### OPINIÃO DAS CENTRAIS

Segundo o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, só depois de acordado o termo da proposta, o governo formalizará seu envio ao Congresso Nacional. O ministro espera convencer as centrais sindicais e o Legislativo da “justeza” de suas propostas. Mas se depender da anuência do movimento sindical, o governo terá que desistir de suas intenções.

A direção nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) não vê com bons olhos a idéia do presidente FHC de modificar, por meio de emenda constitucional, a atual legislação trabalhista. “Se estivéssemos na Europa, Japão, Canadá ou Estados Unidos, onde o trabalhador tem um salário decente e, quando perde o emprego tem um seguro-desemprego igualmente decente, a situação seria diferente”, afirma o presidente da CGT, Antonio Carlos dos Reis (Salim). Ele ressalta ainda que fica difícil discutir essa questão com o atual desemprego no país.

Já a executiva nacional da CUT considera que o conjunto de medidas relacionadas com o emprego e as relações de trabalho anunciadas e as levadas a cabo pelo governo têm como objetivo precarizar

as relações de trabalho, retirar direitos históricos e facilitar demissões. Pela maneira como estão sendo encaminhadas, “são retrógradas, demagógicas, insuficientes para impedir o impacto recessivo e geradoras de desemprego”, afirma nota da direção nacional. Ela orienta todas as CUTs estaduais, federações e confederações da CUT, entidades nacionais e sindicatos filiados que repudiem e denunciem todo este conjunto de medidas como grave eliminação dos direitos dos trabalhadores.

Quem também não está gostando nem um pouco destas propostas de flexibilização é a USI (União Sindical Independente). Na opinião da entidade, expor os direitos trabalhistas à negociação com a conjuntura que vivemos hoje é o mesmo que colocar a raposa para vigiar as galinhas. O assessor sindical João Guilherme Vargas Netto chama a atenção para o fato de que o enxerto da palavra trabalhista no artigo 179 da Constituição pode fazer com que as micro e pequenas empresas fiquem fora da atual legislação trabalhista. “Para os comerciários este ‘supositório’ seria particularmente doloroso. No comércio, em São Paulo, as empresas com até 29 empregados (que são 98,6% do total), agrupam 76,1% do pessoal ocupado, que ficaria a ver navios”, alerta o assessor.

Uma das poucas centrais que se mostra favorável à proposta é a SDS (Social-Democracia Sindical), presidida por Enilson Simões de Moura (Alemão). “Defendemos a

**A suposta rigidez do mercado de trabalho brasileiro é uma farsa. O país é campeão mundial em rotatividade da mão-de-obra**

### SINDICATOS FRACOS

Governo e patrões sabem que a reforma trabalhista, ao favorecer a negociação, pode significar um tiro no pé dos seus interesses se for efetivada num ambiente de forte organização dos trabalhadores. Portanto, para se precaver de futuros arrependimentos, junto com as mudanças no artigo 7º, buscam também mudar a legislação sindical.

A Proposta de Emenda Constitucional 623/98 foi elaborada por juristas da Fiesp e tem como relator o deputado Moreira Ferreira (PFL/SP), atual presidente da Confederação Nacional das Indústrias. Os objetivos da PEC podem ser assim resumidos: a) acabar com a unicidade sindical; b) extinguir as contribuições compulsórias; c) terminar com o substituto processual; d) instituir o sindicato por empresa; e) limitar a representação sindical apenas aos associados; f) extinguir o poder normativo da Justiça do Trabalho; g) instituir a arbitragem privada, h) restringir o acesso à Justiça do Trabalho.

Segundo analistas, com a adoção da PEC, se teria, num primeiro momento, a criação de milhares de sindicatos, para depois haver uma previsível quebradeira de grande parte deles. E com o fim da categoria profissional, a identidade do trabalhador teria uma morte anunciada. Avaliada como um todo, combinando-se as alterações sindicais e judiciárias, a PEC 623/98 produz um cenário em que a proteção ao trabalhador desaparece, em nome de uma falsa idéia de liberdade de negociação.



valorização da negociação coletiva e que sejam preservados e respeitados os direitos sociais esculpidos na Constituição Federal e integrantes dos princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isso porque o mundo do tempo real pede direitos negociáveis e contratualizados, e não apenas direitos inegociáveis e legislados. Não propomos a revogação de nenhum direito constitucional. Ao contrário, propomos a sua preservação e, ao mesmo tempo, a abertura da era dos direitos negociáveis no campo trabalhista”, explica o sindicalista.

Já a Força Sindical, tradicional parceira do governo em várias iniciativas de flexibilização de direitos, está cautelosa. Segundo sua assessoria de imprensa, a central ainda vai discutir a proposta de emenda constitucional do governo, mas o presidente da entidade, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, adianta sua opinião pessoal. Ele considera a possibilidade de um acordo entre patrões e empregados valer mais do que determina a lei, com a condição de se manter a CLT, que continuaria

prevalecendo sempre que não houvesse entendimento.

Até o deputado Luiz Antônio de Medeiros (PFL-SP), ex-presidente da Força Sindical, posicionou-se contra a reforma. Medeiros qualificou a iniciativa como um “tropeço” de FHC. Segundo ele, a possibilidade dos acordos entre patrões e empregados se sobreponem às leis é como permitir a negociação direta entre “o lobo e o cordeiro”. Se Medeiros, que não se envergonha de dizer que é aliado do governo, diz estas coisas, é por que realmente FHC exagerou na dose.

### CORRELAÇÃO DE FORÇAS

O jornal *O Estado de S.Paulo*, que no século passado publicava anúncios e oferecia recompensas pela captura de escravos fugidos, afirma no final deste século: “Entende o governo que os trabalhadores e suas organizações já têm discernimento suficiente para negociar suas condições de trabalho”. Mas a verdadeira questão não é de discernimento para negociar, mas

empresas, das negociações para a assinatura de novos convênios, antes feitas pelos sindicatos.

Apesar do governo de Fernando de la Rúa ter conseguido, através de acordos, aprovar a reforma, a resistência foi grande e ocasionou, inclusive, um racha na CGT (Confederação Geral do Trabalho) da Argentina, base histórica do peronismo. Com claro objetivo de enfraquecer o sindicalismo, ainda assim a reforma teve o apoio do presidente da central, Rodolfo Daer, o que motivou a divisão.

A CGT dissidente, encabeçada pelo caminhoneiro Hugo Moyano, organizou protestos duramente reprimidos e liderou a primeira greve geral do novo governo – com 85% de adesão. A CGT original boicotou o movimento, mas, segundo analistas, a facção dissidente já ocupou o seu espaço.



sim de correlação de forças, numa realidade em que o trabalhador é humilhado para alcançar um meio de subsistência.

O contexto atual da relação entre capital e trabalho no Brasil não mostra uma correlação de forças favorável ao trabalho. As negociações coletivas têm se dedicado a manter, com dificuldades, direitos duramente conquistados em tempos anteriores. Num período em que predomina a intransigência patronal, o papel das negociações por vezes inverte-se ao analisar não as reivindicações trabalhistas, mas as patronais. A proposta oficiosa do governo FHC reforça o modelo de negociação atualmente vigente, o que não é vantajoso para os trabalhadores.

Além da correlação de forças desigual, a proposta do governo desconsidera que o artigo 7º da Constituição ainda não entrou plenamente no mundo do trabalho. Alguns dos dispositivos mais importantes sequer foram regulamentados e, por isso, ainda não têm eficácia. A proteção contra a despedida arbitrária, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a proteção ao trabalhador contra os efeitos da automação, a proteção contra o trabalho penoso, as vantagens para as mulheres no mercado de trabalho, a licença-paternidade, dentre outros, não foram exercitados nas relações de trabalho no país. Não podem, portanto, ser objeto de avaliação ou de crítica.

Ao serem colocados como custo do trabalho, comete-se um grosseiro equívoco, já que não sendo direitos, não produzem efeitos jurídicos ou econômicos. Por sua vez, FHC tem se empenhado na não regulamentação desses novos direitos. Assim, ao propor a possibilidade de sacrificar esses direitos em negociações coletivas, vê-

### MAU EXEMPLO DA ARGENTINA

A exemplo do Brasil, o governo argentino também apresentou uma proposta de reforma trabalhista bastante prejudicial aos trabalhadores. Os parlamentares de oposição argumentam que a reforma vai promover brutal redução de salários, ao tornar os trabalhadores mais vulneráveis, e irá flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho, que já sofreu duros golpes durante o governo de Carlos Menem.

A reforma trabalhista prevê, entre outros pontos, a eliminação dos convênios coletivos de trabalho, a maior parte deles assinados durante o governo de Juan Domingo Perón, nos anos 70. Também fixa a ampliação do período de experiência, de seis meses para um ano; e a transferência, para as



# O contexto atual indica uma correlação de forças desfavorável ao trabalho e às negociações coletivas

se, de fato, a perspectiva de redução ou extinção daqueles direitos anteriores à Constituição de 88. Não seria apenas uma tentativa de “desconstitucionalizar” direitos do trabalho, mas de se fazer retornar uma realidade anterior àquele período de crescentes conquistas sindicais e trabalhistas dos anos 80 e, mesmo em alguns casos, em retornar

aos momentos anteriores à própria CLT, de 1943.

### TRABALHO PRECARIZADO

Segundo estudo de Cláudio Salm, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob o título

“Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?”, todo este discurso de enaltecimento da informalidade decorre do pessimismo quanto à possibilidade de retomar o desenvolvimento. “Como não podemos resolver o problema do emprego via crescimento econômico, ou seja, pelo aumento da demanda de mão-de-obra, imaginamos vê-lo resolvido pela flexibilização da oferta, isto é, pela diminuição do custo da mão-de-obra, visando a aumentar assim a quantidade de postos de trabalho disponíveis”.

“É uma solução pobre, pois as oportunidades que se abrem por esta via tendem a ser de baixa produtividade. As novas contratações se fazem às custas da degradação da qualidade de emprego criado. É a ‘solução’ através de uma precarização que não contribui para melhorar a competitividade do país – pois não é por aí que se atraem novos investimentos – e certamente compromete a qualificação futura da força de trabalho, por causa dos efeitos cumulativos, conhecidos e estudados, que os trabalhos degradantes provocam nas pessoas”.

Para Salm, a argumentação em defesa da flexibilização é sempre mais ou menos a mesma: é melhor do que ficar sem emprego. “É verdade. Mas que não se espere um desenvolvimento da nossa força de trabalho, como todos desejamos, na base do ‘é melhor do que nada’. Um bom trabalho em um bom emprego, a despeito de todas as mudanças que estão ocorrendo, continua sendo a condição mais importante para a promoção social da imensa maioria das pessoas. Dizer que isso acabou, sem esclarecer o que poderá vir a substituí-lo, não passa de escárnio”, desabafa o professor.

Cláudio Gonzalez é jornalista

## SENTINDO NA PELE

Na hipótese de vingar a atual reforma trabalhista, ocorrerá a oficialização de um drama que já se tornou lugar comum em diversos cantos do país. Não faltam estatísticas, inclusive do governo, que mostram o crescente contingente de brasileiros alijados dos direitos trabalhistas constitucionais. Mas para entender este situação, nada melhor do que conhecer as experiências concretas.

Um caso exemplar do drama dos “precarizados” ocorre no telemarketing. Este setor se consolidou no país nos últimos dez anos e está em fase de expansão. Segundo a ABT (Associação Brasileira de Telemarketing), ele registra um crescimento anual de 30%, bem acima da média da economia. Em 97, cerca de R\$ 30 bilhões foram movimentados em operações de venda por telemarketing.

Calcula-se que as empresas do ramo empreguem, hoje, cerca de 250 mil trabalhadores no país. Só em São Paulo são 100 mil. O grosso da categoria é formado de mulheres (70%), com até 29 anos de idade (cerca de 80%) e, em geral, freqüentando curso superior. Apesar da prosperidade do setor, o que mais se observa é a intensa precarização do trabalho e uma brutal rotatividade no emprego.

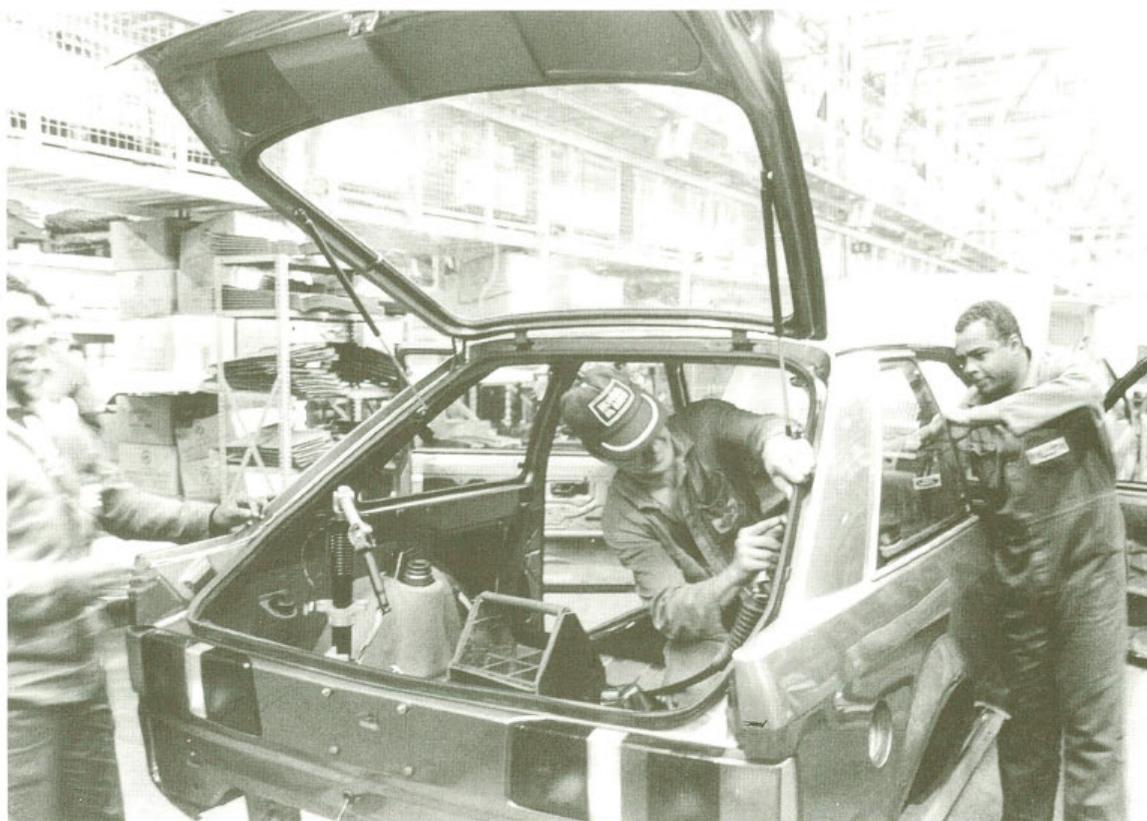
A precarização se expressa na



ausência quase total de registro em carteira, na incidência epidêmica de doenças profissionais, nos baixos salários, na fraude pela exigência de cumprimento de metas – sem a qual se perde

todas as vendas anteriormente feitas –, na excessiva carga horária, na figura do “capataz”, que vigia ostensivamente o operador, além dos contratos de estágio irregulares e das cooperativas fajutas. Além destas, várias outras queixas chegam diariamente ao Sintratel (entidade que representa a categoria em São Paulo), como o não pagamento de vale-transporte e das horas extras, proibição de descanso semanal e até cobrança pelo café e água consumidos no expediente.

Segundo Maria Jucileide Santos, 31, funcionária da Polimport, cerca de 90% dos operadores desta empresa, situada na capital paulista, trabalham sem registro em carteira. A maior parte foi obrigada a aderir a uma cooperativa de fachada – que confisca os direitos trabalhistas legais. Outro caso grave ocorre na Atento, multinacional de telemarketing (co-irmã da Telefônica), a maior empresa do setor no Brasil, com mais de 20 mil “empregados”. Segundo o Sintratel, ela contrata operadores por intermédio de agências de empregos temporários – o que é ilegal



## Trabalho e tempo livre nas sociedades capitalistas atuais

O capitalismo rege as 24 horas por dia dos seres humanos; sob sua lógica produtivista e consumista, o tempo livre não pode ser verdadeiramente livre

VALQUÍRIA PADILHA

No final do século XX, muita polêmica está sendo lançada em torno da questão do fim da centralidade do trabalho nas sociedades. O desenvolvimento tecnológico e as inovações organizacionais são os principais argumentos usados para justificar a crescente perda da necessidade de uso de mão-de-obra humana na produção de mercadorias. A partir

deste fato inevitável para as sociedades que pretendem entrar no *ranking* dos países mais desenvolvidos do mundo, o que resta é desemprego para uma grande maioria de trabalhadores, desqualificados e até qualificados.

O problema é que as máquinas que substituem os homens produzem mais em menos tempo, mas não consomem as mercadorias que

produzem. Sindicatos, governos e empresários se põem, então, a discutir a redução da jornada como uma medida paliativa para o desemprego estrutural que, em sociedades como a brasileira, significa a barbárie: mais fome, mais miséria, violência e desesperança.

A redução da jornada já foi apontada no final do século XIX por Karl Marx e Paul Lafargue, não

## Não é possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na

como uma solução para o desemprego, mas como uma necessidade de ampliação do tempo livre para a emancipação humana. Marx previa que um dia haveria um nível de desenvolvimento tecnológico que iria libertar os trabalhadores das árduas tarefas realizadas em extensas jornadas de trabalho. Só que ele imaginava uma sociedade que, pela consciência e luta do proletariado, venceria o capitalismo e eliminaria a expropriação da mais-valia, a propriedade privada e o trabalho abstrato (aquele que gera valor de troca nas mercadorias).

Para Marx, a tecnologia possibilitaria a radical redução da jornada de trabalho, ampliando o tempo livre dos trabalhadores para que eles pudessem desenvolver plenamente suas potencialidades humanas. É bastante interessante esta passagem de Marx: "(...) em seu impulso cego desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. (...) O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho". [1]

### UM PAR IMPERFEITO

Parece que Marx foi um pouco ingênuo. Acreditou que cem anos depois de escrever estas linhas, a sociedade estaria emancipada. Infelizmente, não é isso que podemos constatar hoje, embora existam autores românticos que

fazem um elogio à civilização do lazer e do tempo livre do final do século XX. De Masi, por exemplo, não cansa de espalhar suas idéias pelo Brasil dizendo que estamos todos errados: o trabalho acabou e temos que aprender a criar uma sociedade baseada no tempo livre. Ele diz que as pessoas ficam reclamando porque têm que trabalhar muito para sobreviver mas, não fazem nada para mudar isso.

**Se o capitalismo invade o tempo de trabalho das pessoas, por que ele não invadiria também o tempo de não trabalho?**

Para Gorz, a redução do trabalho deve ser uma medida urgente para a mudança radical da sociedade, pois mudaria a relação de submissão entre patrões e empregados na medida em que o trabalho seria redimensionado. Para ele, as esquerdas e os sindicatos do mundo todo devem acabar com a luta pelo pleno emprego - que não voltará mais - e focalizar a atenção em direção à ampliação do tempo livre.

Muitas questões podem ser lançadas para polemizar com estes autores: Qual é o elemento revolucionário necessariamente implícito na redução do tempo de trabalho? O trabalho abstrato e o seu potencial de estranhamento deixa de

existir apenas com a redução ou redistribuição do tempo de trabalho? Uma redução do tempo de trabalho estranhado, alienado, pode possibilitar uma eliminação do estranhamento ou da alienação? E mais: Quais seriam os ganhos de um tempo livre ampliado pela redução da jornada de trabalho numa sociedade que continua sendo regida pela lógica do capital?

A principal crítica que poderia fazer a estes autores que vislumbram a redução da jornada de trabalho, o fim da centralidade do trabalho e a civilização do tempo livre é a de que falta visualizar um ataque mais incisivo aos limites impostos pelo capitalismo à emancipação humana. Em outras palavras, será que uma melhor administração do capitalismo é suficiente para garantir uma verdadeira emancipação da humanidade? A resposta é negativa quando se acredita na lógica totalizadora do capital. Se o capitalismo invade o tempo de trabalho das pessoas, por que ele não invadiria também o tempo de não trabalho? Ou seja, o capitalismo é um sistema que rege as 24 horas por dia dos seres humanos; assim, sob sua lógica produtivista e consumista, o tempo livre não pode ser verdadeiramente livre. Como afirmou Antunes: "Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho". [2]

Outra reflexão importante a ser feita baseia-se na constatação de que, mesmo diante da possível consciência da classe trabalhadora de que é preciso viver melhor (com menos trabalho, mais salário, mais tempo livre e lazer), as determinações sociais e econômicas continuam sendo as do capital. É inevitável a

**Segundo Marx, o capitalismo "rouba o tempo necessário para se respirar**

## busca do lucro privado em detrimento das necessidades humanas

percepção de que para sobreviver nessa sociedade, em todos os aspectos, o ser humano ainda precisa trabalhar. Os movimentos das pessoas em sociedades capitalistas ainda são regidos pela necessidade de sobrevivência nas próximas 24 horas. Sem trabalho, o que resta? O desfrute de lazeres programados, pacotes turísticos, passeios ecológicos, compras nos *shopping centers*?

### SUPERAR A LÓGICA DO CAPITAL

É importante atentar para o fato de que o capitalismo, com sua lógica opressiva, impõe limites ao potencial emancipador da tecnologia. Por isso, enquanto houver uma racionalidade do capital agindo numa sociedade dividida em classes, a possibilidade de aumento do tempo livre será para uma minoria. Além disso, o capitalismo é um sistema que consegue criar nas pessoas a ilusão de que a felicidade e o bem-estar alcançam-se com o consumo de mercadorias e entretenimento. Isso porque alia a felicidade ao princípio de igualdade, representado por uma ideologia democrática global que mascara a democracia ausente e a igualdade impossível, como bem sugere Baudrillard. [3]

Por isso, o tempo livre das pessoas, no capitalismo, é tão alienado quanto o tempo de trabalho: ambos estão presos às determinações do capital. Assim, é preciso entender o funcionamento da lógica do capital e de como ela articula tempo de trabalho e tempo de não trabalho através do consumo. É preciso entender que na forma alienada de viver (no trabalho ou no lazer), nada se modifica dentro de

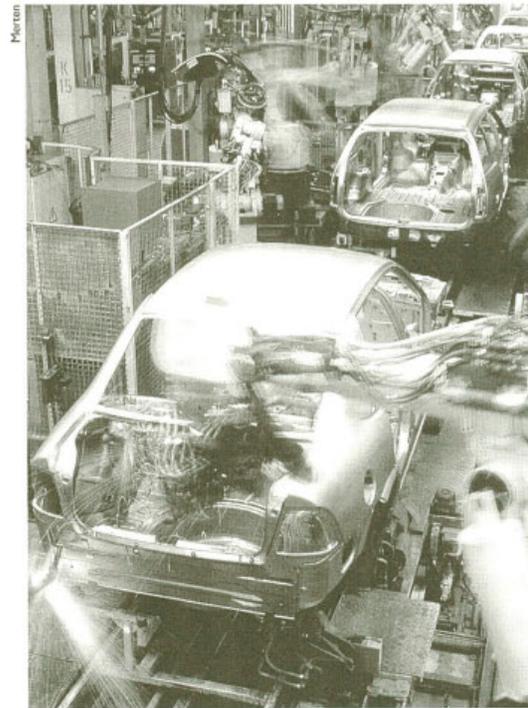
**O capitalismo, com sua lógica opressiva, impõe limites ao potencial emancipador da tecnologia**

nós, ou seja, depois da experiência alienada, continuamos sendo as mesmas pessoas, apenas mais cansadas.

E ainda é preciso reconhecer que não é possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da real satisfação das necessidades humanas. Enquanto predominar a racionalidade do capital, a emancipação humana não será alcançada, mesmo que se reduza a jornada de trabalho. O tempo que resta, continuará sendo regido pela lógica do capital.

Acredito que não devemos aceitar passar por esta vida sem produzir por opção, sem criar por prazer, sem desejar modificar-se, sem poder escolher os próprios percursos, sem saber quais são as verdadeiras necessidades da vida – as minhas e as dos outros –, sem saber viver em coletividade e, por fim, sem querer libertar-se das amarras impostas pelo capital. Isso é a emancipação verdadeira!

Mas, apesar do “mal-estar da civilização”, do consumismo desenfreado, da publicidade ditando o que precisamos ter, da



concentração de riquezas nas mãos de poucos, dos Estados Unidos determinando o rumo do mundo, dos governos se apossando do que seria de todos, é necessário acreditar que o capitalismo será um dia superado – e isso significa muito mais do que ser apenas humanizado. Para não perder a esperança de vista, procuro lembrar-me de Gramsci que dizia que é preciso ser pessimista na análise, mas otimista na ação.

### NOTAS

- 1- Marx, Karl. O Capital. Livro I, volume I, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989, pp. 263-4. Vale a pena conferir um belíssimo filme belga editado em fita de vídeo: *Daens, um grito de justiça*.
- 2- Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo, 1999, pág. 175.
- 3- Baudrillard, Jean. A sociedade de consumo. Edições 70, Lisboa, 1995.

Valquíria Padilha é especialista em lazer pela Unicamp/SP, mestre em sociologia, doutoranda em ciências sociais e autora do livro “Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito” (Editora Alinea)

ar puro e absorver a luz do sol”

ULISSES RIEDEL

## Extra! Extra! Estão levando tudo dos trabalhadores

A questão que vamos abordar é jurídica, mas vamos buscar tratá-la da forma mais simples para que todos possam entender. Vamos usar duas expressões latinas, porque é correto e necessário fazê-lo. São dois institutos básicos do direito, no que concerne aos contratos, mas vamos simplificá-los para torná-los inteligível para todos.

A relação de emprego é um contrato, estabelecido entre o empregador e o empregado. Mesmo que nada tenha sido escrito, o simples fato de uma pessoa prestar serviço não eventual para outra (física ou jurídica), com salário e subordinação, faz nascer o contrato de trabalho. Essa relação, embora com características especiais, insere-se, no campo jurídico, na figura dos contratos.

### FIGURAS UNIVERSAIS

Isto posto, devemos saber que existem duas figuras jurídicas que se entendem como integrantes de todos os contratos. São figuras que vêm do direito romano, estão inseridas na legislação dos povos de forma universal e milenar. Essas figuras são chamadas, na terminologia latina, de "cláusula *pacta sunt servanda*" e "cláusula *rebus sic stantibus*".

A primeira delas, em termos simples, significa dizer que as partes são escravas do que pactuaram. Ou seja: que além das leis que alcançam a todos indistintamente, as normas contratuais são obrigatórias entre as partes pactuantes, desde que essas normas não contrariem as próprias leis. A segunda delas, em termos



### A emenda que acaba com o poder normativo impede também a negociação

também simplificados, significa que essa escravidão ao pactuado só prevalece se mantidas as mesmas condições da contratação, não sendo jurídico que uma das partes seja beneficiada em um contrato por razões imprevisíveis.

Daí surge a chamada teoria da imprevisão, que não se aplica no contrato, que por sua própria natureza é um contrato de risco. Com base na cláusula "*rebus sic stantibus*", que se presume juridicamente presente em todos os contratos, é que a Justiça do Trabalho vinha, ao longo dos anos, corrigindo os salários defasados pela inflação. Isto mesmo antes da existência de qualquer legislação salarial.

Ao longo das décadas, nos processos de dissídios coletivos, os tribunais trabalhistas faziam o levantamento da desvalorização dos

salários, ocorrida em razão da inflação, e determinavam que a partir da data-base fossem corrigidos de maneira a retornar o poder aquisitivo do período anterior. Assim é que os trabalhadores, apesar do prejuízo tido no período de inflação, tinham restabelecido na data-base o poder aquisitivo da data-base anterior.

### PODER NORMATIVO

Sem que tivesse surgido qualquer lei que proibisse esse reajuste, mas, pelo contrário, preservado o poder normativo da Justiça do Trabalho, os tribunais, em especial o Tribunal Superior do Trabalho (TST), passaram a desvalorizar o seu próprio poder, determinando o arquivamento de milhares de processos, buscando forçar um solução negociada entre as partes e ainda suprimindo vantagens pretéritas. Setores expressivos da classe trabalhadora, não acreditando mais na solução judicial, passaram a defender a supressão do poder normativo e a introdução da "arbitragem".

A questão é longa e não comporta ser examinada com profundidade aqui. Mas, o que é importante observar, é que no Congresso Nacional foi aprovada, em primeira votação, Emenda Constitucional ao artigo 114 da Constituição Federal, que acaba com o poder normativo da Justiça do Trabalho. Ela também acaba com a arbitragem e com a própria negociação coletiva, na medida em que o texto faculta ao poder econômico aceitar ou não a negociação e a arbitragem.

Assim é que a classe trabalhadora fica sem o poder normativo para atualizar os salários defasados, sem arbitragem e sem negociação. Ela fica, literalmente, sem nada.

Ulisses Riedel é advogado trabalhista e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Eugène Delacroix/A liberdade ganha o povo. 1830



## Um ótimo negócio para os patrões

O governo FHC tem como marca nas políticas sociais o desmonte e o engodo. Quanto ao sistema de relações de trabalho, que envolve o judiciário trabalhista, as normas que regulam essas relações e a própria organização sindical, ele segue em marcha batida visando a sua total destruturação.

A lei 9.957, do “procedimento sumaríssimo”, e a lei 9.958, que institui as “comissões de conciliação prévia”, ambas de 12 de janeiro deste ano, representam causa e efeito do processo de destruição da Justiça do Trabalho. Com base numa propaganda enganosa, de que estaria resolvendo o problema da morosidade causada pelo grande número de reclamações – cerca de 2,5 milhões por ano –, o governo FHC visa eliminar o direito trabalhista no Brasil.

### As leis do “procedimento sumaríssimo” e das “comissões de conciliação prévia” desmontam de vez a Justiça do Trabalho

AUGUSTO MADEIRA

Circunstancialmente, elas estão diretamente vinculadas à Emenda Constitucional número 24/99, de 09/12/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho – cerca de um mês antes da

aprovação destas leis. Com a retirada de milhares de juízes classistas e sem que se tenha contratado sequer um único funcionário, o governo procura agora simular alternativas para que a Justiça trabalhista não entre em colapso total.

#### MEDIDA INÓCUA

O alardeado “procedimento sumaríssimo” foi vendido à sociedade como algo que resolveria as demandas trabalhistas no máximo 15 dias. Não poderia existir mentira maior. Quanto ao rito processual, na essência essa lei em nada inova o que já dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde 1943: audiência una, oralidade, concentração de provas, simplicidade das formas. Além disso, a lei 9.957

apresenta diversos absurdos. Dentre eles, penaliza o reclamante se este não indicar corretamente o nome e endereço do reclamado, que muitas vezes é uma empresa que mudou de endereço ou até mesmo já encerrou as atividades. Do ponto de vista técnico, ela é mal elaborada.

A não ser que se enfrente as razões de fundo do enorme número de demandas trabalhistas e da própria morosidade da Justiça, não será esta lei e nem outra qualquer que irá desafogar o judiciário trabalhista no Brasil. A existência de um grande número de processos ocorre porque a lei atual não é cumprida e ainda é mal fiscalizada. O longo tempo para a solução final de uma demanda exige, para sua redução, a contratação de pessoal e modernização das instalações.

Além do mais, o descumprimento da norma trabalhista é incentivado pelo próprio governo, que aprova leis “flexibilizando”, desregulamentando as relações de trabalho – como o contrato temporário, a suspensão temporária dos contratos de trabalho, o banco de horas, etc. Por outro lado, ele não investe no setor. As áreas de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho estão sucateadas.

Ou seja: o “procedimento sumaríssimo” é mais um embuste do governo. Lembra o recente caso do FGTS das empregadas domésticas, que o governo “tocou bumbo” como se fosse uma extraordinária iniciativa. Porém, tal medida não passa de uma norma que não obriga ninguém a fazer qualquer coisa. Não vale para nada. Quando é para valer mesmo, como no caso do salário mínimo, o governo investe com fúria contra quem quiser dar uns reais a mais para o trabalhador.

## CONCILIAÇÃO PRÉVIA?

Na mesma senda caminha a lei

## Ações articuladas visam estabelecer um novo sistema de relações de trabalho

9.958, das “comissões de conciliação prévia”. Ela é inconstitucional. De saída, atropela o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição, que estabelece que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Esta lei promove tal exclusão, porque determina que o trabalhador só poderá recorrer ao Judiciário após passar por uma dessas comissões.

Alguns também enxergam inconstitucionalidade no fato de que os que trabalham em empresas que criaram a comissão ou que existe a comissão no âmbito sindical serão obrigados à tentativa prévia de conciliação para poderem ir ao Judiciário. Já aqueles não abrangidos por uma comissão dessas, não. Isto viola o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. Mas pelo visto isto não será problema. O governo já avisou que se elas não forem criadas, já que são facultativas, num prazo de seis meses será editada uma “democrática” medida provisória impondo as tais comissões.

A lei é amplamente desfavorável ao trabalhador. A “conciliação” tem eficácia liberatória geral. Isto significa que o trabalhador não poderá reclamar de mais nada na Justiça, a não ser daquilo que for descumprido no acordo. Mas, neste caso, somente será cobrado judicialmente o que for estabelecido na conciliação, e mesmo assim sem multa. Vai ser um ótimo negócio para o patrão fazer acordo na comissão e não cumprir. Essa lei, a exemplo da que trata do “procedimento sumaríssimo”, é mal elaborada, imprecisa, contraditória. Deixa mais dúvidas do que certezas.



George Grosz/As bancas de conciliação, 1926

Mas estes não são os seus maiores defeitos. Na prática, ela traz em seu bojo a idéia da extinção da Justiça do Trabalho.

O projeto de reforma do Judiciário, do deputado Aloysio Nunes (PSDB/SP) foi explícito com relação à extinção da Justiça do Trabalho, que seria incorporada à estrutura da Justiça Federal. Muito combatido, o projeto foi retirado de cena, mas o objetivo permaneceu. A estratégia é fazer mudanças pontuais, retirando da justiça laboral as suas características, seus elementos peculiares e distintivos. O primeiro grande passo foi dado com a PEC 24/99, de 9/12/99. Está ainda na pauta do governo a extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho. Em relação a estrutura sindical, o grande alvo é o fim da unicidade sindical. Já no plano dos direitos individuais, o objetivo é o fim do artigo 7º da Constituição Federal, desconstitucionalizando tais direitos.

São, portanto, ações concertadas, articuladas, combinadas entre si. Seu intento é estabelecer um novo sistema de relações de trabalho contrário ao trabalhador e às suas organizações sindicais para aumentar o grau de exploração capitalista.

Augusto Madeira é advogado trabalhista de diversos sindicatos de São Paulo e coordenador nacional do Instituto *Opinio Juris*



## Salário mínimo estadualizado?

Apenas a pressa em se livrar do foco de insatisfação explica o projeto de lei do governo – uma mera cortina de fumaça

ANTONIO PRADO

A sociedade brasileira tem demandado cada vez mais políticas que diminuam a miséria. Até parcelas das elites centenárias, porque já perceberam que estamos próximos das fronteiras da resistência do brasileiro excluído. As classes médias, devido à pressão cotidiana dos pedintes e dos marginais, começam, enfim, a notar que sua qualidade de vida não depende apenas de sua renda, mas também daqueles que não têm renda e nem emprego.

O movimento sindical, por sua vez, extravasa os muros da ação corporativa e estreita os elos de solidariedade com os excluídos. Defende mais recursos para as políticas sociais, educação, saúde, habitação, transporte, saneamento básico, reforma agrária, seguro-

desemprego e renda mínima. Ação essa fundamental para deixar claro que a acusação neoliberal, de que o movimento sindical luta por privilégios para seus filiados, é uma falácia conservadora.

Historicamente, a política do salário mínimo não é de fácil absorção pelo movimento sindical, que sempre temeu que o mínimo poderia se transformar em obstáculo para o crescimento dos salários: priorizou, assim, os pisos profissionais. Neste episódio particular (paradoxalmente, pois os neoliberais são contra qualquer política de salário mínimo), o movimento sindical restringiu-se aos interesses corporativos e assim absorveu a culpa lançada pelos liberais.

Na década de 90, houve uma

mudança de atitude, sem muita eficácia, porém, devido à fraqueza crescente do sindicalismo. Em 1992, as centrais sindicais se engajaram em uma campanha chamada “SOS Salário Mínimo” e praticamente em todos os anos seguintes alguma luta foi ensaiada. Sem a possibilidade de mobilizações maciças, o embate ocorreu quase sempre no Congresso Nacional e no debate, via imprensa, com a opinião pública.

Durante os períodos eleitorais, os candidatos presidenciais apresentaram em suas plataformas políticas propostas para o salário mínimo. Fernando Henrique Cardoso elegeu-se em 1994 também com o compromisso de dobrar o mínimo. Na segunda disputa, em 1998, não apresentou proposta e

## Servidores públicos e categorias sem organização serão penalizados

restringiu-se a declarar que havia dobrado o salário mínimo desde o início de seu primeiro mandato. Porém, foi em termos nominais; a sua promessa era de dobrar em termos reais. Uma pequena esperteza.

Em 1995, houve um crescimento importante do salário mínimo, de 15% reais, mas posteriormente nada mais foi feito. No entanto, vários estudos revelaram que esse aumento foi responsável por uma queda substantiva no número de pobres do país, deixando claro a eficácia da valorização do mínimo no combate à pobreza. Assim, a política do salário mínimo lentamente ganha centralidade, à medida que a questão da pobreza vai se tornando cada vez mais politizada.

### "NÃO DÁ E NEM SOBRA"

No entanto, o último embate sobre a fixação do salário mínimo, em 2000, foi uma elegia ao cinismo. As autoridades federais se esmeraram em argumentos fabulosos, na recriação das técnicas universais de cálculo de salários reais e em conclusões que podem até entusiasmar o pequeno herdeiro de Eugênio Gudim, o professor Gustavo Franco, mas que causam uma generalizada sensação de que o poder perdeu o pudor em afrontar a miséria nacional e a inteligência alheia.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o salário mínimo de R\$ 151,00 "dá e sobra para a compra da cesta básica". É verdade, mas o que ele omitiu é que a cesta básica representa menos de 30% do orçamento de uma família de baixa renda. Não sobra e não dá! Pelo simples fato de que o salário mínimo deve cobrir as necessidades do trabalhador e de sua família, como determina a Constituição Federal, e não apenas uma parte delas.

Um debate com alguma chance de ser sério, respeitoso e democrático reconheceria que elevar o salário mínimo para os patamares necessários para cumprir os compromissos constitucionais leva tempo, principalmente após tantos anos de abandono explícito. Mas o governo parece preferir a via da desqualificação dos que defendem uma política de valorização do salário mínimo ou de qualquer outra política em defesa dos excluídos. Cultivam, com desfaçatez, o escárnio, que só a aparente impunidade do poder lhes confere.

Ao rejeitarem qualquer compromisso com uma política de valorização do salário mínimo, mesmo de longo prazo, o governo mergulha no casuísmo e tenta distribuir mais as culpas do que as responsabilidades ao propor uma lei complementar que cria os pisos salariais estaduais. Fragilizado em uma cidadela indefensável, abandonada até mesmo pelos representantes da velha oligarquia nordestina – vide a guinada do senador ACM em direção ao combate à pobreza –, o governo tratou de transferir para a esfera estadual o poder de fixar os pisos salariais. Desta forma, divide desgastes futuros com os governadores.

### PISOS ESTADUAIS

Para quem acreditou que a

**Para dividir desgastes futuros, governo transfere à esfera estadual o poder de fixar os pisos salariais**

proposta reinaugura o salário mínimo estadual, é bom esclarecer desde logo que não. O projeto de lei não trata do salário mínimo e sim de pisos salariais. Isso porque para mudar o salário mínimo seria necessário propor uma emenda constitucional, de trâmite político mais demorado e complexo.

O projeto de lei é simples: autoriza os estados a fixarem pisos salariais, que não são válidos para as categorias profissionais que têm seus pisos fixados por acordos ou convenções coletivas de trabalho. Isso significa que praticamente apenas os trabalhadores inorganizados e funcionários públicos estaduais e municipais serão afetados pelos pisos eventualmente fixados por iniciativa do executivo estadual.

A intenção, como vimos, padece de falta de nobreza. Tampouco o instrumento é adequado; uma lei complementar que trata de pisos salariais e não uma emenda à Constituição sobre o salário mínimo. A circunstância é ainda mais intrigante, pois o governo propõe transferir aos estados um poder que pode afetar suas metas fiscais com o FMI, em nível estadual e municipal. Apenas a sua pressa em se livrar do foco da nítida insatisfação da opinião pública com a questão do salário mínimo explica o projeto de lei complementar, uma mera cortina de fumaça, nada mais.

Esperemos que, nos próximos anos, o salário mínimo não venha à pauta apenas próximo à data de sua correção, mas que seja tema permanente no debate sobre a diminuição das desigualdades dramáticas que assolam a sociedade brasileira, como o vento eterno que flagela os desesperados.

Antonio Prado é economista sênior do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e professor de economia da PUC/SP

# Uma relação delicada

Com a mudança na legislação dos fundos de pensão, um debate se impõe aos sindicatos: como se relacionar com essas entidades de previdência privada?

GISELA MENDONÇA

Os trabalhadores franceses promoveram uma greve histórica no final de 95 que obrigou o governo de direita de Alain Juppé a recuar nos seus planos de reformas sociais e econômicas, que incluíam a introdução do regime de capitalização no sistema previdenciário. Os objetivos neoliberais de sempre, centrados na redução do déficit público, foram barrados por manifestações que reuniram mais de um milhão de franceses e por greves que deixaram o país paralisado por quase um mês.

Esses incorrigíveis franceses deram demonstração de não estarem dispostos a sacrificar no altar do neoliberalismo conquistas de experiências (muitas vezes revolucionárias) de mais de 200 anos. Mas por que tanto resistiam os franceses a essas mudanças? A razão mais aparente – pelo menos na versão da imprensa na época – era o fim das aposentadorias especiais, aumento das contribuições e possibilidade de diminuir os benefícios, rapidamente batizados de privilégios. Mas o fundo da questão residia, na verdade, no modelo de



previdência que mais serve à sociedade.

O neoliberalismo trouxe, como uma das principais conseqüências na esfera social, o desmonte do sistema público de previdência em vários países do mundo. O caso mais exemplar e próximo é o do Chile, onde o sistema de repartição foi substituído pela capitalização durante a ditadura de Pinochet. Ele ganhou a simpatia dos arautos das “reformas”, mas sumiu dos discursos desde que começaram a aparecer sérios sinais de crise, com retorno negativo dos fundos, custos altos, contribuições escassas e muitos casos em que os patrões simplesmente embolsaram as contribuições.

## OFENSIVA NO BRASIL

No Brasil, pode-se afirmar que a reforma apenas começou. No primeiro mandato de FHC, o governo conseguiu aprovar a mudança da aposentadoria por tempo de serviço por tempo de contribuição – sustentada pelo conceito de que só recebe benefício quem por ele pagar. Nesse período, o governo tentou também aprovar o teto de três salários mínimos para o benefício, alegando que os trabalhadores teriam a “liberdade” de complementar seu rendimento com os planos de previdência privada. Essa proposta não vingou, mas não

foi abandonada.

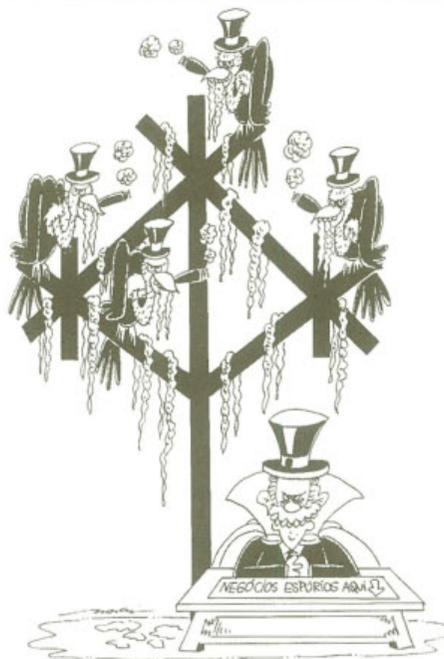
Para florescer o sistema de previdência privada é preciso abrir o mercado com a destruição da pública. O mais recente passo nesse sentido foi dado com a aprovação do fator previdenciário, que impôs mudanças no cálculo da aposentadoria – puxando o valor para baixo, é claro.

Ao lado das mudanças operadas na previdência pública, fez-se o movimento para abrir o caminho institucional para a previdência privada, em especial para os fundos de pensão, que já movimentam 17 trilhões mundo afora e são considerados pesos-pesados na economia brasileira, reunindo 122 bilhões de reais. Na emenda constitucional número 20, que instituiu as mudanças na Previdência Social, já foram incluídos itens relativos ao regime de previdência privada e a determinação de que fossem apresentados projetos de leis complementares para regulamentar o tema.

E os projetos vieram. São três, extensos e detalhados, que tramitam em níveis diferentes no Congresso Nacional. Eles vieram dar a tranquilidade das regras claras e definidas para quem quiser abocanhar o vasto mercado que se abre aos fundos de pensão. Trazem várias novidades, entre elas mais flexibilidade na criação e gestão dos fundos. Alardeada como grande avanço, veio a possibilidade de sindicatos e outras entidades associativas dos trabalhadores criarem fundos de pensão, hoje ainda restritos às esferas empresariais. Vem daí a necessidade de conferir urgência ao debate sobre a relação entre sindicatos e fundos de pensão.

## DILEMAS DO SINDICALISMO

É uma questão complexa, que traz sérias implicações e deve ser olhada num contexto histórico em que os fundos têm ocupado lugar



cada vez mais destacado como grande negócio no mundo capitalista. Os milhares de trabalhadores, que todos os meses contribuem com parte do seu salário com objetivo de garantir um futuro um pouco mais digno do que o que é oferecido pela previdência oficial, provavelmente não fazem nem idéia do destino que está sendo dado ao seu dinheiro.

Dados da Abrapp (Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada) indicam que desde o início do Programa Nacional de Desestatização, os fundos de pensão foram assíduos frequentadores dos leilões de privatização: dos 89 bilhões arrecadados, 20% vieram da poupança previdenciária. Ou seja, a poupança dos trabalhadores tem ajudado a implementar um projeto desnacionalizante, concentrador de renda e gerador de desemprego, cuja principal vítima é o próprio trabalhador.

É assim em todo o mundo. Em 95, o principal fundo de pensão dos Estados Unidos, dos professores de Michigan, era um dos quatro acionistas votantes na mais alta esfera de decisão da General Motors – compartilhando, portanto, decisões como fechamento e deslocamento de fábricas, que resultam infalivelmente na demissão em massa de trabalhadores.

A grande pergunta que se coloca é: a gestão desses fundos pelos sindicatos pode mudar as regras do jogo? É difícil. Para atender os cotistas, o fundo deve ter rentabilidade máxima dentro da lógica financeira, que até os menos avisados sabem qual é. Quando um fundo de pensão resolve participar de um leilão de privatização, o que o move (fora as pressões governamentais) não é a possibilidade de tornar mais democrática ou com maiores preocupações sociais a direção dessa empresa. São os dividendos extraídos do velho esquema de comprar barato para vender mais caro adiante.

Se o benefício do trabalhador depende do rendimento das aplicações do fundo, a lógica financeira se impõe de qualquer forma. Como sabiamente afirmou o economista Jorge Mattoso, em recente debate no Instituto da Cidadania, “ao aplicar nos mercados financeiros, os fundos de pensão têm colaborado para reduzir os investimentos produtivos, o que agrava ainda mais o desemprego e a precarização do trabalho. Criar empregos é um método mais sagaz e durável para defender os aposentados do que jogar nas Bolsas”.

É essa questão estratégica que deve ser analisada pelos sindicatos. Isso não exclui, evidentemente, a luta por maior transparência e controle dos trabalhadores sobre os fundos de pensão já existentes, até porque pode ser um limitador para as aberrações que já vieram a público na gestão dos dois maiores fundos do país – a Previ (dos funcionários do Banco do Brasil) e a Petros (funcionários da Petrobrás). Mas para os sindicatos classistas ainda parece ser mais certo o caminho dos incorrigíveis franceses – resistir e lutar para que não se destrua o que resta de previdência pública no país.

Gisela Mendonça é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo



## Congresso dá novo impulso à FSM

Sem desconhecer os atuais problemas da central mundial, o 14<sup>o</sup> congresso teve forte marca de luta contra o neoliberalismo

ÁLVARO GOMES

De 25 a 28 de março passado, em Nova Déli, Índia, aconteceu o 14<sup>o</sup> Congresso da FSM (Federação Sindical Mundial). A Corrente Sindical Classista, tendência interna da CUT, participou do evento com três observadores: João Batista Lemos, membro da coordenação nacional; Marcelino Rocha, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG); e Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia. O objetivo foi conhecer de perto a situação desta central sindical mundial.

O congresso contou com 420 delegados, representando 130

organizações sindicais de 64 países de todos os continentes. Da América Latina, participaram 42 delegados de 19 países; já o continente africano esteve representado por apenas 11 delegados – o que indica as dificuldades do sindicalismo na região. Precedendo o Congresso, no dia 23, ocorreu a Conferência Internacional de Solidariedade Contra os Bloqueios e Sanções, que teve como tônica a condenação aos países imperialistas.

O 14<sup>o</sup> Congresso da FSM teve uma forte marca antineoliberal. Aprovou propostas avançadas para se contrapor a essa nova forma de acumulação capitalista –

denominada de neoliberalismo –, que tem levado milhões de pessoas ao desemprego e a exclusão social. Entre outras resoluções, decidiu desencadear campanhas internacionais pela erradicação da pobreza, eliminação do trabalho infantil e contra o analfabetismo; e jornadas pela seguridade alimentar e reforma agrária.

Outra bandeira enfatizada foi a da redução da jornada de trabalho sem redução de salário e a do fim das discriminações às mulheres e imigrantes. No tocante à questão sindical, a FSM reafirmou a sua defesa da liberdade e autonomia, investigação das violações aos

direitos sindicais e denúncia da repressão aos sindicalistas. A FSM deve “promover a cooperação sindical mundial e a unidade dos trabalhadores para enfrentar a globalização neoliberal mediante ações conjuntas”, diz a resolução.

## NOVA ETAPA

Sem desconhecer os problemas que a FSM atravessa, os participantes fizeram um balanço positivo do congresso. Avaliam que serviu para revigorar esta organização dos trabalhadores com o objetivo de enfrentar o neoliberalismo. Muitos opinam que a central sindical ainda poderá se constituir num pólo de aglutinação das forças progressistas do mundo inteiro. Para isso, no entanto, seria preciso corrigir as falhas identificadas no evento e promover uma reorganização da entidade.

Para o secretário-geral da FSM, Alexander Zharikov, o congresso foi bastante representativo e conseguiu encontrar uma posição comum a todas as organizações sobre a globalização neoliberal. “O fato dele ter se realizado neste ano foi importante porque haverá uma assembléia geral da ONU, em Gênova, no mês de junho, especialmente dirigida à questão social. O congresso serviu como preparação sindical para este importante encontro”.

Segundo Pedro Ross, presidente da CTC (Central dos Trabalhadores de Cuba), o congresso deve dar um novo impulso à FSM. “É necessário reconstruir uma organização mundial com uma nova imagem, que potencialize um funcionamento mais dinâmico. Ela precisa se ligar mais às bases e acudir os principais lugares de conflitos, ali onde somos mais necessários, com métodos e estilo próprios. A FSM deve dar um respaldo eficaz às organizações nacionais em suas lutas”.

A sindicalista Amarjet Kaur,

dirigente da AITUC (All India Trade Union Congress), avalia que o evento “foi uma experiência valorosa. As lideranças de diferentes países, depois de trocarem suas experiências, puderam entender que não basta a luta isolada de cada país, que é necessária a ação comum de todos os sindicatos do mundo. Ficou claro que não é a hora de trabalhar separado. É preciso mais união do que temos até agora se quisermos vencer a ofensiva do capitalismo”.

Já Miguel Antônio Carro, vice-presidente da CUT da Colômbia, considerou que “este congresso é um desmentido àqueles que andam dizendo que a FSM acabou. Embora a organização atravessasse problemas, como todo o sindicalismo, ela se fortaleceu com este encontro. De agora em diante, uma nova etapa começa e esperamos que ajude a impulsionar a luta dos trabalhadores do mundo inteiro”.

## PÓLO CLASSISTA

Conforme explica Valentim Pacho, dirigente da FSM e secretário-geral da CGT do Peru, “a preparação desse congresso foi muito difícil. O evento foi realizado com o esforço próprio de cada sindicalista, sem nenhum financiamento, sem ajuda de qualquer governo ou

entidade extra-sindical. A mobilização levou longo tempo. Isto significa que podemos nos considerar um sindicalismo realmente independente, o que dá mais autoridade moral para enfrentar os grandes desafios atuais”.

José Ortiz, um dos vice-presidentes da FSM, avalia que o congresso promoveu um amplo debate ideológico. “O seu processo foi muito complexo. Felizmente, para o movimento sindical e para os trabalhadores, ele aprovou conclusões avançadas. Traçou um caminho que seguramente levará a um maior dinamismo da Federação Sindical Mundial na luta pela transformação da sociedade”.

Em síntese, o 14º Congresso da FSM indicou que o capitalismo vive uma crise estrutural profunda, que se manifesta de forma perversa na sociedade. Ele não resolve os problemas da humanidade e coloca na ordem do dia a luta por um novo sistema, o socialismo. Neste quadro, o sindicalismo pode cumprir um papel destacado. Para isso, torna-se necessário formar um bloco sindical mundial de resistência à globalização neoliberal. Ele deve aglutinar todas as forças progressistas.

A Cisl, a mais representativa central mundial, não responde às necessidades atuais. Ela tem um posicionamento equivocado, não defende as idéias classistas. Por outro lado, existem centenas de organizações sindicais não filiadas a nenhuma central mundial. Portanto, a FSM poderá ser este pólo aglutinador do sindicalismo classista mundial. Isto se realmente ela se reestruturar e corrigir suas falhas do passado. Diante do exposto, a CSC deve aprofundar a discussão sobre o sindicalismo mundial para adotar uma posição avançada com relação as centrais existentes.

**“É necessário reconstruir a FSM com uma nova imagem, com mais dinamismo”, afirma Pedro Ross, dirigente da CTC**

Álvaro Gomes é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

# Ciosl defende globalização com mais justiça social



A Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) é hoje a maior central sindical mundial. Segundo suas estimativas oficiais, ela representa 125 milhões de sindicalizados do mundo inteiro, organizados em 215 centrais nacionais de 145 países de todos os continentes. No 17º Congresso da Ciosl, realizado em Durban, África do Sul, de 3 a 7 de abril passado, participaram dirigentes de 162 centrais de 120 países – sendo 435 delegados, 123 assessores e 78 observadores.

“Globalização com justiça social” foi o tema e a marca principal do evento. Assim norteado, abriu espaço para discursos politicamente vazios e distantes da realidade vivida pelos trabalhadores. Logo na abertura, o diretor da Organização Internacional do Trabalho insistiu na implantação da Convenção 87 da OIT. Já o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, manifestou-se a favor do livre comércio e da humanização dos mercados, defendeu a tecnologia

**Os delegados não possuem poder deliberativo; apenas homologam as decisões da “comissão de resolução” da Ciosl**

PASCOAL CARNEIRO

como benéfica para todos e propôs um pacto global do sindicalismo com o empresariado.

**“SINDICALISMO FLEXÍVEL”**

O dirigente da ONU encerrou sua falação com a seguinte pérola: “Necessitamos de sua ajuda e participação, companheiros, pois juntos poderemos mudar a maneira como o mundo funciona”. Frase

demagógica, contrária à lógica neoliberal – que desrespeita os trabalhadores, suas entidades de classe e suas manifestações. Por sua vez, o secretário-geral da Ciosl, Bill Gordon, ainda na abertura, fez os habituais agradecimentos às autoridades presentes e afirmou que a “globalização com justiça social” só seria possível com a construção de um “sindicalismo flexível e compreensivo”.

O segundo dia do congresso foi dedicado às intervenções dos delegados. Elas acabaram refletindo o posicionamento de submissão da maioria das delegações às diretrizes políticas da Ciosl. Poucas entidades apresentaram um contraponto ao discurso em defesa da globalização, o que indica que o grosso das filiadas está conformada e convencida de que este é o único caminho a ser seguido pelo movimento sindical. Ficou a impressão de que, diante da derrota temporária das lutas socialistas, restaria apenas unir-se ao inimigo e aderir à política da “globalização

com justiça social”.

Muitas delegações defenderam a chamada modernização do sindicalismo, as normas e convenções da OIT e propuseram mudanças no Banco Mundial, FMI e OMC – reivindicando o impossível, ou seja, a participação dos trabalhadores na estrutura de poder e decisão destes organismos do capital. Deve-se destacar, no entanto, o posicionamento avançado de algumas centrais nacionais: Senegal, Nigéria, República Dominicana, CUT/Brasil, KCTU da Coreia do Sul, Malásia e Cosatu da África do Sul. Estas fizeram duras críticas ao neoliberalismo e ao FMI. Já outras apresentaram posturas abertamente de direita, como a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV).

## MÉTODOS BUROCRÁTICOS

No congresso da Ciosl, os delegados não possuem poder decisório. Apenas homologam as decisões da “comissão de resolução”, formada pelos assessores das principais centrais filiadas – AFL-CIO (EUA), DGB (Alemanha) e CGIL (Itália), entre outras – que são as chamadas “financiadoras” da Ciosl. As propostas apresentadas nas plenárias são desconsideradas, com exceção das formuladas pelas grandes centrais européias ou a norte americana. Estas acabam sendo transformadas em emendas, que posteriormente são submetidas ao plenário sem que possa haver defesa contrária.

Dois tipos de documentos são discutidos: resoluções políticas e emendas

estatutárias. Para este 17º congresso foi apresentado aos delegados um texto com mais de 150 páginas, dividido em seis capítulos: 1) Entender e reforçar a democracia na era da mundialização; 2) Emprego e justiça social na economia mundial; 3) Direitos humanos no mundo do trabalho; 4) Fim da discriminação no local de trabalho; 5) Organizar a solidariedade Internacional; 6) Os sindicatos no século XXI.

Ao todo, foram apresentadas 26 emendas ao documento. Todas foram referendadas pela comissão de resolução e versavam sobre as prioridades da Ciosl no século XXI. Emendas sobre programas de crescimento econômico, cooperação sindical internacional, ONGs e tripartismo foram aprovadas sem qualquer discussão de conteúdo. Em síntese, todas foram apresentadas pela comitê executivo ou pelas centrais financiadoras. Já outras propostas importantes não foram nem apreciadas. Uma delas, sobre cotas das mulheres, apresentada pela CUT/Brasil, só conseguiu ser aprovada após ser defendida pela delegação japonesa.

## COMANDO DA CENTRAL

Já no que se refere ao estatuto, para que uma emenda seja discutida ela deve ser apresentada três meses antes do congresso ao comitê diretivo da Ciosl – que decide se a proposta vai para a pasta dos delegados. A CUT apresentou uma emenda dentro do prazo que sequer foi apreciada pela plenária. O comitê diretivo, por seis votos a dois, decidiu

**Dirigente da Ciosl defende um “sindicalismo flexível e compreensivo” para fazer frente aos desafios do próximo século**



J.G.Zuma, vice-presidente da África do Sul, fala na abertura do congresso

encaminhá-la para uma discussão “futura”. A CUT questionou o fato e, mesmo com apoio de outras centrais, sequer recebeu uma resposta da mesa.

Esta conduta demonstra que a Ciosl encaminha suas decisões com base no poder econômico, predominante no hemisfério norte, agindo inclusive contra os seus estatutos. A proposta da CUT consistia na idéia de que a eleição dos secretários-gerais adjuntos ocorresse no próprio congresso e não, como é atualmente, por indicação do comitê executivo. Como não foi submetida à plenária, o secretário-geral adjunto para a América Latina continua sendo um seguidor das diretrizes políticas da direção da Ciosl, sem qualquer independência ou compromisso com as centrais do continente.

O congresso foi encerrado com a eleição do britânico Bill Jordan para secretário-geral da Ciosl e de um comitê executivo composto por 53 membros. A primeira reunião da nova direção deu-se logo após o encerramento do congresso e elegeu como presidente um representante da África do Sul. Do Brasil, participaram do 17º congresso as três centrais filiadas: CUT, CGT e Força Sindical.

Pascal Carneiro é secretário de políticas sociais da CUT/BR e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)



# A força dos trabalhadores em telemarketing

O vertiginoso crescimento do setor de telemarketing é acompanhado pela brutal precarização das relações de trabalho, vitimando 250 mil funcionários no país

MARCOS ROBERTO EMÍLIO

Com as mudanças no mundo do trabalho, vão desaparecendo certas profissões e aparecendo outras, de acordo com as necessidades do capital. Segundo Ricardo Antunes, na fase recente “houve uma diminuição da classe operária

tradicional, mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços”.

Nesse contexto, as relações de trabalho se deterioraram. O governo

propõe a retirada dos direitos trabalhistas, consagrados no país desde a aprovação da CLT na década de 30, por meio da anulação do artigo 7º da Constituição. A adoção de novos regimes de contratação, como o contrato temporário, resulta

## O nível de exploração é violento, com metas exacerbadas, jornadas

em menos direitos para os trabalhadores e mais lucros para o capital. Para impor tais medidas, crescem as ameaças aos sindicatos, visando enfraquecer a organização de classe e dinamitar a resistência.

### EXEMPLO DE PRECARIZAÇÃO

O sindicalismo no setor de serviços enfrenta cada vez mais a precarização nas relações de trabalho. O exemplo do trabalho em telemarketing é demonstrativo dessa tendência. Por ser uma das poucas possibilidades de ocupação, em especial para jovens em busca do primeiro emprego e em função do desemprego generalizado em outras áreas, as vagas geradas no setor possuem uma relação baseada na precariedade e nos altos índices de rotatividade.

O nível de exploração é bastante acentuado, com a exigência de cumprimento de metas exacerbadas de jornadas de trabalho excessivas e muitas vezes duplas, que obrigam o funcionário a trabalhar em mais de uma empresa devido aos baixos salários. Isso tudo resulta na incidência epidêmica de doenças de trabalho “modernas”, como a LER (lesão por esforço repetitivo), e problemas auditivos e nas cordas vocais. Como, na média, a categoria é composta em 70% de jovens trabalhadores, a mutilação precoce dessa força de trabalho traz conseqüência para toda a vida do operador.

O crescimento do setor de telemarketing se contrapõe à estagnação quase geral da economia. Nos últimos quatro anos, ele cresceu a taxas de cerca de 30% ao ano,

representando cerca de 4% do PIB brasileiro. Essa também é a taxa média de geração de postos de trabalho. A área de telemarketing, que hoje já comporta mais de 250 mil trabalhadores em todo o país, é caracterizada como uma operação de tipo comercial ou de prestação de serviços realizada a partir do telefone.

### A categoria começa a se mobilizar e surgem as primeiras greves no setor

Ela é segmentada em diversas áreas de atividade. As principais são a de televentas, que se divide em ativo (telefona para os clientes) e receptivo (recebe ligações dos clientes); e os serviços de atendimento ao consumidor (SACs), obrigatórios nas empresas a partir da aprovação do código de defesa do consumidor – que foi fator importante de expansão do setor para todos os segmentos da economia. Ela congrega ainda outras áreas, como a de pesquisas, utilidade pública e cobranças. A expansão da rede telefônica e da Internet reforçou esse crescimento do telemarketing.

A incorporação de novos softwares e hardwares nas tecnologias de operação de telemarketing gerou enormes ganhos em termos de produtividade das empresas, assim como nas exigências desumanas de metas para os trabalhadores. Com

isso, os lucros são cada vez mais excepcionais, em que pese a precarização cada vez mais intensa. A automação e as novas tecnologias, cujo desenvolvimento não são incorporados a serviço do avanço do bem-estar humano, mas sim na maximização dos lucros, têm reforçado a tendência de migração de emprego para o setor de serviços, colocando novos desafios para os sindicatos desse setor.

### INVASÃO ESTRANGEIRA

Esse crescimento tem se incrementado, em particular nos últimos meses, pela entrada em cena das empresas estrangeiras. A companhia espanhola de Telemarketing Atento (15.800 trabalhadores), subsidiária da *Telefónica de España*, realizou lances espetaculares no início do ano, arrematando a principal concorrente, a empresa Quatro A (6.500 trabalhadores), segunda no mercado e principal empresa de capital nacional, e a Trilha, quinta empresa do setor. Segundo estudo do sindicato das empresas de telemarketing, a Atento passa com isso a controlar 58% do mercado.

O eminente risco de monopólio motivou inclusive representação das empresas nacionais no CADE (Conselho Administrativo de Direito Econômico). Para os trabalhadores, a monopolização representa maior precarização no trabalho, com a empresa espanhola se recusando a reconhecer o piso salarial da categoria e sua representação sindical, o Sintratel, ou mesmo qualquer sindicato filiado à CUT. Esse processo demonstra também a

**Nos últimos meses, empresas estrangeiras, como a subsidiária da *Telefónica***

## excessivas e a incidência de doenças “modernas”, como a LER

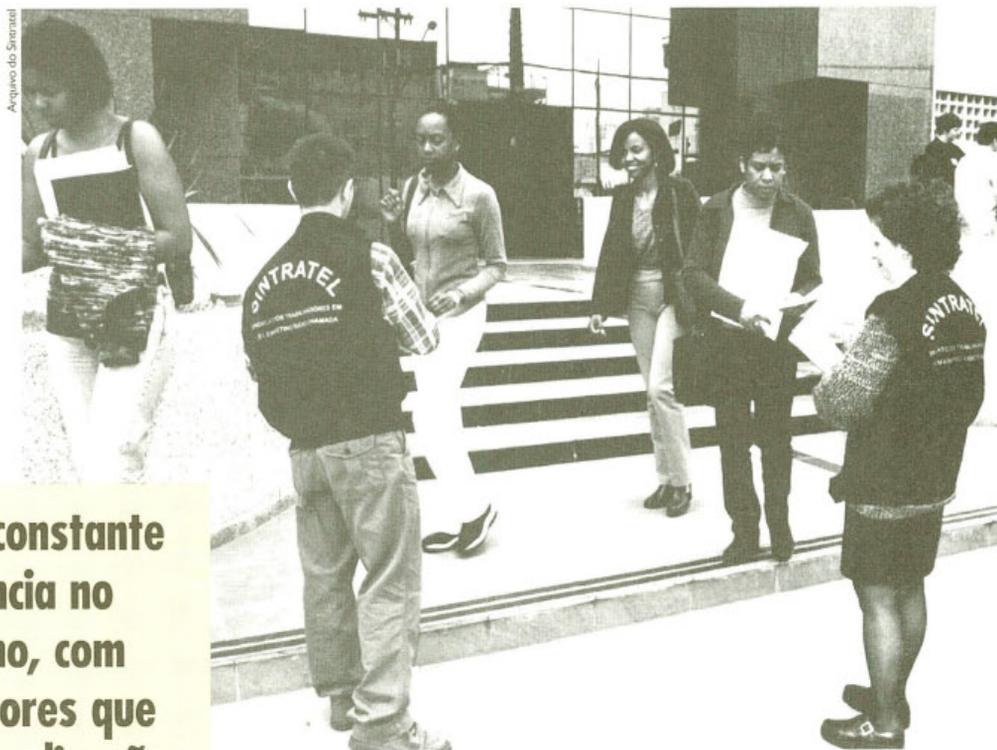
crescente desnacionalização das empresas, colocando vários setores da economia em mãos estrangeiras, aprofundando a dependência do país.

Os trabalhadores em telemarketing vêm, no entanto, se contrapondo à tendência de precarização. No início desse ano, por exemplo, provavelmente já sob ordens espanholas, a empresa Quatro A decidiu unilateralmente suspender direitos elementares, como o vale-refeição e o vale-transporte, sob o argumento de “adequar-se à concorrência”. Os operadores decidiram então se mobilizar contra essa medida, deflagrando greve e indo à Justiça do Trabalho, reconquistando o direito no TRT. Também na empresa Atento, os operadores, indignados com o descumprimento do piso e com a repressão à organização sindical, começam a mobilizar-se, organizados pelo Sintratel.

### POSTURA ANTI-SINDICAL

Essa forte restrição à organização dos trabalhadores é marca do setor de serviços. Ela começa já na maioria dos cursos de formação de operadores, nas quais ocorre um

**Há uma constante vigilância no trabalho, com supervisores que interceptam ligações e ameaçam quem não cumprir as metas; suspeita de contato com o sindicato pode gerar demissão**



Arquivo do Sintratel

verdadeiro adestramento ideológico dos funcionários, estimulando-se a competição entre eles e a valores como o individualismo e ao “salve-se quem puder”. Tenta-se ganhar o trabalhador para “vestir a camisa” da empresa.

Além disso, no local de trabalho há uma constante vigilância do operador, através de supervisores que interceptam as ligações e ameaçam quem não cumprir suas metas. As grandes empresas, com plantas de milhares de operadores, organizados em “equipes” que disputam entre si, tornam mais diretas as ameaças à organização dos trabalhadores.

Qualquer suspeita de contato com o sindicato é, em geral, ameaçada até mesmo com demissão.

Nesse momento, o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Radiochamada do Estado de São Paulo (Sintratel) busca aumentar o nível de consciência dos operadores, mobilizando-os em torno de lutas pela redução da jornada de trabalho de 36 horas para 30 horas semanais, implementação de representação sindical de base através de delegados sindicais e, sobretudo, contra os contratos e a remuneração precária. O Sintratel procura relacionar essas lutas específicas com as batalhas mais gerais dos trabalhadores brasileiros pelo fim do governo FHC e a conseqüente eleição de forças comprometidas com a democracia, a soberania e os direitos sociais do povo brasileiro.

Marcos Roberto Emílio é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Radiochamada do Estado de São Paulo (Sintratel)

**de Espanha, passaram a monopolizar o setor**

ARMANDO BOITO JR.

# O sindicalismo

Dados estatísticos permitem concluir que há um refluxo do sindicalismo, mas

Leôncio Martins Rodrigues, conhecido estudioso do sindicalismo, acaba de publicar um livro importante e polêmico. Nesse trabalho, intitulado *Destino do Sindicalismo*, o autor defende duas teses que a esquerda tem grande interesse em discutir. Em primeiro lugar, o livro, apresentando um extenso balanço de dados referentes ao movimento sindical nos países desenvolvidos, conclui que o sindicalismo encontra-se em decadência. O autor frisa bem: não se trata de um mero refluxo, nem mesmo de uma crise que, eventualmente, pudesse ser superada; trata-se de um “processo inexorável de perda de vitalidade” do sindicalismo enquanto movimento social – daí ele usar as expressões declínio ou decadência (p. 20).

Em segundo lugar, o livro, fazendo um balanço de variada bibliografia internacional, conclui que a decadência do sindicalismo provém, fundamentalmente, de mudanças econômicas irreversíveis que estariam afetando as economias capitalistas centrais, e não de transformações políticas e ideológicas que, reconhece o autor, também afetam o movimento sindical. A decadência decorreria de transformações na situação de trabalho e de mercado dos operários. Martins Rodrigues insiste, retomando teses de Claus Offe, de Hyman, de Piore e Sabel, que a fragmentação das classes trabalhadoras teria minado a sua organização num coletivo de classe.

Algumas das idéias do livro de

Martins Rodrigues circulam em parte da esquerda brasileira. Esse é um motivo a mais para discuti-las. Não temos espaço para discutir as duas idéias centrais mencionadas acima. Vamos comentar apenas a fundamentação empírica da tese da decadência do movimento sindical.

Minha convicção é que os dados permitem concluir que há um refluxo e, ao mesmo tempo, uma mutação do movimento sindical nas principais economias capitalistas, mas nada que se assemelhe a decadência. Martins Rodrigues utiliza estatísticas referentes à taxa e ao volume de sindicalização e de greves. Consegue demonstrar que, na maioria dos países, a sindicalização e a luta grevista caíram ao longo da década de 80. Ocorre que, como toda curva desse tipo, cabe perguntar: qual é o período que se toma como base de referência? Mudando a referência, podem mudar as conclusões.

## NÚMERO DE GREVES

E mais: a escolha da base de referência não é aleatória. Se se pretende fazer uma avaliação conjuntural do movimento sindical, é correto tomar uma base próxima. Porém, se se pretende fazer análises e diagnósticos de longo prazo, como é o caso do trabalho de Martins Rodrigues, o correto é utilizar curvas longas, combinando bases próximas e distantes. Ora, os dados mostram que a organização e a luta sindical estão em refluxo nos anos 80,



**Os índices de sindicalização e a luta grevista encontram-se num patamar superior ao da década de 60**

tomando como base de referência os anos 70. Mas, os índices de sindicalização e a luta grevista encontram-se, na maioria dos países europeus, tanto na década de 80 quanto na década de 90, num patamar superior ao da década de 60. Como se pode falar, então, em

# o está morrendo?

da que se assemelhe à tese da decadência defendida por Leôncio Martins Rodrigues



**Em períodos de desemprego o número de greves tende a diminuir, mas sua amplitude e duração podem aumentar**

acentuada para Reino Unido e Espanha, queda moderada para Estados Unidos e Itália e elevação do número de greves para a França (o autor não encontrou dados sobre Japão e Alemanha).

O leitor notou que os indicadores de greve são variados, sendo que o resultado que se obtém com cada um deles também varia. Apenas no caso do indicador *número de greves* constata-se um aprofundamento do refluxo na década de 90. Martins Rodrigues considera esse indicador o mais significativo. Essa escolha não é aleatória. Não estou sugerindo que o autor tenha, de modo leviano, privilegiado o indicador mais favorável à sua tese. Trata-se de outra coisa. Uma greve numa empresa de cem funcionários é considerada igual a uma greve num ramo econômico com cem mil trabalhadores no indicador número de greves. Basta esse exemplo hipotético para se ver que priorizar tal indicador significa descurar o sindicalismo como movimento social, integrado a lutas sociais e políticas mais amplas que se travam na sociedade. Ademais, a

*decadência histórica* do sindicalismo?

Considerando a Europa ocidental, e comparando a década de 80 com a década de 60, a *proporção de dias não trabalhados por motivo de greve* cresceu na grande maioria dos países (em nove países, dentre eles três dos cinco grandes – Alemanha, Reino Unido e Espanha). Martins Rodrigues ignora esse fato, mas é o que se deve concluir, feitas as médias por década, do quadro 5.1 que ele apresenta à página 135. E a década de 90? Utilizando outro indicador, o *número de trabalhadores envolvidos em greve*, o livro apresenta o quadro 5.2, à página 137, que contempla o período 86/95. Qual é o resultado? Na Alemanha, na Espanha e na

França o volume de trabalhadores parados cresceu, se compararmos o quinquênio 91/95 com o primeiro quinquênio desse período. Nos Estados Unidos o volume de grevistas manteve-se praticamente o mesmo, na Itália caiu um pouco, e no Reino Unido caiu muito.

Estranhamente, porém, o autor conclui, laconicamente, que o quadro 5.2 “confirma as tendências a quedas, com oscilações, nos grandes países industriais” (página 138). Finalmente, considerando o indicador *número de greves*, o livro apresenta o quadro 5.3 (página 139), no qual predomina, nas principais economias capitalistas, a queda ao longo dos anos 90 – queda

## O sindicalismo da década de 70 viveu uma situação excepcional

**Para Martins, não se trata de um mero refluxo do movimento sindical, mas sim de um “processo inexorável de perda de vitalidade”**

história do sindicalismo mostra que em períodos de altas taxas de desemprego o número de greves tende a diminuir, mas sua amplitude (número de trabalhadores envolvidos) e duração podem aumentar. Esse parece ser o caso se compararmos os quadros 5.1, 5.2 e 5.3.

### TAXAS DE SINDICALIZAÇÃO

Além da luta grevista, o autor trabalha com a taxa e o volume de sindicalização. Analisando esses números chega à mesma conclusão: eles indicariam a decadência histórica do sindicalismo como movimento de massa. Porém, de novo, coloca-se a questão da base de comparação. Se compararmos os anos 80 com os anos 70, constatamos que as taxas de sindicalização caíram na maioria dos países desenvolvidos. Porém, novamente, se considera uma base mais apropriada para análise de longo prazo, o resultado a que se chega é outro. Verifica-se que, na atualidade, o movimento sindical encontra-se num patamar próximo ou superior àquele dos anos 60.

Em doze países industrializados



para os quais o autor apresenta dados, a proporção de trabalhadores sindicalizados cresceu na Itália, no Canadá, na Suécia e na Dinamarca; permaneceu estável na Alemanha, no Reino Unido e na Suíça; caiu significativamente na Austrália e na Holanda e verticalmente nos Estados Unidos, no Japão e na França. A queda foi muito importante – cinco países em doze – e afetou três grandes economias. Mas, comparando o curto com o médio prazo, vê-se que os resultados são muito diferentes.

O sindicalismo da década de 70, principalmente nos primeiros cinco anos dessa década, viveu uma situação excepcional. Beneficiou-se de uma conjuntura econômica, política e ideológica singular, que se formara no final dos anos 60. A economia capitalista vinha do período de crescimento mais longo e acentuado do século XX. Os setores que cresciam eram os mesmos havia décadas e os trabalhadores de tais setores puderam, por causa disso,

acumular forças no terreno sindical. A luta antiimperialista estava em alta em escala internacional, concentrada na resistência à agressão do imperialismo norte-americano ao Vietnã. Amplos setores das classes médias foram atraídos pela luta operária, como mostram os movimentos estudantis nos principais países desenvolvidos e na América Latina.

Portanto, a década de 70 não serve como padrão de medida para análises e prognósticos de longo prazo. Não desqualifico o trabalho de Martins Rodrigues. O leitor deve ter notado que me vali dos dados coligidos pelo próprio autor para problematizar suas conclusões. O objetivo deste comentário foi apenas dizer o seguinte: os dados não autorizam a conclusão de que o movimento sindical encontra-se em decadência.

Armando Boito Jr. é professor de ciência política da Unicamp/SP e autor do livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã)

# Reflexos sociais da acumulação

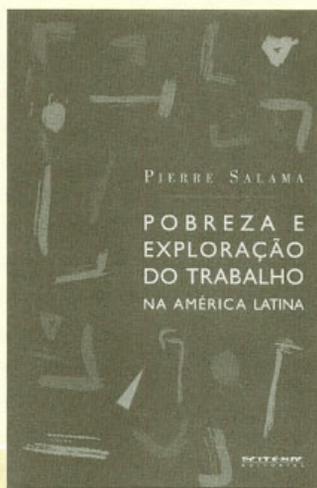
Até meados da década de noventa, o cenário teórico foi dominado praticamente de maneira completa pelo pensamento neoliberal. Foi um período de euforia econômica e política, que se projetou para o plano teórico.

Dentro do próprio pensamento crítico – inclusive o marxista – também se percebia, senão o silêncio – porque sempre surgiram várias críticas à chamada globalização –, pelo menos a falta da retomada de interpretações globais, que dessem conta da natureza geral do período histórico do capitalismo. Como se estivesse se aceitando um dos pressupostos da chamada pós-modernidade – a impossibilidade das “grandes narrativas”.

A partir da obra de Hobsbawm (“Era dos extremos”, Editora Companhia das Letras) mas, principalmente, das de Giovanni Arrighi (“O longo século XX”, Editora Contraponto) e de François Chesnais (“A mundialização financeira”, Editora Xamã), assim como dos trabalhos de Robert Brenner (revista *New Left Review*) e, mais recentemente, da obra de Milton Santos (“Por uma outra globalização”, Editora Record), o pensamento crítico retomou a iniciativa, com obras de grande abrangência teórica e histórica.

Os trabalhos do marxista francês Pierre Salama se inscrevem nessa direção. Seus estudos sobre a financeirização da economia, sobre a globalização, sobre as transformações nos processos de trabalho e até mesmo sobre a economia política do narcotráfico, se fazem no marco do processo de acumulação de capital – único que possibilita uma compreensão da totalidade do processo histórico.

Conhecedor da América Latina – e do Brasil, em particular – pelas viagens e pelas análises concretas dos países do nosso continente –



**Pobreza e exploração  
do trabalho  
na América Latina.**  
Pierre Salama,  
Editora Boitempo,  
São Paulo, 1999

POR EMIR SADER

inclusive como colunista regular da *Folha de S.Paulo* – e do continente na sua globalidade, Salama reúne, neste livro, alguns de seus principais trabalhos dos últimos anos. Dentre eles se destacam a temática dos reflexos sociais das modalidades de acumulação, superando as limitações do economicismo dominante, que secciona as análises econômicas das outras esferas da vida social. De reflexos, o mais evidente é o do achatamento salarial, com a mobilidade do capital no plano internacional, que faz com que busque a mão-de-obra mais barata, sem ônus algum, pela desregulamentação levada a cabo pelos estados nacionais, em detrimento da capacidade de negociação da parte dos sindicatos.

Outra temática recorrente na obra de Salama é a das relações entre a financeirização da economia e as relações de trabalho, fazendo a comparação entre um modelo

capitalista periférico, como o sul-coreano e os latino-americanos, aquele privilegiando o capital produtivo, enquanto os nossos favorecendo a hegemonia do capital financeiro. O investimento tecnológico para gerar produtos coreanos para o mercado internacional requereu um alto nível educacional e, assim, uma valorização da mão-de-obra qualificada por lá, enquanto a precarização do trabalho predomina na América Latina.

No último dos seus estudos, Salama desenvolve uma inédita análise sobre a economia política do narcotráfico, que inclui a discussão sobre o conceito de valor nas mercadorias produzidas e comercializadas nas especiais condições do tráfico de drogas.

O itinerário das análises de Salama é aquele que deve seguir um pensamento marxista – do processo de acumulação a suas projeções sociais e políticas. É por esse caminho que se pode recuperar a capacidade de compreensão do capitalismo contemporâneo, depois de duas décadas de radicais transformações operadas tanto nos processos produtivos, quanto nas próprias estruturas sociais.

Remando contra a corrente, Salama demonstra assim por que, junto com alguns poucos economistas, tem desempenhado um papel relevante nos debates sobre o destino das sociedades contemporâneas. Para quem entende de economia e para quem quer e precisa entender, este livro é obra indispensável. Sua leitura nos deixa mais conscientes e mais bem preparados para os embates teóricos e práticos que nos esperam a partir da *débaçle* das políticas neoliberais.

Emir Sader é professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e membro do Conselho Editorial da *Debate Sindical*

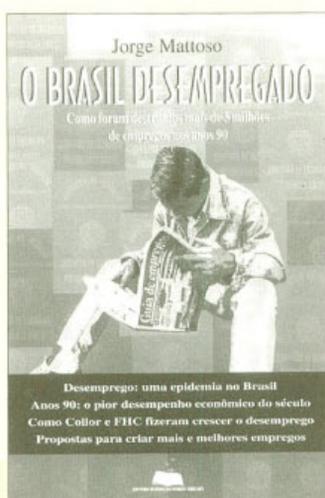
# Causas e efeitos da tragédia

“O Brasil desempregado” é um didático e interessante livro que populariza questões relacionadas a um dos maiores problemas enfrentados na atualidade, o desemprego. Nele, Jorge Mattoso – economista e professor da Unicamp – analisa as razões estruturais que fizeram com que o desemprego se tornasse uma verdadeira epidemia no Brasil dos anos 90.

Inicia a análise contando a história de José, um jovem migrante de 14 anos, que desembarcou em São Paulo, nos anos 60, a procura de emprego. Uma história igual a de muitos outros brasileiros, que chegaram em São Paulo em busca de trabalho e o encontraram rapidamente, conseguindo enxergar perspectivas para si e suas famílias. Com um diferencial, José, sem nenhum motivo aparente, às vésperas da eleição presidencial de 1989, adormeceu e só acordou dez anos mais tarde, em um Brasil bastante diferente do que conhecia. Perplexo, José não entendeu o que se passara com seu país e com sua família. Nos capítulos seguintes, Mattoso irá analisar as mudanças ocorridas nesses dez anos em que José dormiu.

José acordou no momento em que o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho atingiram índices nunca vistos na história do país. “Pelo contrário, ao longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo”.

Alterações na dinâmica do mercado de trabalho foram verificadas já na década de 80,



**O Brasil desempregado.**

**Jorge Mattoso,  
Editora Fundação  
Perseu Abramo,  
São Paulo,  
1999**

POR ANTÔNIA RANGEL

quando surge pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano, tendo início a deterioração das condições de trabalho. “No entanto, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário”.

Já na década de 90, “o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las”. Cerca de 3,3 milhões

de postos de trabalho formais foram desativados nos anos 90, destes, 1,8 milhões durante o governo de FHC.

Respondendo a questão sobre “quais foram, afinal, as políticas que geraram esta violenta desestruturação do mercado de trabalho brasileiro”, Mattoso nos diz que a economia não está apenas estagnada há vários anos. Ela está “profundamente desarticulada, desestruturada e submetida aos desígnios de uma elite doméstica antinacional e do capital financeiro internacional”. Ele analisa o desmonte do Estado nacional realizado sob “golpes de privatizações lesivas, de sonegações e guerras fiscais e de sucessivos cortes de gastos e despesas públicas”, mostrando a relação entre crescimento e desemprego; a desestruturação produtiva e suas relações conflituosas; o modo pelo qual as políticas sociais que sempre foram “precárias, pouco cidadãs e universais”, com o agravamento das condições econômicas e do mercado de trabalho, sofreram triplamente; e a relação entre salário mínimo, emprego e distribuição de renda.

Ao fazer estas análises, o autor também mostra como é possível combater o desemprego e gerar mais e melhores empregos, alertando que “a experiência brasileira já mostrou que o crescimento econômico pode ser acompanhado de intensa expansão do emprego e de ampliação da concentração de renda, sobretudo se combinado com a ausência de espaço democrático”. Nesse sentido, conclui que o crescimento econômico, aliado “à geração de empregos, à distribuição de renda e à redução das desigualdades sociais, regionais e de todo o tipo que permanecem e se ampliam em pleno raio de um novo século”, é o maior desafio brasileiro.

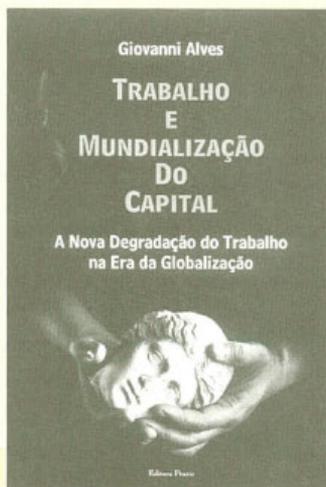
Antônia Rangel é mestre em história e integrante da coordenação nacional do CES

# A lógica da desconstrução

“*Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*”, de Giovanni Alves, oferece-nos um vasto e estimulante material para o candente debate acerca das complexas transformações que vêm ocorrendo no âmbito da produção capitalista. Como objetivo central, o autor busca delinear um “esboço da lei geral do processo de modernização capitalista”. Todavia, vai além disso. Ao apreender, dialeticamente, a lógica histórica do capital, o autor desvenda os principais aspectos da nova ofensiva do capital neste fim de século, bem como a maneira como ela atinge a classe trabalhadora.

Dito de outro modo, o autor desvenda as particularidades estratégicas do capital no limiar do século XXI, particularidades essas que visam garantir a manutenção do padrão de acumulação e, ao mesmo tempo, instaurar um novo poder sobre o trabalho assalariado em uma sociedade mais enxuta. É bem verdade que desde o berço o capital luta contra as crises de superprodução e, nesse sentido, já passou por uma série de transformações sócio-históricas, mas jamais desviou-se do seu imperativo constitutivo: a manutenção da taxa de acumulação.

Acompanhando essa lógica, o presente estudo aponta as principais alternativas políticas liberalizantes que o capital encontrou para enfrentar as crises que se instauraram nos principais países capitalistas a partir da década de 70. Destaca que, na prática, essa política neoliberal tem promovido a mais completa desregulamentação econômica e social, cujo efeito mais imediato tem sido a debilidade do mundo do trabalho, traduzida na fragmentação da luta de classes – em razão da precarização do trabalho –, na perda de históricas conquistas sociais e sindicais, no desemprego estrutural,



**Trabalho e mundialização do capital.**  
Giovanni Alves,  
Editora Praxis,  
São Paulo, 1999

POR FÁTIMA CABRAL

na desqualificação e no empobrecimento da classe trabalhadora e, ainda, na menos visível, mas, certamente, na mais profunda alteração na relação capital/trabalho: a subordinação ainda maior da classe operária, com o consentimento do trabalhador.

O autor mostra que essa fragmentação sistêmica nas relações de produção e trabalho é, na verdade, a causa principal da crise por que passa o sindicalismo de classe nas últimas décadas, quando abandonou as estratégias ofensivas que marcaram as lutas nos anos anteriores. Orientado por um movimento globalizante de regulação da acumulação, a “libertação” do capital, promovida pelas políticas neoliberais, não representa, portanto, apenas uma nova forma de organizar a produção – embora passe por essa reestruturação – mas, fundamentalmente – e aí está o “segredo” que este estudo desvenda –

representa a solução política encontrada, pelo capital, para ganhar o consentimento e romper com a resistência operária “à sanha de valorização do capital”.

Giovanni identifica no toyotismo o “momento predominante” dessa nova ofensiva do capital e, nesse sentido, o vincula ao complexo ideológico que molda as organizações capitalistas neste fim de século. Ao salientar os “nexos contingentes” do toyotismo – princípios de automação/auto-ativação e *just-in-time/kanban* –, desvenda o jogo de compromissos entre capital e trabalho como a pré-condição para a operação de “captura da subjetividade operária”. É nesse sentido, aliás, que salienta a diferença entre fordismo e toyotismo: enquanto o primeiro possuía uma “racionalidade inconclusa”, pois desprezava o “espírito” operário, o toyotismo completa a racionalidade capitalista, procurando dar conta das variáveis psicológicas do seu comportamento.

A particularidade do toyotismo enquanto modo de regulação capitalista é, justamente, servir-se de estratégias de sedução: aceno às linhas de carreiras, bônus de produtividade ou participação nos lucros, “trabalho em equipe”, onde todos são chefes, pois cada um tende a supervisionar o outro, etc. Trata-se assim, sob as formas flexibilizadas – de contrato ou de produção –, de capturar não só o “saber” e o “fazer” operário, mas também, e fundamentalmente, sua disposição intelectual afetiva, de modo a levar o trabalhador a cooperar com a lógica de valorização do capital.

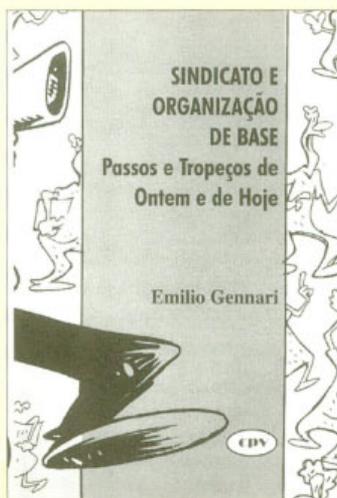
Fátima Cabral é professora do departamento de sociologia e antropologia da Unesp-Marília/SP. O livro “*Trabalho e mundialização do capital*” pode ser adquirido através do correio eletrônico: editoraprxis@uol.com.br

# Lições do local de trabalho

Para quem ainda não teve contato com as análises de Emilio Gennari, o livro que o CPV (Centro de Documento e Pesquisa Vergueiro) apresenta agora é uma boa oportunidade para conhecer mais de perto algumas das idéias desse militante-intelectual-militante, cujo trabalho tem como uma de suas preocupações centrais sistematizar reflexões com o propósito de contribuir para o esforço de organização e luta da classe trabalhadora. Para quem já o conhece, o livro, que demonstra a inesgotável capacidade produtiva de Emilio, é com certeza uma leitura obrigatória.

O que ambos os tipos de leitores podem esperar dos textos aqui reunidos, além da lucidez da análise, é uma qualidade que anda cada vez mais escassa nos dias de hoje: o compromisso. Compromisso, é claro, com o ponto de vista dos trabalhadores. Daí a demarcação clara dos conceitos e das categorias de análise utilizadas. Daí também a ausência das formulações tão ao gosto do pensamento hegemônico. Por isso, se você é dos que, deslumbrados com a pós-modernidade, estão à procura de algo parecido com novos paradigmas ou coisas desse tipo, esqueça. O que Emilio está analisando aqui é a velha questão: como anda o capitalismo e como andam os trabalhadores dentro dele. E mais importante ainda: como os trabalhadores estão fazendo ou deveriam fazer para transcender o capitalismo.

São estas feições que situam os textos de Emilio ao lado daqueles que não se renderam ao pensamento e à prática política domesticada, meros reprodutores de versões mais ou menos autorizadas pelos donos da situação, que se manifestam, por exemplo, nos discursos pretensamente neutros das universidades ou de certas



**Sindicato e organização de base: passos e tropeços de ontem e de hoje. Emilio Gennari, Editado pelo CPV, São Paulo, 1999**

POR LUIZ ROSALVO COSTA

“organizações da sociedade civil” (seja lá o que isso for) para quem os acontecimentos costumam ser descritos com o auxílio da partícula *se*, como se o sujeito fosse de fato indeterminado: “coibiu-se a greve”; “aumentou-se o preço”; “rebaixou-se o salário”, etc. No texto de Emilio, ao contrário, a história não aparece como resultado do movimento de forças indeterminadas, mas como fruto da ação de sujeitos bem definidos: a classe operária, o sindicato, o partido, a burguesia, os camponeses, a pequena burguesia, etc.

Esta é, pois, a fisionomia dos textos que o leitor vai encontrar neste livro. O primeiro deles, cujo título é “*Os conselhos de fábrica na Itália de ontem*”, analisa a experiência dos conselhos de fábrica de Turim, abordando o episódio de uma das tentativas revolucionárias fracassadas que se fizeram presentes na Europa entre 1918 e 1923. A intenção do autor é, a partir da reconstituição dos

principais elementos que caracterizavam aquele momento histórico, analisar a correlação de forças e os embates travados entre as classes no cenário da sociedade capitalista italiana, procurando responder questões cruciais como, entre outras, a do papel dos dirigentes na condução do processo e a da atuação dos partidos nos planos da institucionalidade e da organização de base.

“*O movimento operário sindical no Brasil: uma panorâmica dos últimos 15 anos*”, o segundo texto deste livro, discute a ação dos sindicatos ligados à CUT ao longo dos últimos anos, tendo como foco a questão da organização no local de trabalho, um ponto fundamental para a construção de uma sociedade da qual seja banida toda a forma de exploração. Este capítulo começa com uma citação primorosa do comunista italiano Antonio Gramsci, retirada do jornal *Ordine Nuovo*, de setembro de 1919: “Se os alicerces do processo revolucionário não forem construídos na intimidade da vida produtiva, a revolução permanecerá um apelo estéril à vontade, um mito nebuloso, uma feiticeira enganadora; e o caos, a desordem, o desemprego e a fome acabarão engolindo e massacrando as melhores e mais vigorosas energias do proletariado”.

Com a edição desta publicação, o CPV dá o seu pequeno quinhão de colaboração para um melhor entendimento da realidade com vistas à sua transformação. Afinal, dinossauro de verdade sabe que luta melhor quem sabe mais, e que a história não acabou. Portanto, a luta continua.

Luiz Rosalvo Costa é membro da equipe do CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro). O livro “*Sindicato e a organização de base*” pode ser adquirido através do correio eletrônico: [cpvsp@altermex.com.br](mailto:cpvsp@altermex.com.br)

## PENSAMENTO ÚNICO

Em primeiro lugar, sou obrigado a registrar que nem sempre concordo com a linha da revista, que às vezes me parece simplificar exageradamente no tratamento de temas que são necessariamente complexos e demandam, em geral, mais de um enfoque. Não obstante, sou igualmente obrigado a registrar a importância desse tipo de publicação, mais ainda em um momento em que há uma tal hegemonia de uma dada linha de pensamento que opiniões contrárias parecem vindas de Marte ou de mais longe ainda. Mesmo que a revista só tivesse essa qualidade, o que não é o caso, já valeria a pena lê-la.

*Clóvis Rossi*  
Jornalista, membro do Conselho  
Editorial da Folha de S.Paulo

O período imperial já passou, mas a elite brasileira parece gostar muito do monopólio da opinião pública, como predominava no século 19. Quando pode, repreende ou tenta impedir a manifestação daqueles que enxergam a realidade diferentemente e que procuram modificá-la. Não sem motivo, a **Debate Sindical** constitui hoje uma das principais publicações nacionais a serviço do tema social e trabalhista, explorando uma linha de classe, ousada e intolerante – como deve ser todo instrumento que procura ver o Brasil como ele é. Mais do que isso, ela se propõe a enriquecer o debate sobre a situação atual e os rumos das atuais instituições de representação dos trabalhadores. Ainda que possa ser tortuoso, acredito que esse é um dos melhores caminhos a ser seguido. Parabéns!

*Marcio Pochmann*  
Professor do Instituto de  
Economia da Unicamp/SP

A situação atual é de enormes contradições nos terrenos econômico, político e ideológico. Neste último, em particular, ganha força e notoriedade a ofensiva das idéias neoliberais. A visão de um mundo unipolar é a única propagandeada pela burguesia e seus apologistas. A **Debate Sindical** caracterizou-se por nunca se entorpecer com essas empulhações. Ao mesmo tempo, ela educa e aponta o socialismo como a verdadeira possibilidade para a humanidade alcançar dias melhores.

*Helifax Pinto de Souza*  
Diretor de imprensa do Sindicato dos

*Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema)*

## LEITURA INDISPENSÁVEL

A necessidade de debater os rumos do movimento sindical, nos dias de hoje, está ligado a duas mudanças fundamentais que estão em curso: uma profunda modificação interna no mundo do trabalho e a tentativa ideológica de “naturalização” da exclusão, supostamente como uma decorrência da revolução tecnológica. A revista **Debate Sindical** tem promovido um excelente diálogo entre todos aqueles que querem construir um movimento sindical combativo, politicamente orientado e comprometido com uma sociedade cuja estrutura jurídica e econômica promovam a igualdade social e a justiça. Ela é absolutamente indispensável para todos aqueles que querem pensar o rumo de uma esquerda moderna, que não perca as suas raízes no mundo do trabalho.

*Tarso Genro*  
Advogado, membro da  
direção nacional do PT

A **Debate Sindical** é uma revista obrigatória para quem se interessa pela conjuntura brasileira a partir da ótica dos trabalhadores. Eu leio e recomendo a todos que não percam a **Debate Sindical**.

*Frei Betto*

Considero a **Debate Sindical** um veículo de comunicação adequado para todo o meio sindical, como também para todo campo político e para todos que exercem sua cidadania neste mundo de conflitos e contradições. Portanto, é pensando em qualidade de informação e formação, que leio a revista e indico a todos que lutam cotidianamente por uma sociedade igualitária e justa.

*Onofre Gonçalves de Jesus*  
Presidente do Sindicato dos Metroviários  
de São Paulo

## DRAMA DO DESEMPREGO

Uma iniciativa muito importante do CES foi a realização do seminário sobre o desemprego. Ao abordar esse drama social por que passa a classe trabalhadora brasileira, a **Debate Sindical** contribui para a elevação da consciência classista dos dirigentes sindicais na atualidade. Hoje,

tanto os trabalhadores como os segmentos organizados da sociedade, incluindo os sindicatos, são alvos da ofensiva neoliberal no que tange ao problema do desemprego.

*Carlos Rogério de Carvalho Nunes*  
Diretor do Sindicato dos Trabalhadores  
em Alimentação do Ceará e secretário de  
formação da CUT/CE

## CLASSE OPERÁRIA

A **Debate Sindical** está de parabéns por publicar a polêmica sobre o papel da classe operária na atualidade. Polêmica esta levantada por um intelectual da envergadura do professor Jacob Gorender, que no passado deu importante contribuição ao debate marxista em nosso país. Hoje, porém, ele capitula frente às dificuldades momentâneas que a teoria revolucionária encontra para construir o socialismo (...), revisa o papel da classe operária como classe líder da revolução. Estou inteiramente de acordo com o jornalista Duarte Pereira: “A solução não é buscar ilusoriamente uma nova classe para substituir a classe operária, mas redobrar esforços para ajudá-la a cumprir o seu papel intransferível”.

*Vadil Rodrigues*  
Presidente do Sindicato dos Servidores  
Municipais de Belo Horizonte/MG  
(Sindibel)

## ERRATA

Na edição 33 da **Debate Sindical**, no artigo intitulado “Colômbia corre o risco de intervenção militar dos EUA”, faltou incluir o nome de Marko Ajdaric, tradutor da entrevista com o dirigente da CUT/Colômbia

## CARTAS

Essa seção está aberta à contribuição dos leitores da **Debate Sindical**. As opiniões, críticas e sugestões podem ser enviadas por correio (Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01323-010), fax (0\_\_11/289-1496) ou correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br. Solicita-se que os textos sejam concisos e contenham nome completo e endereço do autor. Por uma questão de espaço, a revista se reserva ao direito de publicar trechos das cartas.

## Governo Covas tira a máscara e revela o seu autoritarismo

A imagem de “santo” do governador de São Paulo, Mário Covas, finalmente quebrou. De há muito que ele procurava posar para a sociedade como um autêntico democrata; além disso, fazia questão de explicitar certas divergências com o governo federal – o que não deixava de ser positivo. Mas os episódios mais recentes tiraram de vez a máscara do governador do mais importante estado brasileiro.

Quanto às diferenças com FHC, elas nunca foram de fundo. Nunca questionaram o rumo neoliberal do seu amigo tucano. Em vários aspectos, Covas foi até mais realista do que o rei. O seu governo leiloou as empresas energéticas (Eletropaulo, CPFL, Comgás e parte da Cesp), entregou o Banespa, a Fepasa e a Ceagesp e privatizou as rodovias estaduais – tornando-se o recordista nacional no processo criminoso de venda do patrimônio público.

### AJUSTE NEOLIBERAL

Seguindo as orientações do Planalto, Covas também não titubeou em cortar as verbas para as áreas sociais. No primeiro mandato, por exemplo, deixou de aplicar R\$ 5 bilhões na educação. No setor da saúde, dos 14.300 leitos hospitalares existentes no estado, apenas 8.500 atendem à população. No saneamento, há cortes de investimento e sucateamento total do setor. Já os servidores públicos



**O governador tenta posar de democrata, mas não tolera a luta do povo**

são duramente penalizados, com o arrocho brutal de salários e desemprego em massa – mais de 150 mil trabalhadores da administração direta e indireta foram demitidos neste período.

Todo esse processo de desmonte foi feito com a desculpa de “colocar a casa em ordem e zerar o déficit público”. Pura retórica neoliberal! No seu governo, a dívida pública só cresceu. Quando assumiu, em janeiro de 95, ela era de R\$ 34 bilhões; no final do primeiro mandato, chegava a R\$ 64 bilhões. O grosso do dinheiro arrecadado com as privatizações serviu para saldar as “dívidas” com o governo federal. Ou seja: o patrimônio público foi entregue, o trabalhador foi saqueado e a dívida não parou de crescer!

### POSTURA AUTORITÁRIA

Apesar destes e de outros desastres, o governador ainda

tentava manter a auréola de democrata. Mas bastou o trabalhador despertar e sair às ruas para Covas perder totalmente as estribeiras. Há muito tempo não se via tanta violência policial como na passeata de 18 de maio – com um saldo de vários feridos. Depois, descontrolado, o governador baixou o nível em vários episódios deprimentes. Ele xingou manifestantes, provocou-os para briga ... e revelou todo o seu comportamento autoritário.

Para os trabalhadores em saneamento e meio ambiente, tais atitudes não causaram surpresa. A nossa categoria já conhece a conduta truculenta do governador Covas, que sempre tentou pisotear nossos direitos e quebrar a nossa representação sindical - o Sintaema. Na campanha salarial do ano passado, essa postura atingiu o extremo. O governo tentou anular conquistas históricas da categoria, como o vale-refeição e a cesta básica. E diante da nossa greve – dois dias em dezembro e outros sete dias em janeiro – apelou ao TST para negar todos os nossos direitos.

Até hoje sofremos as conseqüências destas iniciativas insanas. O governo tem feito de tudo para sufocar o Sintaema, ameaçando reduzir o número de dirigentes liberados, recusando-se a negociar e procurando diminuir nossos espaços de atuação. Mas não iremos recuar e nem transigir com os direitos da categoria. Já em nova campanha salarial, que tem data-base em maio, estamos juntos com os demais trabalhadores em luta – professores, servidores da saúde, metroviários, entre outros – para brigar por nossos direitos, por um serviço público de qualidade à população e contra a escalada autoritária dos governos FHC e Covas.

Elisabeth Tortolano é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema)

# SINDICALISTA

## Conheça uma empresa especializada em seguros para sindicatos

### QUEM SOMOS?

A Padrão Seguros, que possui filiais e representações em todo território nacional, é uma empresa especializada no atendimento das necessidades sindicais, possuindo os melhores parceiros do mercado jurídico, de consultorias, de marketing, de sistemas e, principalmente, de seguros.

### NOSSOS CLIENTES

Citamos, como exemplo, alguns clientes: o Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, Sindicato dos Lojistas de Niterói, Sindicato dos Lojistas de São Gonçalo, Sindicato dos Professores do Espírito Santo, Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, Sindicato dos Auxiliares de Ensino do Espírito Santo, Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, Sindicato dos Profissionais em Auto-Escolas de Minas Gerais, entre outros.

### GRANDE VANTAGEM

Conforme a legislação do Imposto de Renda aplicável às pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro, as contribuições destinadas a custear seguros ficam dedutíveis para efeito do lucro real, podendo ser consideradas como despesas operacionais, ou seja, a patronal poderá conceder benefícios sociais para os sindicalizados, abatendo no custo do imposto de renda, o que representará um valor bem inferior se fosse realizado um aumento salarial. Para tanto, tais benefícios deverão constar em convenção coletiva.

### BENEFÍCIOS/SEGUROS

Trabalhamos com todos os ramos de seguro, tais como: seguro-saúde, seguro de vida em grupo, perda de renda, despesas por incapacidade temporária, fundo de previdência privada e acidentes pessoais. Aperfeiçoando-nos principalmente na área do chamado "seguro de benefícios", que são aqueles desenvolvidos para pessoas.

### REPASSE/PRÓ-LABORE

Em todos os nossos projetos compulsórios, para todo o grupo segurável, os sindicatos recebem mensalmente uma participação sobre o faturamento pago, com o intuito de proporcionar-lhes um incentivo para obras sindicais.

***Não perca mais tempo. Aumente a força de seu sindicato. Entre em contato conosco.***



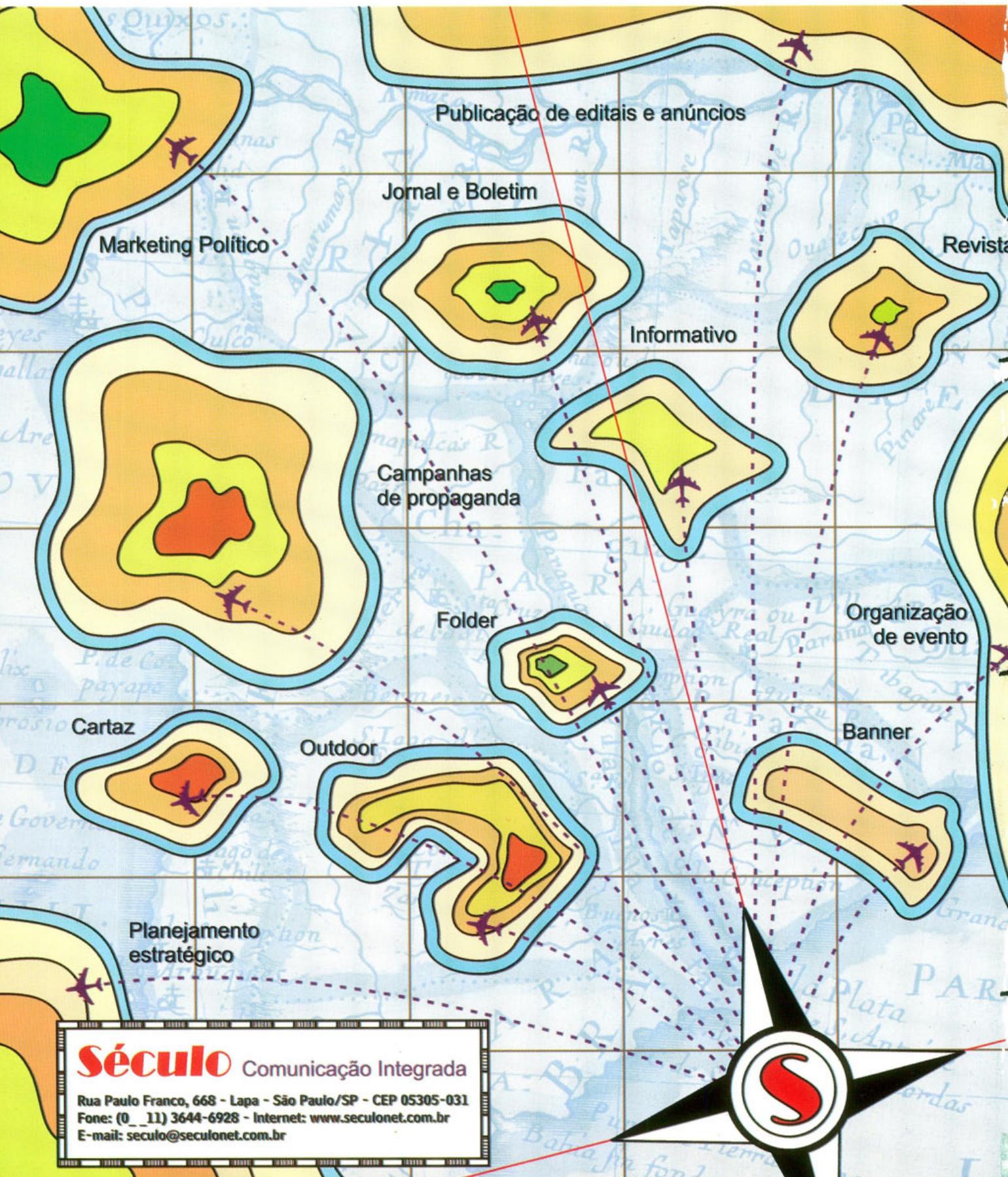
<http://www.padraoseguros.com.br>

Rio de Janeiro: (0\_\_21) 507.1030

São Paulo: (0\_\_11) 256.8083

Espírito Santo: (0\_\_27) 200.3367

# Século: O melhor caminho para uma comunicação eficaz



**Século** Comunicação Integrada

Rua Paulo Franco, 668 - Lapa - São Paulo/SP - CEP 05305-031  
Fone: (0\_11) 3644-6928 - Internet: [www.seculonet.com.br](http://www.seculonet.com.br)  
E-mail: [seculo@seculonet.com.br](mailto:seculo@seculonet.com.br)